

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Maria Cristina Brasil Magnani

**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: O PROGRAMA CULTURA VIVA DO
MINISTÉRIO DA CULTURA**

BELO HORIZONTE
2011

MARIA CRISTINA BRASIL MAGNANI

**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: O PROGRAMA CULTURA VIVA DO
MINISTÉRIO DA CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: GIC – Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE
2011

Magnani, Maria Cristina Brasil.

M196p Política de informação [manuscrito] : o programa Cultura Viva do Ministério da Cultura / Maria Cristina Brasil Magnani. – 2011.
149 f. : il., enc.

Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 140-149

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Política informacional – Teses.
3. Política cultural – Teses. I. Título. II. Pinheiro, Marta Macedo Kerr. III.
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 008



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: O PROGRAMA CULTURA VIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA"

Maria Cristina Brasil Magnani

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Gestão da Informação e do Conhecimento - GIC**".

Dissertação aprovada em: 18 de janeiro de 2011.

Por:

Prof. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Nísio Antônio Teixeira Ferreira - FAFICH/UFMG

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari
Decana do PPGCI/UFMG

Versão final Aprovada por

Prof. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro
Orientadora ECI/UFMG

*“O tempo é curto para mudar
A jornada é longa pra ficar como está.”*

Lena

AGRADECIMENTOS

À Profa. Marta Macedo Kerr Pinheiro, pela carinhosa atenção concedida ao meu projeto e por ter me aberto as portas da Escola da Ciência da Informação.

Aos professores e aos colegas com quem tive a oportunidade de conviver, pela generosidade de compartilhar comigo conhecimento e experiência.

Aos funcionários da UFMG que trabalharam para que eu pudesse realizar as atividades com tranquilidade.

Aos meus pais Haroldo Vinagre Brasil e Elyanne Guimarães Brasil e à minha grande família com quem estou sempre contando, nos desafios que me são impostos, e pelo afetuoso interesse por tudo que eu faço.

Ao meu marido Alan Mendes Campos Magnani e aos meus filhos Luisa e Daniel pelas renúncias feitas para que fosse possível a minha completa dedicação a esta pesquisa.

À UFMG e ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq por terem acreditado no meu trabalho.

A todos aqueles que se esforçam pelo bem comum e para reduzir as perversas desigualdades que ainda persistem na sociedade.

RESUMO

A Ciência da Informação consolidou-se após a Segunda Grande Guerra, a partir do interesse dos países nos processos de transferência de informação, necessários para alcançar o desenvolvimento científico e tecnológico. Nos anos de 1990, a Ciência da Informação se desenvolve voltada para práticas e políticas mais ou menos autônomas que ganham destaque com a implantação das infraestruturas de informação e de comunicação. Tendo em vista os avanços e convergência das tecnologias digitais e os fluxos globais de informação, percebe-se a necessidade de uma abordagem de estudo para a Ciência da Informação, que incorpore diferentes disciplinas e matérias oriundas das práticas e ações de informação. A proposta desta pesquisa foi a de utilizar o conceito de regime de informação como uma forma de enquadrar, na área da cultura, estas matérias e disciplinas, reunindo atores, tecnologias, redes, sistemas e práticas de informação, dentro de uma moldura que permitisse analisar as diferentes estratégias de criação, uso e compartilhamento da informação e que revelasse diferentes posições políticas dentro desse quadro. O foco de análise utilizado foi a Ação Cultura Digital desenvolvida no âmbito do Programa Cultura Viva, iniciativa que vem sendo trabalhada pelo Ministério da Cultura, desde o ano de 2004. A pesquisa buscou nos documentos de constituição do Programa, elementos que permitissem identificar as características de um regime de informação e as políticas de informação subjacentes a esse regime, dentro da Ação em análise. Como resultado, verificou-se que a abordagem do regime de informação oferece um caminho valioso para os estudos da Ciência de Informação. Indo além da ótica disciplinar que historicamente conduziu esse campo ele permite revelar em diferentes enquadramentos, posições políticas, que permeiam as práticas sociais de informação, nos dias de hoje.

Palavras-chave: Política de informação, regime de informação, política de cultura.

ABSTRACT

Information Science was consolidated after the Second World War, from interest of countries in the process of information transfer, necessary to achieve scientific and technological development. In the 1990s, the Information Science developed more or less autonomous policies and practices that gained prominence with the deployment of information and communication infrastructures. Given the advances and convergence of digital technologies and global information flows, it is seen the need for an approach to the studies of Information Science, incorporating materials from different disciplines and information practices and sharing. The purpose of this research was to use the concept of information regime as a way of framing, in the culture area, these subjects and disciplines, bringing together actors, technologies, networks and information systems and practices within a framework allowing to analyze the different strategies of creation, use and sharing of information and to reveal different political positions within this framework. The analysis has focused on the Digital Culture Action developed under the Living Culture Program which has being developed by the Ministry of Culture, since 2004. The research has looked at the constitutional documents of the program, elements that should identify the characteristics of an information regime and information policies underlying this frame, within the Action under review. As a result, it was found that the approach of information regime offers a valuable way for Information Science studies, which goes beyond the disciplinary perspective, which historically led this field and that reveals in different views, political positions, which permeate social information practices today.

Key-words: Information Policy, Information Regime, Culture Policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Informação em função das necessidades do usuário	50
Figura 2 - Mapa conceitual do campo da política de informação	53
Figura 3 - Cadeia de Transferência de informação.....	55
Figura 4 - Escopo da Política de Informação.....	57
Figura 5 - Organograma do Ministério da Cultura.....	86
Figura 6 - Níveis do conceito de cultura e seu campo ampliado.....	88
Figura 7 - Diagrama de Ações do Programa Cultura Viva	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Projetos por Estado	100
Tabela 2 - Distribuição dos Pontos de Cultura por tema.....	113
Tabela 3 - Distribuição dos Pontos de Cultura por público	113
Tabela 4 - Distribuição dos Pontos de Cultura por tipo de linguagem.....	113
Tabela 5 - Distribuição dos Pontos de Cultura por formato das atividades.....	113
Tabela 6 - Distribuição dos Pontos de Cultura por território	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação	46
Quadro 2 - Matriz da Política de Informação	56
Quadro 3 - Fontes de Informação	94
Quadro 4 - Lista de Projetos Selecionados	118
Quadro 5 - Atores da Ação Cultura Digital	129

LISTA DE SIGLAS

CAC	Centro de Ativação Cultural
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIAC	Conselho Internacional de Associações Científicas
CNC	Conferência Nacional da Cultura
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CNPdC	Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPC	Centro Popular de Cultura
CPM	Central de Produção Multimídia
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FCP	Fundação Cultural Palmares
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FISLI	Festival Internacional de Software Livre
FNC	Fundo Nacional da Cultura

FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
FUNDACEN	Fundação Nacional de Artes Cênicas
GATS	<i>General Agreement for Trade on Services</i>
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GII	<i>Global Information Infrastructure</i>
GIP	<i>General Information Program</i>
IBAC	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFAP	<i>Information for All Programme</i>
IIP	<i>Intergovernmental Informatics Programme</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSO	Instituto de Pesquisas de Projetos Sociais e Tecnológicos
ITU	<i>International Communication Union</i>
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
Mocupp	Movimento Cultural e Político do Pirambu
NATIS	Sistemas Nacionais de Informação

OMC	Organização Mundial do Comércio
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organizações Sociais
PAGSI	<i>Programme d'action gouvernemental pour la société de Information</i>
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PNC	Plano Nacional da Cultura
PRONAC	Programa Nacional da Cultura
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SEICT	Sistemas Estaduais de Informação Científica e Tecnológica
SNC	Sistema Nacional da Cultura
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SPPC	Secretaria de Programas e Projetos Culturais
TAR	Teoria Ator-Rede
TIC	Tecnologias da informação e da comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO.....	26
2.1	Ciência e tecnologia	26
2.2	Tecnologias da informação e da comunicação	32
2.3	Programas para a “Sociedade da Informação”	37
3	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO	48
3.1	O domínio da política de informação	48
3.2	O papel da informação	57
3.3	O regime de informação	62
3.4	O regime global de política de informação.....	67
4	POLÍTICA DE CULTURA	73
4.1	O conceito de cultura.....	73
4.2	Políticas de cultura no Brasil	77
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
6	A AÇÃO CULTURA DIGITAL	97
6.1	O Programa Cultura Viva	97
6.2	Cultura digital	106
6.3	Atores.....	112
6.4	Artefatos tecnológicos de informação.....	119
6.5	A informação criada e compartilhada	122
6.6	O regime e as políticas de informação	128
7	CONCLUSÕES	137
8	REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

No campo da Ciência da Informação, o debate sobre as transformações sociais provocadas, sobretudo, pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), e seus impactos nas relações humanas, tem sido recorrente. As políticas públicas de informação tornam-se uma questão importante nesse debate, pela necessidade de escolhas e posicionamento político da sociedade, em relação aos processos de informação e aos conflitos que despontam no curso dessas mudanças.

O complexo cenário que aglutina atores e artefatos tecnológicos, em processos de informação, coloca em pauta uma nova questão: a de repensar as diretrizes e regras que traduzam interesses coletivos, tendo em vista o alcance e as novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias. Nesse sentido, as políticas públicas de informação passam a ocupar um espaço cada vez maior na Ciência da Informação, interessada em entender as questões, conflitos e escolhas que giram em torno da produção, compartilhamento e uso da informação.

A política de informação se delineia como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, nos anos de 1950. O reconhecimento mundial do peso da informação científica e tecnológica como fator de desenvolvimento dos países, a partir da Segunda Guerra, motivou governos a investirem esforços na formulação de políticas nacionais de transferência de informação científica e tecnológica. No bojo desse movimento, a disciplina de Ciência de Informação começa a se consolidar (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Na América Latina, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) teve um papel preponderante no desenvolvimento e incentivo à criação de políticas nacionais de informação, exercido em função da preocupação dessa entidade em diminuir as desigualdades e diferenças sociais entre países.

No documento intitulado UNISIST: relatório de estudo sobre a possibilidade de estabelecer um sistema global de informação científica¹, de 1971, o comitê, formado pela UNESCO e o Conselho Internacional de Associações Científicas (CIAC), manifesta sua preocupação com o pouco interesse da política de ciência e tecnologia, pela organização dos recursos documentais da ciência. Este relatório preconiza a expansão internacional desses recursos, como necessária para o desenvolvimento científico, cultural, social e econômico dos países (UNESCO, 1971).

¹ *Informe del Estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica* (UNESCO, 1971)

Jardim (1995) assinala que é a partir dos anos de 1960, que a ação da UNESCO torna-se mais evidente como promotora do debate internacional sobre a comunicação e a informação. Essa postura coincidiria com o quadro histórico no qual se observa a ampliação majoritária dos países periféricos nas Nações Unidas e onde a informação passa a ocupar destaque no capitalismo avançado, como mais uma variável possível de reforço às diferenças Norte-Sul.

A conjunção de computadores e redes de comunicação propiciou o acelerado desenvolvimento de sistemas e serviços que alçaram a informação - de toda natureza - para o centro de interesse da sociedade. As preocupações com a transferência de informação científica e tecnológica passam, então, a dividir espaço com outras questões, abertas pelas inúmeras formas e possibilidades de criar, armazenar, processar, reproduzir, transmitir e usar a informação.

A iniciativa da UNESCO foi uma entre outras, tomadas pelos países em relação às políticas de informação científica e tecnológica. Todavia, a visão de uma política nacional, consolidada em torno da informação em Ciência e Tecnologia, se modificou, em virtude de novas questões trazidas, dentre outros fatores, pelo uso intenso e pela convergência das TIC. As premissas que nortearam as políticas de informação ampliaram-se e incorporaram outros tipos de informação, extrapolando o domínio da Ciência e Tecnologia.

A ampliação da infraestrutura de telecomunicações foi um marco na mudança dos pressupostos que tradicionalmente direcionaram as políticas de informação. No final da década de 1970 e na década de 1980, fenômenos, processos e atividades de informação passaram a ser reconhecidos como um plano constitutivo de todas as atividades e manifestações econômicas, sociais e culturais. Instaura-se, nesse período, um novo cenário que motiva o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as relações entre informação e comunicação. Investigam-se as transformações nos modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, nas práticas e modelos de gestão da administração pública, e privada. Os termos “sociedade da informação” e “infraestrutura de informação” são indicativos desse novo cenário. A partir de então, os pressupostos da política de informação passam a ser reconstruídos, no interior das novas configurações das infraestruturas de informação e da sociedade da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Em seu discurso, proferido em 1994, na reunião da União Internacional das Telecomunicações² (UIT), em Buenos Aires, Al Gore entrevistou todas as comunidades do mundo interligadas em uma rede planetária, transmitindo mensagens e imagens na

² *International Communication Union*

velocidade da luz. Uma rede de inteligência distribuída que iria auxiliar a educar as crianças, permitiria a troca de ideias entre comunidades e nações, e aproximaria amigos e famílias, eliminando barreiras de tempo e distância. Al Gore propõe o modelo que sustentaria o desenvolvimento dessa rede mundial, a ser seguido pelos países, dentro de cinco pressupostos básicos:

- O incentivo ao investimento privado;
- A promoção da competição do mercado de telecomunicações;
- O desenvolvimento de um quadro regulatório flexível, para proteger tanto os investimentos do setor privado e os interesses do consumidor;
- O acesso aberto a todo tipo de fontes e provedores de informação;
- O acesso universal a todos os membros da sociedade.

A partir do lançamento do programa norte-americano, Infraestrutura Global de Informação³, a Ciência da Informação, como disciplina diretamente interessada no tema, se vê diante do novo desafio de compreender os rearranjos dos processos de informação e suas implicações políticas e sociais. Como consequência, a literatura desse campo coloca um outro olhar sobre a política da informação dentro de um novo cenário em que novas tecnologias desenvolvidas provocam o confronto de interesses políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, os estudos da política de informação são retomados sob uma outra ótica: a do desenvolvimento das infraestruturas de informação e de comunicação.

A privatização das empresas de telecomunicações e o avanço das infraestruturas concedem espaço, forma e relevância a variados tipos de fluxos de informação. A sociedade sofre transformações, impulsionada pelas múltiplas possibilidades de acesso e troca de informação oportuna, agora essencial para grande parte das atividades humanas. O campo da Ciência e Tecnologia deixa de ser, então, exclusivo de ação das políticas nacionais de informação, uma vez que seu objeto – a informação – ganha um novo significado e papel na economia e na sociedade.

Com a integração da computação com as telecomunicações e especialmente o desenvolvimento da internet, questões historicamente tratadas em arenas políticas distintas passam a integrar um mesmo fórum de discussão, o que leva a uma

³ *Global Information Infrastructure (GII)*

necessidade de se repensar os aspectos regulatórios, jurídicos e políticos dos processos de informação da sociedade.

Diante dessa nova realidade, acadêmicos da Ciência da Informação e de outras áreas têm-se empenhado em obter uma visão panorâmica do campo de ação das políticas de informação: as questões e temáticas que o integram; as relações de poder entre os atores que o constituem; como ele se configura e se estabiliza.

É o caso, por exemplo, do trabalho de Braman (2004), que explora o conceito de regime global de política de informação. Remetendo-se ao conjunto de questões políticas que envolvem diferentes perspectivas sobre o papel da informação na sociedade, esta autora discute as consequências da adoção de diferentes visões na construção de quadros jurídicos e regulatórios das atividades que envolvem criação, transmissão e uso da informação, no cenário internacional.

Frohmann (1995) elabora o conceito de regime de informação, como um campo de disputa de poder entre forças políticas que envolvem atores, artefatos tecnológicos e discursos em torno de práticas de informação. Nesse sentido, para Frohmann, no regime de informação, as tecnologias têm um caráter inerentemente social e sua definição não pode ser pensada em termos puramente técnico-científicos. A configuração final que as tecnologias assumem, dentro de determinado regime, tem claras consequências para o contexto social onde ele se instaura. Os discursos que defendem determinadas configurações e padrões tecnológicos também são importantes nessa disputa de diferentes posições. À exemplo do movimento de software livre que defende o uso de programas de código aberto e que preconiza liberdades ao usuário de execução, distribuição e adaptação desses programas.

As atividades de informação que envolvem o uso das TIC levantam questões que engrossam o contingente das contradições da sociedade da informação. Explorada em múltiplas dimensões e aspectos na literatura da Ciência da Informação e de outros campos, a sociedade da informação não será abordada neste trabalho como tema específico. Todavia, cabe destacar o comentário de Mattelart (2002, p.171) que descreve com precisão a marca desse ideário.

O vocabulário da sociedade da informação se impôs como um logotipo da assim chamada globalização. As duas noções contêm a mesma ambiguidade. (...) Ela coloca uns contra os outros, projetos contrastados de integração mundial que remetem a valores estéticos, éticos e políticos antagônicos.

As políticas de informação, tratadas numa visão integrada ou dispersas por diversos setores, carregam o peso dos antagonismos apontados por Mattelart, das pressões de forças desiguais e de escolhas, numa profusão de interesses, de tecnologias e da intrincada rede de relações que elas estabelecem. Antagonismos que se manifestam na oposição entre a ótica da informação como bem público e da informação como mercadoria; entre os mecanismos de controle e proteção dos fluxos, em oposição a uma conduta de maior transparência; no direito universal ao acesso à informação contra as forças de um ambiente de livre mercado; nas liberdades do indivíduo em confronto com mecanismos de segredo e segurança; nos direitos de propriedade em contraposição à reprodução e distribuição mais ampla da informação.

Nesse sentido, a Ciência da Informação não poderia ser diferente. Ela herda os desafios colocados nas políticas e sai do viés restrito à transferência da informação científica e tecnológica para o campo vasto e ainda pouco conhecido da informação mediada por um novo universo tecnológico e imersa numa forte economia de mercado.

Jardim (1995) sugere alguns elementos que considera importantes na pesquisa do tema “políticas de informação”: as escolhas por determinados desenhos e objetos de políticas públicas de informação; as escolhas explicitadas ou não pela indefinição dessas políticas; a sua transversalidade com outros tipos de políticas públicas; e o grau de participação dos setores representados, processos de escolhas e perfis de representantes.

De uma forma mais geral, Muller e Surel (2004, p.13) afirmam que “*é próprio da análise de políticas [públicas] lançar um olhar diferente sobre a ação pública em seu conjunto (...)*”. Segundo esses autores, o Estado é hoje percebido através de sua ação, que pode ser considerada positiva ou negativa. “*O trabalho de análise deve esforçar-se para colocar à luz as lógicas de ação e em ação as lógicas de sentido, do processo de elaboração e implementação de políticas*” (MULLER e SUREL, 2004, p.20).

Estudar a ação pública consiste em compreender as lógicas das diferentes formas de intervenção sobre a sociedade, em identificar os modos de relação entre atores públicos e privados e em compreender como a ação pública recobre as dinâmicas imprecisas e evolutivas da fronteira entre Estado e sociedade. Sob essa perspectiva, podem existir políticas, mesmo na ausência de uma estrutura ministerial especializada e, principalmente, quando um ministério existe, percebe-se que suas ações não cobrem a totalidade do domínio pelo qual é responsável (MULLER e SUREL, 2004).

Se as políticas de informação tiveram, no passado, o objetivo claro, específico e fundamental, de tomar a informação científica e tecnológica como um catalisador do desenvolvimento dos países, hoje se torna necessário repensar não só os seus objetivos, mas também os seus pressupostos e suas áreas de formulação e de aplicação. O fato de a política de informação ter-se expandido e se dispersado, não parece ser um sinal de que ela tenha ficado menos importante. Ao contrário, basta olhar para os inúmeros debates na sociedade, em torno de questões relacionadas à informação nas diversas áreas, como por exemplo, a educação a distância, o teletrabalho, o comércio eletrônico, que entre muitas outras, indicam que além de novos quadros jurídicos, novas políticas são necessárias.

Tampouco, não parece mais ser possível reunir as políticas de informação em um quadro monolítico, isolado de outras políticas, dado a complexidade, a diversidade e o alcance das questões. Dentro desse novo cenário, a política de informação se cruza com muitas outras, como é o caso da política de cultura. Como ressalta Cabral (2007, p.38, grifo da autora):

Muitas vezes [a] produção cultural é fator e motor de mudança social, quando pensamentos, ideias, descobertas e inovações levam a novas formas de percepção da realidade, comportamentos, hábitos e estilos de vida, casos em que a informação assume características de *instituinte* da cultura.

Sendo assim, a política de informação pode e deve ser analisada na perspectiva da sua capacidade de impulsionar e favorecer as políticas de cultura, como dois vetores de força que se somam, quando apontados para uma mesma direção.

Articulando visões de Braman, Frohmann, Jardim, Muller e Surel, procurou-se trabalhar as políticas de informação, tratadas no seu conjunto e estabelecidas sob o manto de outras arenas políticas, no caso desta pesquisa a área de cultura, mas que determinam também escolhas que interferem no desenvolvimento da sociedade. A abordagem do regime de informação foi o caminho adotado como uma proposta de revelar e entender as políticas de informação dentro de um quadro que reúne atores, discursos, práticas e tecnologias em torno das práticas e ações de informação e, como sugerem Muller e Surel, para compreender as suas “lógicas de sentido”.

A adoção do Programa Cultura Viva, como objeto empírico, determina o primeiro recorte dessa pesquisa e se justifica pela sua dinâmica, criada em torno de uma rede ampla e diversificada de entidades voltadas para ações culturais também bastante variadas. Como um programa que entrecruza cultura e a ação pública, em

uma rede de atores dispersos geograficamente e com interesses próprios - os chamados Pontos de Cultura - considerou-se ser, este, um espaço propício à formação de um regime de informação cujos atores produzem e usam informação, através de suas ações culturais e em cujas relações se estabelecem políticas de informação implícitas e explícitas.

De acordo com o art. 1º da Portaria Nº 156, de 6 de julho de 2004, este programa tem como objetivo:

Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004, p.13).

Os Pontos de Cultura são organizações que realizam ações culturais, num trabalho de gestão compartilhada, entre o poder público e a comunidade. A principal característica do Ponto de Cultura são os seus variados formatos, tanto do ponto de vista de suas instalações físicas, quanto em relação às ações e atividades realizadas.

Turino (2009, p.64), ex-secretário de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC), descreve os Pontos de Cultura:

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção; o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação da cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos.

O segundo recorte foi motivado pela necessidade de estabelecer um contexto mais restrito de análise do programa, tendo em vista a sua amplitude e alcance. O interesse em verificar as relações que o programa estabelece com as tecnologias da informação e da comunicação, sendo essa uma importante matéria que integra o campo da política de informação foi, também, motivação para este recorte. Definiu-se a Ação Cultura Digital como o braço do programa, adequado aos propósitos dessa investigação, pela sua preocupação em desenvolver, compartilhar e difundir as produções culturais e de promover as interações entre os Pontos de Cultura. Dentre as atividades propostas pela Ação Cultura Digital, destaca-se o papel de facilitadora da apropriação e do acesso a ferramentas multimídia em software livre, para promover maior autonomia dos Pontos de Cultura no desenvolvimento e condução de seus

próprios projetos. Esta Ação tem um caráter experimental que também pesquisa o entorno das possibilidades das novas tecnologias, para usos sociais e culturais e contribui para a elaboração de estudos sobre novas formas de colaboração e cooperação (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010b).

Para desenvolver esta pesquisa foram definidos os seguintes objetivos:

- Objetivo Geral

Identificar iniciativas que reflitam políticas de informação implícitas ou explícitas, a partir de um regime de informação constituído pelos atores, práticas de informação e artefatos tecnológicos, presentes na Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva. Como uma pesquisa de caráter transversal, buscou-se compreender como um programa desenvolvido na área da cultura e estruturado em torno de uma rede de atores, estabelece relações com a política de informação.

- Objetivos específicos

1. Descrever a estrutura do Programa Cultura Viva, contextualizando-o no conjunto de estratégias, planos e ações do Ministério da Cultura e situar, dentro do Programa, a Ação Cultura Digital;
2. Identificar e descrever atores, artefatos tecnológicos de informação e práticas de criação, compartilhamento e uso da informação que configuram um regime de informação na Ação Cultura Digital.
3. Explicitar as políticas de informação da Ação Cultura Digital, a partir do regime de informação identificado.

A escolha da área da cultura como domínio da pesquisa, em especial as políticas culturais, acontece quase que naturalmente. Como explica Marteleto, (1995) a informação é um artefato da cultura de possibilidade de sentido. A cultura, por sua vez, é a estrutura que dá sentido à informação. “*A cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade.*” (MARTELETO, 1995, p.2). Sendo assim, informação e cultura mantêm um laço onde uma não existiria sem a outra e essa relação reforça a opção pelo objeto empírico da pesquisa.

Embora a política de cultura e a política de informação sejam áreas com linhas tênues de divisão, não é objetivo deste trabalho, avaliar o Programa Cultura Viva e a

Ação Cultura Digital como um modelo amplo de política pública de cultura. Espera-se, com esta investigação, avançar na compreensão das questões colocadas sobre a política de informação, na sociedade contemporânea, tais como: seu papel, seu campo de ação, seus interlocutores, e como elas interferem nos processos de ordenamento e coordenação de interesses de grupos e formações sociais no exercício de ações e práticas de informação.

Após esta introdução, o segundo, o terceiro e o quarto capítulos tratam do referencial teórico que fundamentou a pesquisa. O segundo capítulo apresenta algumas referências históricas que ilustram as bases sobre as quais o campo da política de informação foi se desenhando. Exemplos do passado demonstram que o controle sobre a informação sempre esteve presente, mesmo nas sociedades mais antigas. Dividido em três movimentos, esse capítulo discorre sobre as visões e ações que, em determinados momentos, marcaram as discussões sobre a política de informação. Essa é, no entanto, uma divisão estritamente didática, não implicando mudanças estanques e isoladas no processo de evolução do campo da política de informação, mas que, ao contrário, em determinados momentos se superpõem e se complementam.

No intuito de fornecer uma visão sobre a abrangência do tema e as suas diversas perspectivas, o terceiro capítulo sintetiza algumas abordagens e estudos realizados que buscam identificar as fronteiras do campo de ação da política de informação e que ilustram o amplo espectro de questões que ele abraça. Sem ter a pretensão de cobrir a extensa gama de trabalhos realizados, são apresentados alguns estudos que desenvolveram quadros para auxiliar a análise das políticas de informação e que demonstram o esforço de acadêmicos em organizar e classificar as questões que integram esse tema. Ainda nesse mesmo capítulo, são descritas algumas abordagens que fazem uso do conceito de regime, aproximando-o ao conceito de informação e às dinâmicas e processos de formulação e construção de políticas.

O quarto capítulo trata de alguns aspectos teóricos sobre política de cultura, como um tema que faz interface com a política de informação e onde está inserido o objeto empírico desta pesquisa.

O quinto capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos adotados por este trabalho. Dentro das diversas abordagens teóricas apresentadas no referencial teórico, optou-se pelo conceito de regime de informação, apresentado e discutido por Frohmann e González de Gómez, como o fundamento norteador da pesquisa e a partir do qual foram retiradas as categorias de análise. Considerou-se ser esta uma abordagem menos fragmentada e menos disciplinar para investigar as políticas de

informação em determinado contexto social, que reúne em um mesmo quadro diferentes questões do campo da política de informação.

O sexto capítulo se inicia com a descrição do Programa Cultura Viva, contexto maior onde está inserida esta Ação Cultura Digital. Em seguida discute-se o conceito de Cultura Digital, com a apresentação de algumas visões de profissionais e acadêmicos envolvidos com o tema, no cenário nacional. Atendendo ao segundo objetivo específico, são identificadas e descritas as três categorias de análise consideradas mais importantes na caracterização do regime de informação investigado. De acordo com o terceiro objetivo específico traçado para esta pesquisa, o último tópico deste mesmo capítulo, descreve o regime de informação identificado na Ação Cultura Digital e as políticas de informação encontradas.

O sétimo e último capítulo apresenta as conclusões e possibilidades de estudo abertas por este trabalho.

2 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

O campo de ação ou o domínio da política de informação é impreciso. Ao se percorrer a vasta literatura sobre o tema, na Ciência da Informação, desde os primórdios da década de 1950, é possível delinear três movimentos que privilegiam focos de interesses distintos. O primeiro é aquele em que as políticas nacionais de informação estão concentradas na transferência da informação científica e tecnológica e nas ações de desenvolvimento de sistemas e redes nacionais de informação; o segundo, com um enfoque técnico-científico e econômico, volta-se para o desenvolvimento da informática e a implantação das infraestruturas da informação e da comunicação. A partir de transformações sociais importantes, trazendo para a cena uma série de novos problemas, configura-se então um terceiro movimento em os países começam a se preocupar com os aspectos sociais e culturais da informação.

2.1 Ciência e tecnologia

O conjunto de referências históricas, encontradas na literatura da Ciência da Informação, algumas brevemente reportadas neste capítulo, tem o intuito de facilitar a compreensão de como a noção de política de informação está dispersa em muitas dimensões e abordagens e de apresentar alguns eventos que demonstram a sua presença nas sociedades e sua evolução ao longo do tempo.

De uma forma geral, as práticas relatadas nos estudos atuais das políticas de informação sempre existiram nas sociedades. Elas aparecem implícita ou explicitamente na forma da lei, de padrões institucionais ou de hábitos culturais. Para ilustrar este argumento, Braman (2006) faz uma retrospectiva sobre os tipos de controle da informação, em diversas sociedades, fornecendo um referencial para a compreensão da abrangência do campo da política de informação, nos dias atuais. A autora credits ao Império Romano muitos dos instrumentos adotados pelas políticas de informação, ainda hoje utilizados, principalmente aqueles voltados para comando e controle. Os romanos desenvolveram mapas e guias geográficos, com informações sobre obstáculos e recursos dos locais por onde transitavam os soldados, assim como cartões de registros de seus cidadãos. Exemplos de políticas de informação encontram-se também nas ações da Igreja Católica que decretou a obrigatoriedade do registro de todos os nascimentos e mortes em 1597 e que exerceu um tipo de censura

direta, punindo inclusive com morte os proponentes de ideias classificadas como heréticas.

Braman afirma que, com o desenvolvimento da forma burocrática do Estado-nação e a sua evolução para o Estado do bem-estar⁴, os instrumentos de controle e uso da informação tornaram-se mais articulados e foram acelerados pela informatização da sociedade. À medida que as tecnologias da informação continuaram a se desenvolver, ao longo do século XIX, os governos adotaram práticas direcionadas à coleta e uso da informação, levados pela necessidade de um conhecimento estatístico detalhado sobre as populações atendidas pelos serviços públicos e para campanhas educativas sobre esses serviços.

Usando como exemplo a história norte-americana, Hernon e Relyea (1991) afirmam que a política de informação já existia muito antes do estabelecimento do governo federal, em 1789. Ela inicia-se com a chegada dos primeiros colonizadores europeus que trouxeram com eles modelos de políticas de suas pátrias de origem. O sistema de direito inglês (*Common Law*) foi particularmente importante nesse aspecto, e influenciou diretamente o sistema legal americano, no início do século XIX. Ao longo do tempo, disputas surgiram em torno de assuntos como as atividades secretas dos governos e das legislaturas coloniais, a acessibilidade pública aos registros oficiais, e o respeito à privacidade do indivíduo. Após a independência, dentro da nova nação americana, a política de informação tem sua primeira expressão nos Artigos da Confederação e nas constituições estaduais, estas últimas guardando manifestações de direitos fundamentais de liberdade de imprensa e privacidade individual.

As descrições de Braman, Hernon e Relyea colocam a política de informação sob uma perspectiva mais ampla, e ilustram como as atividades de informação podem ser direcionadas para atender diferentes propósitos políticos. Todavia, num passado não tão distante, os interesses da política de informação estiveram voltados para as questões de transferência de informação científica e tecnológica que se tornou o foco de atenção dos governos. Com o aumento significativo da literatura científica, no período que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial, os processos de recuperação da informação passaram a ser reconhecidos pelos países como parte importante da ciência.

Albagli (2009) observa que a informação científica e tecnológica, como centro inicial das políticas nacionais de informação, coincidiu com a elaboração, em boa parte dos países, de estratégias destinadas a promover o desenvolvimento científico-

⁴ "O Estado do bem-estar (*welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante "tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político". (BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G., 1998, p.416).

tecnológico como fator estratégico na reconfiguração geopolítica e geoeconômica mundial.

Dos fatos que sinalizam a constituição de um campo relativamente autônomo da política de informação, destacam-se o relatório Ciência, Governo e Informação dos EUA: as responsabilidades da comunidade técnica e do governo sobre a transferência de informação⁵, publicado em 1963, pelo governo norte-americano e as agendas internacionais estabelecidas pela UNESCO, a partir dos anos de 1970 (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Este relatório, popularmente conhecido pelo nome de seu principal autor, Weimberg, é a expressão de uma política de informação científica e tecnológica.

As preocupações dos Estados Unidos da América, com a deficiência no fluxo de informações sobre o satélite russo Sputnik, lançado em 1957, trouxeram o relatório Weimberg à existência e essas preocupações ecoaram para todas as atividades de informação científica e tecnológica e para o desenvolvimento de políticas relacionadas, em todo o mundo (BROWNE, 1997, AUN, 2001). Este relatório foi um marco no desenvolvimento da ideia de uma política de informação nacional, sobre a qual o governo norte-americano demonstra sua preocupação.

Ciência e tecnologia só podem florescer se cada cientista interagir com seus colegas e seus predecessores, e somente se cada ramo da ciência interagir com outros ramos da ciência; neste sentido, a ciência deve se manter unida, se quiser permanecer efetiva. As ideias e dados que são a substância da ciência e tecnologia estão incorporados na literatura; somente se a literatura permanecer como unidade a ciência poderá ficar unificada e viável. Ainda, por causa do crescimento estrondoso da literatura, existe o perigo de a ciência de se fragmentar em uma massa de achados repetitivos, ou pior, de se fragmentar em especialidades conflitantes consideradas como mutuamente inconsistentes. Essa é a essência da “crise” na informação na Ciência e Tecnologia. (WEIMBERG, 1963, p.7, tradução nossa)⁶.

Atribuindo tanto aos cientistas quanto aos técnicos e administradores do governo a responsabilidade pelo tratamento da informação, para a comunidade técnica, esse relatório tece recomendações, solicitando: maior responsabilidade dos autores sobre a recuperação subsequente daquilo que fosse publicado; a ampliação

⁵ *Science, Government and Information: The responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information.* (WEIMBERG, 1963)

⁶ *Science and technology can flourish only if each scientist interacts with his colleagues and his predecessors, and only if every branch of science interacts with other branches of sciences; in this sense science must remain unified if it is to remain effective. The ideas and data that are the substance of science and technology are embodied in the literature; only if the literature remains a unity can science itself be unified and viable. Yet, because of the tremendous growth of the literature, there is danger of science fragmenting into a mass of repetitious findings, or worse, into conflicting specialties that are not recognized as being mutually inconsistent. This is the essence of the “crisis” in scientific and technical information.*

do ensino das técnicas de tratamento da informação; a promoção e exploração de novas formas de processamento e recuperação da informação; esforço para compatibilizar os diversos sistemas de informação científica e tecnológica. Às agências de governo foi solicitado maior envolvimento e responsabilidade sobre as atividades de informação (WEINBERG, 1963).

A UNESCO, por sua vez, juntamente com o Conselho Internacional de Associações Científicas (CIAC), em 1967, criou o Comitê Central UNESCO/CIAC, para analisar a possibilidade de estabelecer um sistema mundial de informação científica, denominado UNISIST. Após quatro anos de trabalho, o comitê chegou à conclusão de que o estabelecimento de um programa para orientar, interpretar e estimular atividades para aumentar a cooperação voluntária entre os serviços de informação era absolutamente essencial. O grupo desenvolveu então um relatório onde foram propostas vinte e duas recomendações, para o desenvolvimento de um programa mais abrangente de transferência de informação científica (UNESCO, 1971).

O principal desafio, apontado pelo Comitê Central UNESCO/CIAC, foi o de dar uma resposta adequada aos problemas relacionados à informação científica, tais como: o volume crescente de informação publicada, resultado dos programas de pesquisa e desenvolvimento; os custos crescentes de novos sistemas para tratamento dessa informação; e a carência de metodologias compatíveis e comuns para os serviços de informação. Esse comitê revela uma particular preocupação com o desnível cada vez maior entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, manifestando sua intenção de buscar o fortalecimento da cooperação internacional nas questões relativas à transferência de informação.

O mencionado relatório da UNESCO/CIAC chama atenção para a responsabilidade, não só dos governos para a formulação de políticas nacionais de informação, mas também das sociedades privadas, organizações internacionais, governamentais ou não-governamentais, e dos grupos profissionais (comunidades científicas, especialistas em informação, redatores de publicações, etc.), na medida em que esses orientam os passos dos serviços de informação, sob seu controle. São apontadas como atribuições específicas dos governos: o fortalecimento e coordenação das redes bibliotecárias e de informação; o fornecimento de modernos elementos de processamento e de comunicação; a remoção de obstáculos existentes à livre circulação da informação científica, de acordo com os princípios de cooperação internacional para o campo da informação e investigação científica (UNESCO, 1971).

Segundo Jardim (1995), o programa intergovernamental UNISIST reconhece a necessidade da cooperação voluntária internacional, para a melhoria do acesso e uso da informação, como contribuição à superação do desequilíbrio entre países

desenvolvidos e em desenvolvimento. Este programa também identifica a necessidade de criação de organismos nacionais de coordenação, para tratar de problemas que envolvam a criação de uma política nacional de informação. Nesse sentido, os comitês nacionais do UNISIST serviriam de elo entre os diversos países e o programa.

Em 1974, a UNESCO aprovou as recomendações que apoiavam o conceito e os objetivos dos Sistemas Nacionais de Informação (NATIS), que abarcaria serviços dedicados a facilitar a recuperação e uso da informação para todos os setores da comunidade e para todas as categorias de usuários. Posteriormente, na 18ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, foi autorizado o estabelecimento de um programa de longo prazo, para a criação desses sistemas (NATIS) nos Estados Membros (UNESCO, 1976).

Enquanto o UNISIST teve a missão de facilitar a transferência de informação científica e tecnológica, em nível mundial, os sistemas nacionais de informação (NATIS) buscaram satisfazer, internamente, as amplas necessidades dos países membros, relacionadas à documentação, bibliotecas e arquivos. Em 1977, o Programa Geral de Informação⁷ (PGI) é criado, juntando as atividades conduzidas até esse momento pelo UNISIST e pelo NATIS. Com o PGI, o propósito das políticas de informação é ampliado, atendendo não só as necessidades da Ciência e Tecnologia, mas também de qualquer atividade da vida diária. A partir de então, começa a se consolidar a ideia de que uma política nacional e internacional de informação deveria garantir a disponibilidade máxima de informação oportuna em todos os níveis (SOLER, 2007).

No Brasil, a automação de bibliotecas e centros de informação foi influenciada por órgãos internacionais, como a UNESCO, e por países estrangeiros, notadamente os Estados Unidos. Por inspiração dos sistemas nacionais de informação (NATIS), preconizados pela UNESCO, deu-se início ao planejamento, do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica – SNICT que não chegou a ser implantado (PINHEIRO, VIRUEZ e DIAS, 1994).

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, pela ação conjunta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Getúlio Vargas, foi o órgão que recebeu as atribuições de prover a informação científica e tecnológica para pesquisadores, de promover intercâmbio de informação e de contribuir para o desenvolvimento, no Brasil, da documentação científica e técnica. Como um desenvolvimento natural do IBBB, foi criado, em 25 de março de 1976, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

⁷ *General Information Program*

Tecnologia (IBICT). As diretrizes básicas definidas para o IBICT foram as de preencher os objetivos do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), relativos ao fornecimento de informação em ciência e tecnologia para a comunidade. As atividades do IBICT deveriam cobrir várias áreas de ciência e tecnologia, com ênfase em áreas prioritárias, definidas em relação aos programas de governo, necessidades regionais e identificação de áreas carentes (TAPARANOFF, 1992).

Segundo Briquet de Lemos (1986), em 1984, foi possível a elaboração de um documento de ação programada em informação científica e tecnologia que reuniu, de forma sintética e objetiva, problemas de maior relevância, e um conjunto articulado de diretrizes e atividades prioritárias. Os trabalhos, para elaboração desse documento, se deram em duas etapas. Na primeira, foram identificadas sete áreas consideradas mais relevantes, para as quais foram designados grupos de trabalho. Essas áreas foram: geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos, difusão e uso da informação, recursos humanos, e assuntos internacionais relacionados com informação científica e tecnológica.

A esses grupos coube a tarefa de apontar os problemas mais importantes e as diretrizes e atividades necessárias para a solução destes problemas, em suas respectivas áreas de trabalho. Numa segunda etapa, todas as propostas, oriundas de diferentes grupos de trabalho, foram compatibilizadas por um grupo de acompanhamento, formado por representantes de cinco instituições. A versão preliminar foi distribuída a mais de mil pessoas e instituições da área de informação em ciência e tecnologia. Críticas e sugestões foram analisadas, e o texto final apreciado e aprovado pela Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia do CNPq.

Para Briquet de Lemos, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), do período de 1980-1985, foi aquele que concedeu ao IBICT o tratamento de mais alto nível, reconhecendo a necessidade de seu fortalecimento, como órgão central, para o desempenho de funções de coordenação, descentralizada das atividades de informação em ciência e tecnologia no País.

Albagli (2009, p.419) ressalta que:

O documento Ação Programada em ICT (1984) [é] considerado uma das primeiras expressões formais de política, no país, nessa área. Nessa mesma época, estruturaram-se Sistemas Estaduais de Informação Científica e Tecnológica (SEICT). Nessas iniciativas, expressava-se maior preocupação com as relações entre o aparato de ICT e o setor produtivo.

A transferência da informação científica e tecnológica foi o centro de políticas nacionais de informação, a partir do Segundo Conflito Mundial. Contudo, o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação atribuiu novos papéis à informação, que passou a ter maior valor econômico e importância nos diversos setores da sociedade, ampliando as questões e desafios postos para a construção de novas políticas nacionais de informação. Nesse cenário, inicia-se uma nova fase em que os temas envolvendo estratégias políticas sobre os processos de informação voltam-se para a era dos computadores interligados em amplas redes de comunicação.

2.2 Tecnologias da informação e da comunicação

A partir do encontro dos líderes do G7, em 1995⁸, para discutir ações em direção a uma sociedade global da informação, os países começam a se preocupar com políticas para a implantação de infraestruturas que possibilitassem fluxos de informação efetivos e baratos. Nesse momento, esses países estavam empenhados em encorajar o comércio e a indústria a usarem a informação como um recurso favorável ao aumento da produtividade e à competição, nos mercados globais. Em relação a esse novo cenário, Moore (1997) chama atenção para o esforço, sem precedentes, em todo o mundo, na formulação de políticas que permitissem aos países administrar sua transição para sociedades intensivas em informação. Esses esforços seriam respostas diretas às mudanças trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Porém, já em 1976, o então presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, manifestava a sua preocupação com o desenvolvimento das aplicações de informática como fator de transformação da organização econômica e social, solicitando ao Inspetor-Geral das Finanças, Simon Nora, uma avaliação dos efeitos de uma revolução tecnológica sobre a sociedade. Simon Nora, em conjunto com outro inspetor, Alan Minc, desenvolveu um relatório, apresentando reflexões sobre o futuro de uma sociedade dirigida pela informação.

⁸ *Communiqué following the Ministerial Conference of the G-7 Nations on the Information Society* (EUROPEAN COMMISSION, 1995).

Segundo Nora e Minc (1980), ao contrário da eletricidade, a telemática⁹ não veicularia uma corrente inerte, mas de informação, e de poder. A telemática constituiria uma rede a mais, porém uma rede de outra natureza, inter-relacionando imagens, sons e memórias, transformando o modelo cultural prevalente. Os autores se perguntavam, nesse momento, se a generalização da linguagem informatizada constituiria um fator de emancipação ou acusaria as diferenças sociais. Para eles, a linguagem informatizada não influenciaria igualmente cada um dos que a usassem. Sua propagação, em diversas categorias sociais, não seria uniforme, e sua permeabilidade dependeria de seu nível cultural: não sendo este semelhante, a telemática exerceria uma influência discriminatória.

Entre visões pessimistas e otimistas, Nora e Minc investigavam a direção a ser tomada pelas sociedades: elas utilizariam as novas técnicas para reforçar os mecanismos de rigidez, autoridade e dominação ou aumentariam a adaptabilidade, a liberdade e a comunicação, de tal forma que o cidadão e cada grupo pudessem exercer suas funções de forma mais responsável. Sobre esse relatório, Matellart (2005, comunicação oral) tece o seguinte comentário:

Convém lembrar que desde 1978 os franceses Simon Nora e Alain Minc, num relatório oficial, que se tornou clássico, sobre a “informatização da sociedade”, já observavam sobre o risco da hegemonia de um modelo único de estruturação dos conhecimentos por grandes sociedades transnacionais: “Deixar para os outros, ou seja, para essas últimas, o cuidado de organizar a ‘memória coletiva’ contentando-se apenas em utilizar-se dela, equivale a aceitar uma alienação cultural”.

Nos anos 1984-1985 abre-se, sem restrições, o espaço mundial aos movimentos de capitais. O desmantelamento da ATT (*divestiture*), efetivado em 1º de janeiro de 1984, precipita a liberalização das telecomunicações. Na Europa, a Inglaterra privatiza a *British Telecom* e, em virtude da concorrência, os serviços públicos de telecomunicações caminham gradualmente na direção de operar fora de suas fronteiras. (MATELLART, 2002)

As práticas de informação, com o uso de computadores interligados em redes, passaram a fazer parte da grande maioria das atividades econômicas, sociais e culturais. Segundo Mattelart (2005), o reconhecimento desse fenômeno desaguou no programa da Infraestrutura Global de Informação¹⁰ quando, numa alusão às

⁹ “A teleinformática (às vezes chamada “telemática”) surgiu da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, maiores possibilidades de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas ações”. (CHESNAIS, 1996)

¹⁰ *Global Information Infrastructure (GII)*

autoestradas da Alemanha, o termo *infobahn* (infovias de informação) foi cunhado pelo então vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, na reunião da União Internacional das Telecomunicações (UIT). O objetivo confesso do GII foi a abolição dos grandes desequilíbrios sociais e, em seu discurso, Gore profetizou que uma nova era da democracia e da desregulamentação dos sistemas nacionais de comunicação seria uma condição prévia para se conseguir a oferta tecnológica.

O programa GII, como um dos carros-chefes da política norte-americana do governo Clinton, foi apresentado em 1994, em Buenos Aires. Para González de Gómez (2002), nesse discurso, consolida-se a associação dos conceitos de infraestrutura e informação aos conceitos de 'rede', 'mercado' e 'globalização'. A infraestrutura de informação propõe-se como comunicacional e produtiva. Nela acontece tanto a transmissão como a geração de valor. O programa convoca o investimento nesse novo tipo de infraestrutura que, diferente das redes viárias e territoriais, caracteriza-se por seu alcance global e sua capilaridade local, sua capacidade de ligar nações e domicílios, organizações poderosas e indivíduos anônimos, sem passar necessariamente pelas fronteiras instituídas: as geopolíticas, as institucionais, as disciplinares. No programa enunciado por Al Gore, o desenvolvimento do GII aposta tanto na democracia neoliberal quanto na paz global e no livre-mercado.

Na Europa, um grupo de especialistas, provenientes da indústria das telecomunicações e do audiovisual da comunidade europeia, prepara e publica, em 1994, o documento *Europa e a Sociedade Global da Informação*¹¹, relatório *Bangermann*, preconizando uma liberalização rápida das telecomunicações, implicando o aumento dos ganhos de produtividade, o desenvolvimento das inovações tecnológicas e o pluralismo cultural. O documento enfatiza que *“quando os produtos forem mais facilmente acessíveis aos consumidores, a possibilidade de expressar a diversidade das culturas e das línguas que abundam na Europa será multiplicada”*. Esse relatório lamenta a existência de obstáculos a essa plena circulação pelos freios à concorrência (MATTELART, 2002).

O relatório *Bangermann* demonstra a preocupação com uma estratégia unificada, para toda a União Europeia, no intuito de minimizar os riscos e aproveitar as oportunidades ofertadas pela então chamada Sociedade da Informação. Dentre as diretivas e oportunidades colocadas pelo grupo estão:

¹¹ *Europe and the Global information Society: Bangemann report recommendations to the European Council* (BANGEMANN et al, 1994)

- A necessidade de preparar os europeus para o advento da sociedade da informação, como uma tarefa prioritária e o potencial de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, propiciado pelas TIC.
- A necessidade de confiar ao setor privado o fornecimento dos serviços de infraestrutura de informação e comunicação, atribuindo ao estado a salvaguarda das forças competitivas.
- O aumento das oportunidades de expressão da multiplicidade de culturas e linguagens da Europa, em decorrência da facilidade de acesso aos produtos, pelos consumidores.
- A necessidade de acelerar o processo de liberalização do setor de telecomunicações.
- A possibilidade de as indústrias de conteúdos e de provedores de serviços oferecerem produtos inovadores por preços atrativos, decorrendo daí benefícios para os cidadãos e usuários, com uma extensa gama de serviços competitivos.
- O mercado promissor para fornecedores de equipamentos de telecomunicações e de software.

O relatório *Bangemann* aponta as aplicações prioritárias a serem desenvolvidas como o meio mais efetivo de resolver a decolagem lenta de demanda e fornecimento de serviços, na Europa. Essas aplicações teriam, sobretudo, a função de demonstrar e promover o uso dos novos serviços de informação e comunicação colocados no mercado:

- Teletrabalho.
- Educação a distância.
- Redes de universidades e de pesquisa.
- Serviços telemáticos para pequenas e médias empresas.
- Gerenciamento de tráfego urbano

- Controle de tráfego aéreo.
- Rede de cuidados da saúde.
- Licitação eletrônica.
- Rede de Administração pública transeuropeia.
- Rodovias de informação da cidade.

González de Gómez (2002, p.31) oferece a seguinte interpretação para o relatório *Bangemann*:

(...) [ele] remete à “revolução baseada na informação, ela mesma expressão do conhecimento humano”. O termo utilizado para designar as transformações, que o relatório afirma serem de ruptura com a sociedade industrial, não é já ‘infraestrutura’, mas ‘sociedade da informação’. “Sociedade” indica a convocação dos atores da iniciativa privada para implementar as mudanças; ‘informação’ enfatiza as aplicações e conteúdos culturais, atendendo tanto à diversidade cultural e lingüística da Europa como anunciando as potencialidades de seu capital artístico e intelectual.

Em relação às políticas de informação, Albagli (2009) argumenta que houve uma dispersão das atividades e questões da informação, em diferentes setores de atividades e espaços institucionais. Como consequência, as políticas de informação fragmentaram-se, tanto do ponto de vista de seus vários campos de aplicação quanto dos seus lugares de formulação e de implementação. A respeito desta fragmentação, Aun (2001) chama a atenção para a necessidade de distinção entre o conceito de Políticas e o conceito de Plano. Para Aun, o plano se traduz, por um conjunto de atividades de informação, desenvolvidas por empresas públicas ou privadas, operacionalizado em metas e linhas de ação dentro de um projeto. As condições de elaboração e os agentes responsáveis pelo plano são direcionados pelas organizações ou instituições e não tem a obrigatoriedade de uma explicitação legal. O plano possui um horizonte temporal mais curto por estar ligado diretamente à operacionalização. As políticas seriam, segundo Moore (1998), mais complexas, pois cobrem uma temporalidade de longo prazo, são explicitadas através de leis, decretos ou documentos aprovados por um governo em exercício, como forma de intervenção de sua administração.

Com a convergência tecnológica e econômica das diversas mídias e sua crescente interatividade, o fornecimento e acesso a serviços e conteúdos de

informação expandem-se em variadas formas e canais de mobilização e ativismo político, de ampliação da cidadania, de participação do Estado e do aparato governamental. A partir da década de 1990, boa parte dos países, em meio a diferentes condições, objetivos e projetos sociais, passou a elaborar estratégias, implementar políticas e estruturar iniciativas para promover e extrair benefícios da chamada sociedade e economia da informação e do conhecimento. Em grande medida, o foco dessas políticas e programas recaiu na ampliação da infraestrutura de informação e comunicação, abrangendo as indústrias de comunicação (transmissão por redes a cabo, por satélite e radiodifusão), de computação (hardwares e softwares), de conteúdos (bancos de dados, indústrias cinematográfica e fonográfica, entre outras) e suas várias interfaces multimídias (ALBAGLI, 2009).

2.3 Programas para a “Sociedade da Informação”

Com a rápida difusão dos computadores pessoais, com o desenvolvimento e convergência da eletrônica, telecomunicações e informática, a expressão “Sociedade da informação” se populariza e uma nova forma de comunicação social movimenta as sociedades, afetando diretamente esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Seguindo esse movimento, o processo de construção de políticas de informação passa nos anos de 1990, da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico para a promoção do desenvolvimento de infraestruturas de informação (AUN, 2001).

A UNESCO, em janeiro de 2001, coloca como preocupação a disparidade entre países, dentro de uma nova divisão denominada *digital divide*, e cria o *Programa Informação para Todos*¹² que irá substituir os seus principais programas, no domínio informacional: o Programa Geral de Informação¹³ (PGI) e o Programa Intergovernamental de Informática¹⁴ (PII). O primeiro, criado em 1976, teve o propósito de juntar duas séries de atividades até então conduzidas separadamente pela Unesco: o UNISIST e o NATIS. O segundo, criado em 1985, foi estabelecido para fortalecer a cooperação internacional e esforços nacionais voltados para treinamento de especialistas, desenvolvimento de infraestruturas e definição de políticas nacionais e um melhor reconhecimento do papel da informática na sociedade. (UNESCO, 2000).

¹² *Information for All Programme (IFAP)*

¹³ *General Information Programme (GPI)*.

¹⁴ *Intergovernmental Informatics Programme (IIP)*.

Lastres, Cassiolato e Arroio (2005) definem como divisão digital aquela que separa países ricos e pobres, em termos de tecnologias de informação e acesso à informação e que se soma às atuais desigualdades entre países industrializados e não-industrializados. Porém, os autores alegam que, na prática, as preocupações e indicadores que vêm sendo desenvolvidos, para monitorar tal divisão, dizem respeito quase que exclusivamente ao monitoramento do potencial do mercado consumidor dessas novas tecnologias e de seus produtos. Eles enfatizam a necessidade de tratar a divisão digital, avaliando o aumento do distanciamento, não apenas entre países que consomem bens e produtos digitais, mas também entre aqueles que dominam o desenvolvimento, a produção e a comercialização destes.

Sob diversas designações, a preocupação com as diferenças sociais, provocadas pela impossibilidade de criar, acessar e usar a informação de forma plena, é presença constante nos debates que giram em torno da política de informação, principalmente nos países em desenvolvimento. Inclusão digital, *information literacy*, competência em informação, alfabetização informacional são alguns dos nomes que designam diferentes carências e necessidades, em relação aos usos das TIC e às capacidades do indivíduo de criar e usar a informação em seu próprio benefício.

Para Aun e Ângelo (2007) a definição do termo inclusão digital ainda é muito vaga, por englobar o uso das ferramentas tecnológicas, educação, trabalho, lazer e articular diversas áreas de interesse. De acordo com essa autora, a inclusão digital só ganharia significado ao introduzir, no seu conceito, a habilidade de lidar com massas complexas de informações geradas pelos computadores, ocorrendo quando o indivíduo deixasse de exercer o papel passivo de consumidor de informações, bens e serviços, e passasse a atuar como produtor de conhecimentos, bens e serviços.

Disponibilizar não significa incluir. O desafio para o acesso e a inclusão é o da transformação da informação em uso. O meio digital é o maior repositório dessa informação e carência desse recurso aumenta a lacuna entre os cidadãos que têm acesso à informação e aqueles que não têm. A inclusão digital é uma questão de cidadania, ética, consolidação da democracia e da inclusão social de indivíduos e grupos tradicionalmente excluídos do desenvolvimento socioeconômico (AUN e ÂNGELO, 2007).

O ponto de partida do conceito de inclusão digital, segundo Silva *et al* (2005) é o acesso à informação que está nos meios digitais e o ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para estudar e conceituar inclusão digital são fundamentais, ainda que de forma abrangente, as considerações sobre ética e cidadania. A inclusão digital é um processo que deve

levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TIC e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido.

Para Demo (2002), a *digital divide* é um problema agudo de países atrasados, mas acomete também vastas camadas em países avançados, porque muitos adultos e idosos não se propõem mais inserir-se na sociedade digital com autonomia. Usam produtos digitais como consumidores (da nova mídia, por exemplo), mas não se dispõem a desenvolver habilidades digitais de maneio próprio.

Demo chama atenção para a discriminação digital contra imensos segmentos sociais pobres, situação em geral agravada pela má qualidade da escola pública. Para ele, a questão passa, em primeiro lugar, pela necessidade de infraestruturas adequadas. Em muitos interiores, a infraestrutura é ainda muito precária para abrigar a nova mídia em condições mínimas. Segundo, a inclusão digital na escola depende, em grande medida, da qualidade docente, e do envolvimento dos professores com o uso das TIC, o que, em geral, a pedagogia e a licenciatura não fazem, sem falar nas condições socioeconômicas adversas. Terceiro, a precariedade docente contamina não só alunos pobres, mas igualmente os outros, ainda que em dimensões muito diferentes. Os alunos mais pobres ficarão fora, naturalmente, até porque ainda é impensável ter computador em casa e, muitas vezes, na escola. Contudo, sendo inevitável a penetração das novas tecnologias, os pobres estarão dentro, mas como excluídos. Serão incluídos, de qualquer maneira, na margem, à medida que se reservam para eles os restos, tais como: equipamentos sucateados, cursos precários, ambientes improvisados, treinamentos encurtados, programas baratos.

Dentro da proposta de reduzir as diferenças entre países, o Programa Informação para Todos¹⁵, desenvolvido pela UNESCO, estabeleceu como principais objetivos: promover uma reflexão internacional e um debate sobre desafios éticos legais e sociais da sociedade da informação; promover um acesso mais amplo à informação de domínio público, através da organização, digitalização e preservação da informação; dar suporte ao treinamento e educação continuada nas áreas de comunicação, informação e informática; dar suporte à produção local de conteúdos e fomentar a disponibilidade do conhecimento indígena, através da alfabetização básica e treinamento no uso de tecnologias da informação e da comunicação; promover o uso de padrões internacionais e melhores práticas de comunicação, informação e informática, nos campos de competência da UNESCO, e promover as redes de

¹⁵ *Information for all Programme (IFAP)*

informação e de conhecimento em níveis local, nacional, regional e internacional (UNESCO, 2009).

Investigando a política de informação da União Europeia, Aun (2001) reconhece a existência de programas visando à coesão econômica, cultural e social da Europa, mais do que uma política de informação clara com objetivos definidos. Identificando como ponto comum o fato de todos estes programas terem uma preocupação com a inserção da comunidade europeia, na sociedade da informação, com maior ou menor ênfase nos problemas sociais, essa autora cita o exemplo do programa “Construir a Sociedade Europeia de Informação para Todos”¹⁶, financiado pelo DGV¹⁷, da Comissão Europeia, cujo foco maior está nos problemas sociais visando à coesão europeia. Responsável por tal programa, o Grupo de Experts de Alto Nível considera que a consolidação da Sociedade da Informação, mais do que na integração tecnológica, reside, principalmente, na integração social. Ele reconhece a diversidade de oportunidades que a sociedade da informação emergente poderá oferecer, advertindo, entretanto, sobre a importância da inclusão como forma de alcançar a integração social.

Demonstrando também uma preocupação com a carência de uma política de informação integrada na Europa, Sillince (1994) analisou a coerência das questões e a coordenação de instrumentos da política de informação europeia. Diferentes métodos foram adotados, colocando em conflito os objetivos de uma política de informação coerente, considerada na sua totalidade. Os padrões, que de forma não planejada nortearam o desenvolvimento das políticas de informação na Comissão Europeia, se resumem àquilo que Sillince designou de paradigmas e que são descritos a seguir:

- Preocupação prioritária com a criação de instituições e organismos.
- Protecionismo das empresas da União Europeia.
- Política de subsídio e fortalecimento de empresas nacionais e europeias ‘campeãs’.
- Preocupação com o desenvolvimento de padrões europeus de produtos.
- Liberalização de mercados e incentivo à competição.
- Estímulo à colaboração geral entre empresas dentro da União Europeia.

¹⁶ *Building the European Information society for us all.* (EUROPEAN COMMISSION, 1997)

¹⁷ (DGV) *Directorate-General for Employment, Industrial Relations and Social Affairs*

- Estímulo à colaboração para projetos específicos orientados ao mercado.
- Preocupação com a coesão dos países europeus.
- Aceitação da globalização.
- Foco nos objetivos, mais do que nos padrões.

Sillince argumenta que uma das primeiras abordagens da União Europeia para as políticas de informação foi uma forte preocupação com a criação de instituições e organismos para discussão da política e para a disseminação da informação. Alguns mecanismos mais antigos incluíram também o protecionismo e uma política de subsídio e fortalecimento de empresas europeias ‘campeãs’. Em seguida, foram adotados métodos de liberalização e competição, na contramão de uma política que encorajava a colaboração entre empresas intraeuropeias.

Com a inclusão de muitos países do Sudeste, nações mais pobres, outro objetivo da política de informação foi o de facilitar a ‘coesão’ – a difusão de informação e suas tecnologias entre países mais ricos e mais pobres e entre organizações mais ou menos avançadas da União. Isso trouxe o conflito com a política de competição, que enfatizava recompensas para nações e empresas mais avançadas.

A aceitação da globalização, por sua vez, minou o conceito de empresa Europeia (e qualquer justificativa para encorajar a colaboração intraeuropeia ou escolher as ‘vencedoras’) e levantou dúvidas sobre os benefícios do desenvolvimento de sólidos padrões industriais europeus.

Sillince ressalta que os paradigmas apresentados demonstram certa dificuldade na formulação de políticas de informação, os modismos passageiros das soluções políticas, a inevitabilidade das ambiguidades e conflitos da política, e a razão da falta de uma política de informação integrada.

Também preocupados com as bases para a formulação de políticas de informação na Espanha, Sebastián, Rodríguez e Mateos (2000) descreveram o cenário e o processo que levaram esse país a repensar suas políticas de informação, transpondo as fronteiras da documentação científico-tecnológica, em direção à recuperação do direito fundamental à informação. Eles afirmam que o enorme conteúdo cultural da Espanha não estaria sendo completamente aproveitado, em virtude de a sua disseminação estar nas mãos das iniciativas privadas e possivelmente estrangeiras.

Sebastián, Rodríguez e Mateos enumeram os principais motivos que levaram a União Europeia a repensar as políticas de informação:

- O alto nível de desemprego na União Europeia e o impacto social que isso ensejava. Inabilidade dos governos europeus de sustentar taxas adequadas de inovação tecnológica e adaptação competitiva.
- A globalização da economia no nível internacional.
- A aceleração das mudanças tecnológicas.
- A necessidade de novos modelos de educação e treinamento.
- A redução gradual da presença do setor público na produção e distribuição de bens e serviços.
- O deslocamento de demandas para mercados emergentes (por exemplo, o mercado das telecomunicações).
- A transformação do mercado de trabalho e estruturas de emprego de mão-de-obra rumo a um mercado cooperativo.
- As mudanças na indústria da informação, incluindo a convergência de mídia, serviços de telecomunicação e de tecnologia.
- A globalização das comunicações e a padronização no uso dos computadores.
- A concentração da pesquisa tecnológica e das políticas de desenvolvimento das TIC, levando os investimentos a serem conduzidos nessa direção.

Durante a crise que afetou a Europa, no início dos anos de 1990, foi necessária a reavaliação de várias matérias estruturais e uma delas foi o impacto social resultante do alto índice de desemprego. Essa situação socioeconômica conduziu ao desenvolvimento do relatório *Crescimento, competitividade e emprego: os desafios e caminhos em direção ao século 21 – Livro Branco*¹⁸ (Comissão Europeia, 1993).

¹⁸ *White paper on growth, competitiveness and employment: the challenges and ways forward into the 21st century* (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1993)

Também conhecido como o relatório branco Delors, esse documento propôs uma série de ações sobre as políticas de informação na Europa e foi o trabalho mais significativo de discussão política, enfatizando a necessidade de preparar um quadro legal e institucional para a construção da sociedade da informação para o presente e futuro (SEBÁSTIAN, RODRÍGUEZ e MATEOS, 2000).

A Espanha, já plenamente integrada à União europeia, começa, a partir de 1995, a programar diretrizes para uma política espanhola. Sobre os diversos planos desenvolvidos, desde a concepção do relatório Delors, Sebastián, Rodríguez e Mateos comentam que vários organismos da administração central da Espanha fizeram uso de inúmeros modelos, para controlar tanto a informação pública quanto a produção de informação por entidades financiadas com fundos públicos.

Nos anos de 1990, projetos para o desenvolvimento de uma sociedade da informação se sucederam. Esses projetos deram uma grande ênfase ao desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicações, orientadas para o uso de computador, em detrimento de uma preocupação maior com geração e disseminação de conteúdos de utilidade, deixando de lado aspectos culturais e sociais da informação.

O plano Info XXI: A Sociedade da inform@ção para Todos¹⁹ (Comissão Interministerial da Sociedade da Informação e das Novas Tecnologias, 2000) é apontado por Sebastián, Rodríguez e Mateos como a primeira iniciativa que compreende a tentativa de um trabalho coordenado da atividade pública, rumo à sociedade da informação. Os autores ressaltam que, paradoxalmente, em nenhum momento ele tenha considerado a criação interna de conteúdos, o que se pode ser deduzido das contas de despesas apresentadas no próprio plano. Aproximadamente ¼ das finanças públicas, utilizadas nos três primeiros anos do plano, foram divididos entre Ministério do Desenvolvimento e Ministério da Indústria.

Em estudo comparativo entre as políticas de informação de países do Ocidente (Canadá, USA e Estados Membros da União Europeia) e países do Leste Asiático, Moore (1997) afirma que a política de informação é muito similar em todo mundo. Porém, os mecanismos selecionados, para atingir os objetivos, diferem-se amplamente. Para ele, no Ocidente, os mecanismos são determinados pela economia prevalecente dos livre-mercados que dependem do lucro, competição e desregulamentação. No Leste Asiático, a ênfase está na parceria entre o setor privado e o Estado, este último assumindo as rédeas na formulação da política e no financiamento da infraestrutura. A competição é administrada e regulada. O autor

¹⁹ *Info XXI: La Sociedad de la Inform@ción para todos.* (COMISIÓN INTERMINISTERIAL DE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN Y DE LAS NUEVAS TECNOLOGÍAS, 2000).

aponta a abordagem do Leste Asiático, como a mais propensa a ser bem sucedida. No Leste Asiático os países vêem a regulação positivamente. Tomando como exemplo a provisão do serviço de acesso universal, em todos os países existe uma firme crença de que telecomunicações e outras partes da infraestrutura devem estar disponíveis a todas as pessoas. Isso é particularmente importante para os países em desenvolvimento, como a Tailândia que tenta minar as diferenças entre as áreas urbanas e rurais. Porém, segundo Moore, é quase impossível insistir na disponibilidade universal, dentro de um sistema governado pelas leis de livre-mercado. Ao contrário, através do uso criativo da regulação, é possível para o Estado atingir os seus objetivos de garantir a todos, o acesso à infraestrutura de informação e de comunicação.

Duas outras características definem as políticas de informação que estão sendo desenvolvidas no Leste Asiático: a primeira é uma forte crença no valor da competição, mas que é moderada pelo reconhecimento de que, em muitas circunstâncias, a competição precisa ser administrada. A segunda é a preocupação com o desenvolvimento das pessoas, através da educação básica e do treinamento para serem *participantes ativos da sociedade da informação, e não só consumidores passivos* (MOORE, 1997, grifo nosso).

A França começou a implantar o programa de ação governamental para entrada na “Sociedade da Informação”, Programa de ação governamental para a Sociedade da informação²⁰ (PAGSI), no ano de 1998. O programa, considerado excessivamente técnico, recebeu críticas por não ter uma visão de política de informação nacional de longo prazo. Foi criticado também pela falta de um planejamento para o desenvolvimento de conteúdos. Neste programa foram apresentados seis campos prioritários:

- As novas TIC aplicadas ao ensino;
- A construção de uma política cultural visando ao aumento de volume de conteúdos franceses na internet;
- A reforma do Estado e a modernização dos serviços públicos pelo uso das TIC;
- A disponibilidade das TIC, como instrumento essencial à melhoria da produtividade das empresas;

²⁰ *Programme d'Action gouvernemental pour la Société de l'Information (PAGSI)*

- A necessidade de investimento em P&D para desenvolvimento de tecnologias da informação e de conteúdos genuinamente franceses;
- A regulação eficaz e provisão de um quadro de segurança das novas redes de informação, tais como: a regulação do audiovisual e telecomunicações; a proteção da vida privada e das liberdades individuais; a segurança de dados (criptografia), etc. (AUN, 2001).

No Brasil, o Programa Sociedade da Informação foi “o instrumento mais elaborado para traçar uma política de informação” (BARRETO, 2009, p.2). Seguindo os padrões de desenvolvimento de políticas da União Europeia, a elaboração desse livro foi conduzida pelo Grupo de Implantação do Programa, formado por membros do governo, da iniciativa privada, da comunidade acadêmica, do terceiro setor e de um amplo espectro de indivíduos pertencentes a vários segmentos e instituições representativas da sociedade. A proposta do Programa foi a de mudar a visão que enfatizava os aspectos puramente tecnológicos e de infraestrutura, valorizando não só a competição do país no mercado global, como também a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade (LEGEY e ALBAGLI, 2002).

De acordo com o documento “Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde”, publicado em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, todos os países, voluntária ou involuntariamente, caminharão para a sociedade da informação, o que impõe desafios, refletindo uma singular combinação de riscos e oportunidades. Portanto, compete a cada país encontrar sua rota e suas prioridades dentro deste cenário. O objetivo proposto pelo Programa Sociedade da Informação foi integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tivesse condições de competir no mercado global. Adotou-se, como pressuposto, o compartilhamento de responsabilidades entre governo, e sociedade civil e, com essas premissas e objetivos, o Programa propôs as seguintes linhas de ação:

Quadro 1 - Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação

Linhas de ação	Descrição
Mercado, trabalho e oportunidades	Promoção da competitividade das empresas e a expansão das pequenas e médias empresas, apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
Universalização de serviços e formação para a cidadania	Promoção da universalização do acesso à internet, buscando soluções alternativas, com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
Educação para a sociedade da informação	Apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância, baseados na internet e em redes, através de fomento ao ensino, autoaprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal.
Conteúdos e identidade cultural	Promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica, e de informações de C&T, bem como a projetos de P&D, para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.
Governo ao alcance de todos	Promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento a aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.
P&D, Tecnologias-chaves e aplicações	Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D aplicados a essas tecnologias, nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chaves; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC.
Infraestrutura avançada	Implantação de infraestrutura de informações, integrando as diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes e fomento à integração operacional.

Fonte: LEGEY e ALBAGLI, 2000

Sobre o Programa, Albagli (2009, p.421) conclui que:

(...) bastante abrangente e ambicioso em sua concepção, acabou se fragmentando em múltiplas áreas e órgãos do governo, ao mesmo tempo em que se ampliaram as iniciativas em âmbitos público, governamental e privado, embora desarticuladas.

Como foi demonstrado, se historicamente as políticas de informação estiveram presentes nas sociedades, o direcionamento político e administrativo dos países sobre o exercício das atividades de informação tem variado ao longo do tempo. A evolução das tecnologias ampliou significativamente o número e a complexidade das questões e problemas envolvidos nesse tema e em especial a Ciência da Informação atravessou as fronteiras das políticas nacionais, voltadas exclusivamente para a informação científica e tecnológica, rumo a um debate sobre as atividades de informação, em todas as suas formas e domínios de aplicação.

Cientistas políticos e sociais têm desenvolvido um número de modelos, quadros e teorias, para análise das políticas públicas, embora poucos tenham sido explicitamente aplicados ou testados no contexto de análise das políticas de informação. Uma das características da pesquisa em política de informação é o número e a diversidade de disciplinas acadêmicas que, com alguma justificativa, reivindicam ser a disciplina de base para os estudos na área. Alguns fatores explicam a natureza altamente distribuída da pesquisa em política de informação: as múltiplas interpretações do termo “informação”, nos diferentes contextos econômico, social e cultural; a evolução das políticas de informação ao longo do tempo, que se desenvolveram como soluções práticas voltadas para problemas específicos; e a natureza altamente institucionalizada dos estudos das políticas (ROWLANDS, 1996).

Reforçando a posição de Rowlands, Browne (1997) afirma que, ao longo dos últimos trinta anos, a postura dos governos, no campo da política de informação, tem sido a de dar respostas fragmentadas, esporádicas e reativas a questões específicas. Uma das principais razões para essa deficiência seria o processo pelo qual agendas das políticas são definidas. Governos tendem a reagir a *lobbies* e a preocupações da comunidade. Ainda não houve, nesse sentido, uma pressão suficiente, no caso de matérias relacionadas à informação, que resultasse num foco coerente para as políticas. O que tem acontecido é que questões específicas, levantadas por poderosos grupos de interesse, têm influenciado majoritariamente no direcionamento das políticas de informação. Porém, a reação a esses grupos nem sempre é uma abordagem imparcial que garanta, dentro de uma perspectiva mais ampla, que os direitos individuais dos usuários à informação sejam preservados.

3 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Pesquisadores têm se empenhado em definir e organizar em estudos e quadros mais gerais, as matérias de interesse, pressupostos, padrões, objetivos, aplicações, métodos e abordagens de análise da política de informação, pelo “pluralismo teórico” que o assunto envolve. A proposta deste capítulo é justamente a de apresentar alguns desses estudos, buscando mostrar aspectos teóricos e práticos do tema sem, contudo, ter a pretensão de esgotar o assunto.

Autores como Lundu (1988), Montvloff (1990), Hernon e Relyea (1991), Browne (1997), Moore (1998), Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002), e Braman (2006) trabalharam no sentido de estabelecer estruturas normativas para as políticas de informação, baseadas nas matérias de interesse e nos contextos a que elas se aplicam. Frohmann e Braman buscaram, na interlocução com o conceito de regime, uma abordagem para análise das políticas de informação, enfatizando as políticas estabelecidas nas relações entre atores sociais, nas práticas e fluxos de informação, e nos artefatos tecnológicos.

3.1 O domínio da política de informação

Na visão de Braman (2004), as políticas de informação possuem características únicas: 1) A informação tornou-se uma área explícita de interesse de formulação de políticas, mais recentemente; 2) A informação é uma área de interesse atípica, no seu número não usual e na diversidade de atores e arenas de decisão; 3) Decisões tomadas em torno da informação têm um enorme impacto sobre eventos e políticas constituídas em outras áreas, enquanto que o inverso é verdadeiro, porém num grau bem menor; 4) A informação não se enquadra em categorias utilizadas pelos instrumentos tradicionais de análise de políticas; 5) A política de informação, aplicada em níveis diferentes da estrutura política e social, do local ao global, é excepcionalmente interdependente. Numa área emergente das políticas, o domínio deve ser definido não só em função das políticas manifestas ou visivelmente pertinentes à área em questão, mas também em função das políticas latentes, existentes, porém não visíveis.

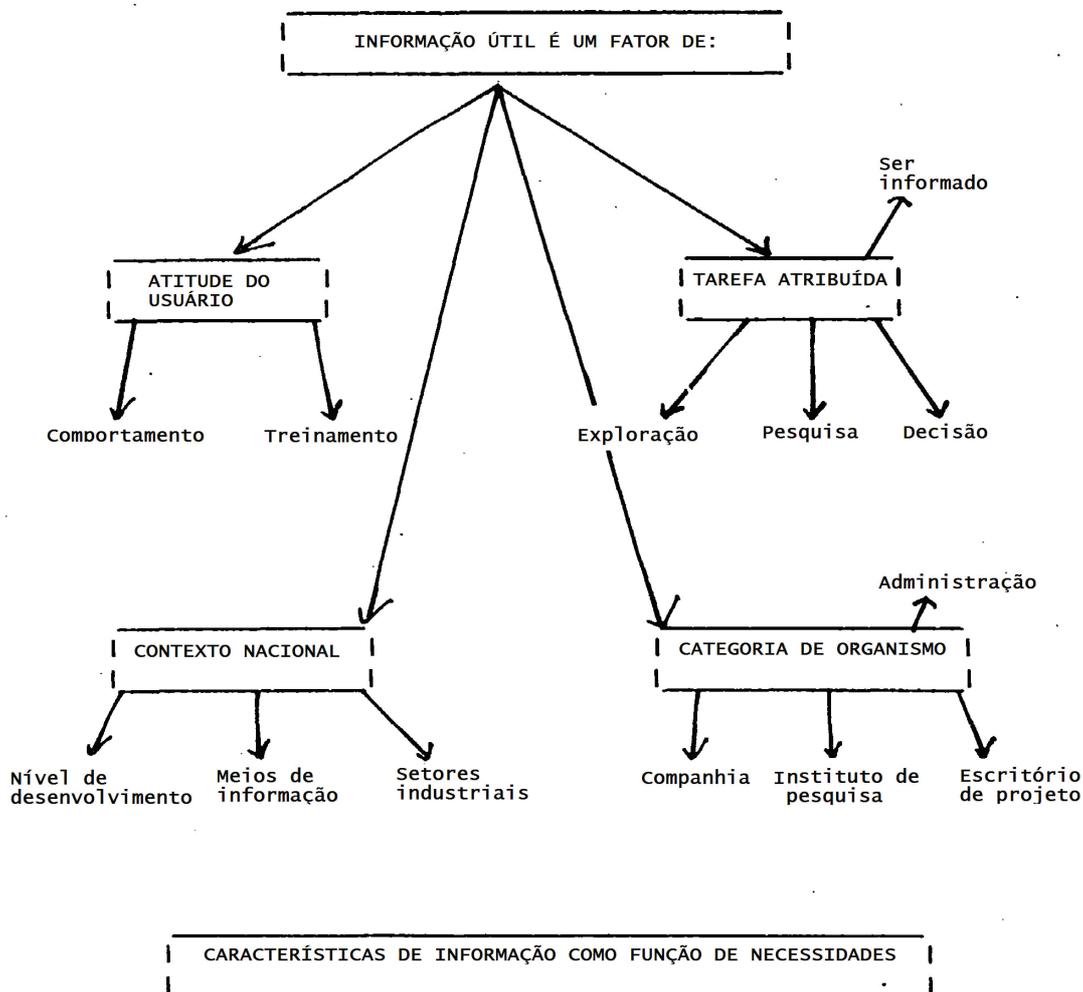
Lundu (1988) afirma que a informação é um recurso econômico digno de debate em nível nacional, sugerindo que uma política nacional de informação deve

levar em conta usuários, atividades, as organizações e instituições, o contexto do país e sua relação com os processos de produção, comunicação e uso da informação. Segundo esse autor, a informação é requerida para realizar atividades de educação (ensino médio, básico e superior), pesquisa (básica e aplicada), tomadas de decisões (pessoais, institucionais setoriais, nacionais, regionais e internacionais), recreação e cultura e obviamente informação para atender ao direito de ser informado. Portanto, são as tarefas ou funções que, em termos gerais, tendem a determinar o tipo de informação requerida e são os sistemas de informação (bibliotecas, centros de documentação, bancos de dados e arquivos) que podem satisfatoriamente prover tais informações.

Em trabalho que discute uma Política de Informação Nacional para a Zâmbia, Lundu demonstra sua preocupação com a utilidade da informação. O autor apresenta os fatores que estabelecem uma relação com a informação, quando ela é pensada como um recurso para o desenvolvimento nacional. Nessa abordagem, a informação útil seria função da atitude do usuário, da tarefa informacional executada, da categoria da organização ou instituição e do contexto. Esse autor ressalta que todos os membros da sociedade precisam de informação e a habilidade dos usuários de tornar efetivo o uso da informação deve ser potencializada pela educação e pela popularização dos serviços de informação. Os tipos de usuários, da sociedade, variam e uma política de informação deve se esforçar em enunciar como os sistemas de informação devem ser criados, executados e financiados de forma a atender às necessidades de informação dos usuários.

Figura 1 - A Informação em função das necessidades do usuário

19b.



Fonte: Adaptado de LUNDU, 1988, p.114

Lundu coloca o usuário da informação em foco, levando em conta as suas diferentes necessidades: o tipo de atividade que realiza; a organização (vista aqui de forma ampla) e o país onde a tarefa de informação está sendo realizada. Cabe destacar algumas das suas principais preocupações: o atendimento a todos os membros da sociedade, tendo a informação como um direito; a importância da educação e dos serviços de informação como forma de potencializar o uso efetivo da informação; a consideração do contexto nos quais são exercidas as práticas de informação. Contudo, a interpretação da informação como recurso, incorre em risco de colocar as políticas num patamar que privilegia aspectos prioritariamente econômicos, colocando, em segundo plano, aspectos sociais, políticos e culturais, tais como: os

efeitos da informação sobre o usuário, com os seus múltiplos interesses, o sentido da informação variando no tempo e no espaço, a conversão da informação em conhecimento novo; e a capacidade do usuário de aplicar o conhecimento adquirido em situações do dia a dia.

Com a visão de uma política nacional de informação, voltada para estratégias de desenvolvimento das nações, Montvloff (1990) define a informação como aquela de caráter público, necessária para solução de problemas. Nessa abordagem, não estariam incluídas as informações de natureza geral, amplamente difundidas pelas mídias de notícias e de publicidade, e a informação classificada, restrita a número limitado de usuários.

Para Montvloff, a política de informação é o conjunto de princípios e estratégias que guiam o curso de ações para atingir um determinado objetivo. Pode ser implantada em nível organizacional ou institucional, como micro políticas, ou em nível nacional, regional ou internacional, como macro políticas. A política de informação se apresenta na forma de instrumentos jurídicos (constituição, decretos, leis, regulamentos, tratados etc.); instrumentos profissionais (códigos de conduta, códigos de ética profissional) e instrumentos culturais (costumes, crenças, valores sociais). Ela provê uma orientação para o projeto de uma estratégia e de programas voltados para o desenvolvimento e uso de recursos, sistemas e serviços de informação, estes três, definidos da seguinte forma:

- Os recursos de informação incluem dados na forma textual, numérica, de imagem ou de som gravados em mídia não convencional ou convencional, coleções, expertise humana, expertise institucional, indústria da informação, etc.;
- Os serviços de informação incluem provisão de informação e dados, através de sistemas e redes de diferentes tipos, no setor privado e público;
- Os sistemas de informação são conjuntos de unidades de informação, em formas computadorizadas ou não, que interagem entre si em padrões consistentes.

Hernon e Relyea (1991) consideram que embora a literatura frequentemente faça referência a uma política de informação no singular, não existe uma única política que englobe todas as questões da informação. Ao contrário, as políticas de informação tendem a endereçar matérias específicas, às vezes fragmentadas, sobrepostas e contraditórias. Para esses autores, a política de informação vai além da esfera do

Estado, alcançando diferentes tipos de organizações, associações e outros grupos, tanto em nível nacional quanto internacional. É um campo que compreende ambos, ciência da informação e política pública, e que trata a informação tanto como mercadoria - quando remete aos direitos de propriedade - quanto como recurso a ser coletado, protegido, distribuído, manipulado e gerenciado.

Rowlands (1996) afirma que a análise da política de informação pode ser realizada em termos dos seus impactos e dos seus resultados, num ambiente mais amplo ou dentro do próprio processo político. Porém, este autor afirma que, assim como na visão de Burger, essa análise pode ser feita, levando-se em conta os aspectos ambientais, culturais, econômicos e outros fatores que moldam e direcionam as políticas e suas implementações. Essa perspectiva levou Burger a uma abordagem sobre a política de informação, mais inclusiva e mais abrangente. Para tal autor, políticas de informação seriam *“mecanismos sociais usados para controlar a informação e os efeitos sociais da aplicação desses mecanismos”*²¹ (BURGER, 1993, p. 27, tradução nossa).

Procurando explorar a estrutura normativa da política de informação, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) elaboraram um modelo, resultado de um trabalho que pesquisou a ocorrência de termos em periódicos, associados à expressão “política de informação”. Esse modelo agrupa as áreas de interesse da política de informação, em cinco categorias:

A - Proteção da informação – são os regulamentos e mecanismos que controlam o acesso à informação e divulgação na esfera pública e em mercados de informação. Estão incluídos nessa categoria segurança da informação, privacidade, proteção de dados, sigilo profissional e fluxos de dados transfronteiras.

B - Mercados de informação – são as leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdos de informação e que permitem trocas no mercado como, por exemplo, os direitos autorais.

C - Radiodifusão e telecomunicações – Políticas públicas que regulam os meios de comunicação de massa, balanceando os interesses comerciais e do

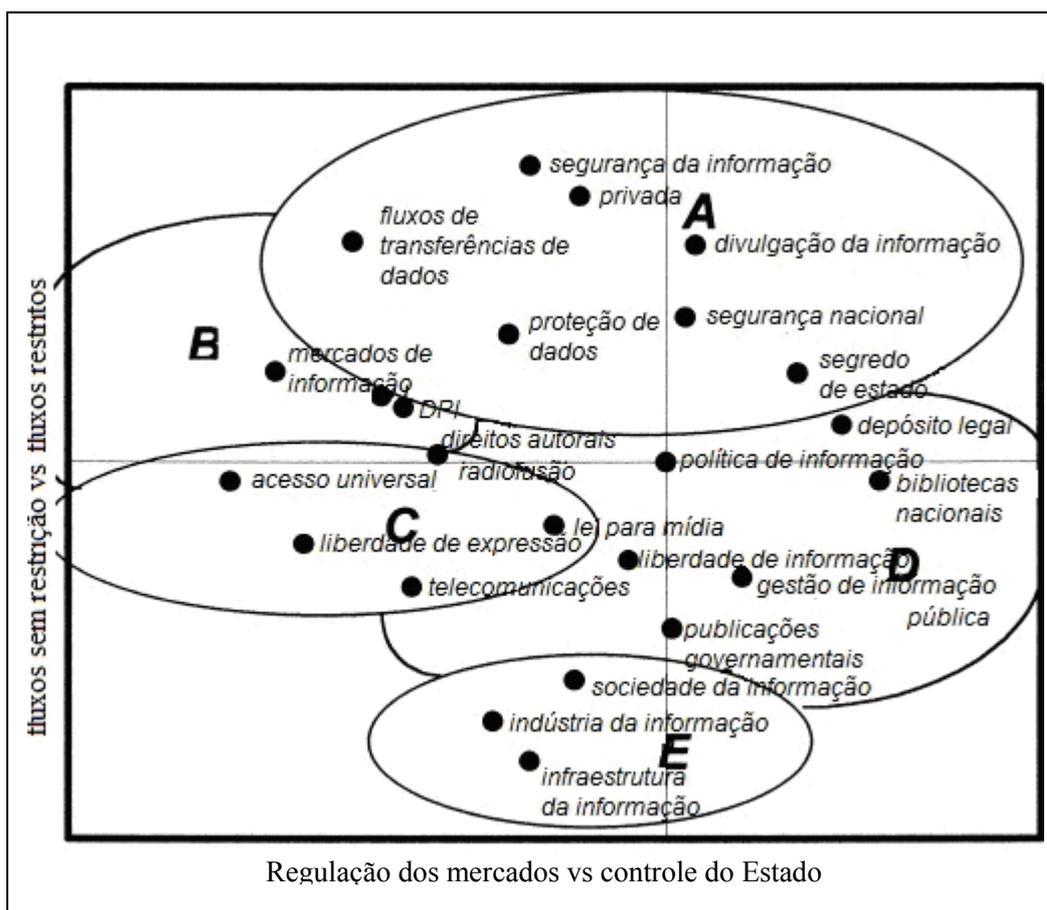
²¹ *“Societal mechanisms used to control information, and the societal effects of applying those mechanisms”* (BURGER, 1993)

cidadão. Estão incluídos nessa categoria a liberdade de expressão, o acesso universal, a lei de imprensa, etc.

D - Acesso público à informação oficial – Políticas e regulamentos que controlam o acesso do cidadão à informação mantida pelo governo. Estão incluídas nessa categoria, dentre outras, as publicações do governo e a liberdade de informação.

E - Sociedade da informação e infraestrutura – Medidas de políticas públicas que investem ou encorajam o setor privado a investir na infraestrutura de informação (definida de forma ampla).

Figura 2 - Mapa conceitual do campo da política de informação



Fonte: Adaptado de Rowlands, Eisenschitz e Bawden, 2002, p. 33

A dimensão y representa um espectro que vai dos fluxos irrestritos e abertos, para os fluxos restritos e controlados. A dimensão x indica os papéis distintos do

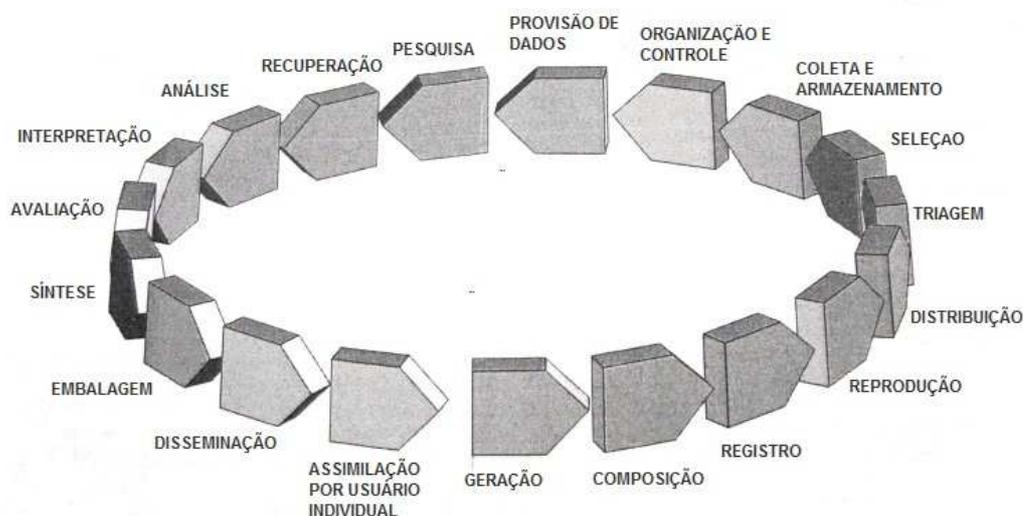
Estado na política de informação: como regulador dos mercados de informação (à esquerda) e como um aglutinador e disseminador da informação (à direita).

O modelo apresentado se enquadra dentro do paradigma da informação, como uma entidade inserida em uma economia de mercado, como algo usado pelos consumidores. A informação pode ser controlada tanto pelo mercado, tendo, nesse caso, um valor econômico, quanto pelo setor público, através de políticas públicas. Quando o mercado tem o controle, o modelo jurídico é o da propriedade intelectual e a exploração da informação se dá nas várias formas de licenciamento. Sob essa perspectiva, a informação é vista primariamente como recurso. Quando o controle da informação é de responsabilidade do Estado, as políticas de informação consistem nos direitos de acesso, atendendo vários propósitos: para indivíduos alcançarem seus potenciais, conduzirem suas vidas e acompanharem o processo democrático, para coesão social e enriquecimento cultural. Porém, é importante ressaltar que mesmo quando o Estado detém o controle da informação, o paradigma do mercado persiste, quando se considera a informação apenas como um recurso, sem levar em conta os seus aspectos culturais e sociais (ROWLANDS, EISENSCHITZ e BAWDEN, 2002).

Para Braman (2006), o modelo de uma cadeia de produção da informação é a heurística mais amplamente utilizada para identificar o que é a política de informação. Essa abordagem inclui os estágios de criação, processamento (cognitivo e algorítmico), armazenamento, transporte, distribuição, destruição e busca de informação. O termo guarda-chuva, “política de informação”, se refere a toda lei ou regulamentação que lida com a criação, processamento, fluxo e uso da informação e este seria o domínio da política para a informação, comunicação e cultura.

Alinhada com a visão de Braman, Browne (1997) propõe a cadeia de transferência de informação como uma base para um modelo normativo efetivo, que permite uma articulação entre as áreas da política de informação, oferecendo um desenho dos limites do campo representado na Figura 3.

Figura 3 - Cadeia de Transferência de informação



Fonte: Adaptado de Browne, 1997, p.272

O modelo proposto mostra um ciclo que se inicia com a geração de ideias e sua composição, em diferentes formas, seguido pelos processos padrão de coleção e armazenamento, organização, recuperação e assim por diante. Browne destaca alguns autores que reforçam a validade dessa proposta: Heron e Relyea²² que colocam o ciclo de vida da informação no coração do conceito da política de informação; Burger (1993, p.65, tradução nossa), que diz que “a política de informação estabelece os parâmetros dentro dos quais a informação é controlada (criada, sintetizada, analisada, armazenada, disseminada, recuperada e usada).”²³; Eisenschitz²⁴ (1993) que considera o processo de transferência de informação como o foco da política de informação e Trauth (1986)²⁵, para quem o campo da política de informação é aquele onde a política em curso reforça ou restringe os fluxos de informação.

Alegando uma falta de coordenação e coesão nas políticas de informação no Reino Unido, Moore (1998) desenvolveu uma matriz, à luz da qual considera ser

²² HERNON and RELYEA, Information policy. In: Kent and Lancour (eds), Encyclopedia of Library and Information Science: Vol. 48, Supplement II (Dekker, New York, 1968)

²³ *Information policy establishes the parameters within which information is controlled (created, synthesized, analyzed, stored, disseminated, retrieved and used).* (BURGER, 1993)

²⁴ EISENSCHITZ, Information Transfer Policy (Library Association, London, 1993)

²⁵ TRAUTH, A integrative approach to information policy research, Telecommunications Policy 10(1) (1986) 41-50

possível analisar políticas de informação, fornecendo uma visão de conjunto e permitindo a análise de seus objetivos, deficiências e necessidades. De acordo com esse autor, seriam três, os níveis sobre os quais incidem as políticas de informação: o industrial, o organizacional e o social. Estes, por sua vez, são interceptados por quatro temas: tecnologia da informação, mercados de informação, recursos humanos e legislação e regulamentação.

Quadro 2 - Matriz da Política de Informação

	Tecnologia da Informação	Mercados de Informação	Recursos Humanos	Legislação e Regulamentação
Nível Organizacional - Organizações do setor público e privado.				
Nível Industrial - indústrias do mercado editorial, telecomunicações, radiodifusão, hardware, software e serviços de computação.				
Nível Social - Pessoas que podem utilizar a informação para fazer escolhas e melhorar a qualidade de vida.				

Fonte: Adaptado de Moore, 1998, p. 339

De acordo com a matriz apresentada, Moore afirma que, em relação às tecnologias de informação, o objetivo principal das políticas está no desenvolvimento de infraestrutura tecnológica efetiva e garantia de que está sendo bem aplicada. Dentro dos mercados, as políticas de informação devem buscar o equilíbrio entre os interesses de atores chaves e interesses de consumidores em geral. O foco da dimensão Recursos Humanos está no desenvolvimento da capacidade das pessoas, para o uso da informação, através principalmente da educação e de sistemas de treinamento. A Legislação e Regulamentação, por sua vez, teria como esforço principal o desenvolvimento de um quadro de leis e regras que fortalecessem um movimento em direção a uma sociedade da informação.

Como afirmam Sebastián, Rodríguez e Mateos (2000), o modelo de Moore, além de oferecer uma referência para analisar as funções da política de informação, permite identificar as áreas adequadas para as quais a formulação de objetivos deve se dirigir.

Na visão de Rehman (1996), a informação é como a seiva, que circula por todas as áreas: ciência e tecnologia, comércio, saúde, educação, mídia e

comunicação, agricultura, economia, domínios socioculturais, tecnologia da informação, meio ambiente e desenvolvimento, para citar alguns. Dentro desta perspectiva, as políticas de informação estariam em interação contínua com uma variedade de políticas, dentro do quadro nacional, como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Escopo da Política de Informação



Fonte: Adaptado de REHMAN, 1996, p.186

3.2 O papel da informação

Segundo Sillince (1994), a informação possui outras facetas além da social e econômica. A informação não estaria bem enquadrada nas teorias econômicas, pois ela é inexaurível, seu valor é constantemente reduzido na razão do seu uso pelos indivíduos e é difícil de ser medido, pois depende dos usuários, das ocasiões e dos contextos específicos onde ela é utilizada. O termo “informação” pode significar coisas

diferentes, para pessoas diferentes, em diferentes ocasiões, dependendo da perspectiva adotada.

A política de informação é comumente caracterizada por um número extraordinário de atores e de arenas de decisões. Questões semelhantes, que abrangem de projetos de rede à privacidade de dados, podem ser tratadas desde arenas locais até arenas internacionais. Uma das fraquezas na sua formulação reside no fato de elas não considerarem a informação em todas as suas formas. (BRAMAN, 2006). Partindo dessa afirmação, Braman classifica as definições de informação segundo três parâmetros: a complexidade da estrutura social; o escopo e a escala dos processos sociais e a abrangência de tipos de processos que a definição alcança; o nível de poder atribuído à informação e à sua criação, processamento, fluxo e uso. Com esses parâmetros, a classificação da informação segue uma hierarquia que parte de uma abordagem mais restrita para uma abordagem mais ampla: como recurso, mercadoria, percepção de um padrão e como força constitutiva da sociedade.

A informação como recurso seria aquela necessária para uma entidade – pessoa, organização ou comunidade – funcionar. A informação, nessa perspectiva, é uma entrada para um processo burocrático, um processo de decisão ou um processo produtivo. É aplicada a estruturas sociais relativamente simples, em sistemas com fronteiras bastante definidas e, nessa visão, a informação não tem um poder em si mesma. Neste tipo de abordagem, a informação está desvinculada de corpos de conhecimento, apresentando-se em fragmentos, ou organizada em fluxos de informação. É o caso, por exemplo, dos relatórios econômicos, tais como os Balanços Nacionais. No nível individual, o processo de busca de informação (*“information seeking”*) é um esforço para adquirir a informação como recurso e, uma “lacuna de conhecimento” acontece, quando estes recursos são insuficientes para tomada de decisão. A informação é considerada como um bem secundário quando é um recurso para as organizações produtivas e se torna um produto final quando é recurso para o seu comprador ou consumidor. Não importam, nessa visão, os efeitos da informação e sim o seu uso. A informação é utilizada como recurso, por indivíduos, organizações, entidades, comunidades ou Estados-nações, a partir de uma visão isolada e autônoma em que criadores, processadores e usuários da informação são tratados separadamente (BRAMAN, 2006).

Para Braman, a análise da informação, como recurso, é geralmente quantitativa, como por exemplo, uma medição de números de chamadas telefônicas. Este tipo de análise não se atém ao conteúdo, usos, ou efeitos, sejam eles comportamentais ou na construção de sentido. A força da definição de informação, como recurso, está no fato de que ela pode ser facilmente compreendida e

amplamente aplicada. Ela requer apenas um sistema que consome ou entrega a informação, trabalhando isoladamente, autonomamente e com fronteiras bem definidas. A estrutura social a que esse tipo de definição se aplica é também relativamente simples. A informação não tem poder em si mesmo. Metodologicamente, esta abordagem enfatiza os usos que as pessoas fazem da informação, mais do que o seu efeito sobre elas. Esse conjunto de características tornou a definição de informação, como recurso, uma abordagem atrativa para os economistas e para os formuladores de políticas que se apoiam em análises econômicas para tomar suas decisões.

A informação, sob a perspectiva de mercadoria (*commodity*), abrange toda a cadeia produtiva da informação. Nesse sentido, a informação tem um valor organizacional e amplia a definição de informação como recurso, na medida em que incorpora o seu intercâmbio e uso, aplicados a uma estrutura social que compreende compradores e vendedores e a organização necessária para produzir e distribuir a informação dentro do mercado. Ela tem, no mínimo, um poder econômico. Estariam incluídos nessa perspectiva a informação, seu processamento e fluxos tratados como “serviços” no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços²⁶ (AGCS), administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

As críticas a essa abordagem dizem respeito ao fato de que, ela não só ignora muitas das funções sociais da informação, mas também destrói outras formas de valor (social, cultural, religioso e estético). Isso se confirma pela afirmação de Siqueira (2004, p.8), em relação à participação da educação como um serviço a ser comercializado entre países e inserido no rol dos serviços do AGCS:

Com a educação no GATS, corre-se o risco da sua transformação em um processo de simples comercialização, onde grupos internacionais ou grupos nacionais a eles coligados seriam os vendedores, enquanto os países, principalmente os em desenvolvimento, passariam a ser meros compradores de pacotes de serviços diretos (por exemplo, cursos profissionalizantes, de graduação, aperfeiçoamento e pós-graduação, etc.) e complementares (por exemplo, sistemas de avaliação e certificação), além de “bens de consumo educacionais” (por exemplo, livros e materiais didáticos, cadernos, lápis, mapas, equipamento científico, uniformes, etc.). Tal perspectiva fere a soberania e a autonomia das nações, num caminho que pode levar à perda da diversidade cultural e dos valores locais.

Para Koenig (1995), existe uma tensão entre o valor agregado dos serviços e produtos de informação e a informação com características de um bem público. Os

²⁶ *General Agreement on Trade in Services* (GATS)

produtos de informação são inerentemente produtos de valor agregado (informação precisa, atualizada, oportuna, formatada, processada, editada, etc.), investidos pela propriedade privada, numa combinação proporcional entre os seus criadores e distribuidores. Ao mesmo tempo, a informação é uma mercadoria singular. Ela pode, com custos triviais em relação à sua criação, ser replicada e transmitida infinitamente, embora a sua posse ainda continue com o proprietário original. A consequência disso é uma tensão perpétua entre duas lógicas: a primeira que diz que a informação é um produto de valor agregado, por excelência, cuja existência se deve ao seu criador e para incentivar a sua criação um grau significativo de propriedade deve ser atribuído aos seus criadores e distribuidores; a segunda que diz que o acesso amplo da informação, pela sociedade, é de imensa utilidade e que é um benefício para a sociedade encorajar o mais amplo e baixo custo de distribuição possível. Porém, embora esse antagonismo não seja nenhuma novidade, o que Koenig aponta como novo é o efeito da digitalização da informação nessa tensão. O autor conclui que o crescimento exponencial do processamento de dados, armazenamento e comunicação, os três componentes fundamentais dos sistemas de informação, está colocando peso nos dois lados da balança, aumentando profundamente a tensão entre eles.

Braman afirma que a compreensão da informação, como *commodity*, requer o entendimento de um conceito complementar que é a cadeia de produção da informação que inclui criação, geração e coleção, processamento (cognitivo e algorítmico), armazenamento, transporte, distribuição, destruição e busca. A informação comoditizada agrega maior valor econômico, na medida em que avança na cadeia de produção.

Uma outra abordagem, para a informação, é classificada por Braman como um padrão percebido. Tal abordagem leva em conta tanto o contexto quanto a estrutura à qual a informação se aplica. A informação, nessa perspectiva, pode ser afetada por fatores ambientais, tem passado e futuro e pode causar impacto. As definições desse tipo aumentam em complexidade, de acordo com o seu contexto e a sua estrutura de aplicação. A forma mais simples dessa abordagem considera a informação como uma capacidade da informação de reduzir a incerteza. Tal visão é importante, do ponto de vista econômico, porque a redução de incerteza aumenta a “produtividade” dos processos decisórios. Enquadra-se nessa abordagem a teoria clássica do matemático Claude E. Shannon. Na Teoria de Shannon, são necessários um contexto de referência e um código comum no qual a mensagem é codificada e transmitida por um emissor e decodificada e recebida por um receptor.

Essa abordagem pode ser adotada para uma extensa gama de fenômenos e processos, aplicada às estruturas sociais complexas onde a informação exerce um poder significativo. Integram-se a essa visão definições mais complexas que levam em conta o contexto, a criação de sentido, por parte do receptor da mensagem, e os impactos culturais, econômicos, políticos e sociais das arquiteturas de conhecimento, que podem ser encontradas na semiótica, nos estudos culturais, na sociologia do conhecimento e na própria Ciência da Informação. O que essas definições teriam em comum é a consciência da importância do conteúdo da informação, vinculado a um contexto dentro do qual o indivíduo pode se localizar e agir (BRAMAN, 2006).

De acordo com Marteleto (1995), a informação é considerada ora como elemento redutor de incertezas, ora como recurso para a tomada de decisão, ou ainda como agente que modifica a estrutura cognitiva do receptor. Aí são enfocados os fluxos, os sistemas, os processos de transferência das informações entre estruturas (sociais, linguísticas, técnicas, cognitivas) que dizem como as informações são reunidas e depois distribuídas funcionalmente, encontrando receptores (ou “usuários”) com questões e posições já delimitadas. Porém, a autora adverte que, sem desmerecer a validade desses enfoques, eles pouco dizem sobre o ponto receptivo ou o trabalho que é feito pelos receptores com e a partir das informações. Para Marteleto, tanto a informação, quanto as práticas de sua produção, transferência e aquisição são sociais e simbólicas, isto é, constituem-se mutuamente. A informação é eminentemente situacional, tomando conotações diferentes, de acordo com a posição dos sujeitos nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos, o seu poder maior ou menor sobre os significados e a posse legítima dos meios para absorvê-los e interpretá-los.

Nascimento e Marteleto (2004) defendem que a informação é construída como prática social. As autoras concordam com Capurro e Hjørland ²⁷, quando afirmam que o significado epistemológico da palavra informação foi transformado pela Modernidade em uma propriedade do homem. Seus sinais e símbolos foram considerados, pelos racionalistas, como algo a ser estocado e processado, o que aproximou a noção de informação à ideia de mercadoria ou de algo a ser vendido. Para essas autoras, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações.

Braman vai um pouco além, quando reconhece o papel da informação como uma força constitutiva. Se a abordagem da informação, enquanto padrão percebido, está circunscrita a um determinado contexto, a visão da informação, enquanto força

²⁷ *Theorizing Information and Information Use* (CAPURRO, HJØRLAND, 2003)

constitutiva da sociedade enfatiza a habilidade da informação de moldar – dar forma - ao contexto onde está inserida. Os papéis constitutivo e constitucional da informação estão próximos, mas não são os mesmos. Os princípios que estão nas leis constitucionais descrevem um ideal, enquanto que as forças constitutivas têm um efeito empírico que pode ou não colocar a sociedade mais próxima dos ideais constitucionais. O conjunto de leis constitucionais é apenas uma entre as forças que determinam os efeitos transformadores dos processos de criação, processamento, fluxos e usos da informação. A definição da informação, como força constitutiva, é uma visão que leva em conta o resultado dos efeitos cumulativos de uma combinação de fluxos e ações. A informação não só é afetada pelo ambiente, mas também afeta o ambiente. Na perspectiva da construção de políticas, a definição mais importante e no nível hierarquicamente mais alto para o termo informação, dentre os conceitos que Braman apresenta, é aquela que reconhece o seu papel como força que constitui e modifica a sociedade.

A partir das abordagens descritas, observa-se que a noção de política de informação parece estar muito ligada à definição e posicionamento político sobre o tratamento de qualquer questão que envolva processos e fluxos de informação. A escolha de uma ou mais abordagens, sobre o papel da informação em relação a esses processos, também parece ser de fundamental importância na formulação de políticas de informação. No cenário marcado pelas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, atores se entrelaçam numa intrincada rede de relações, tornando complexa a tarefa de estabelecer diretrizes políticas que possam resolver, de forma equilibrada e justa, as disputas e os embates gerados em torno da criação, comunicação e uso da informação.

Numa interlocução com os conceitos de regime de informação e regime global de política de informação, cujas abordagens articulam atores sociais, tecnologias e discursos, onde a informação pode exercer diferentes papéis, optou-se por aquele que considera a informação como vetor capaz de transformar a realidade e de propiciar novos espaços para as relações humanas.

3.3 O regime de informação

De formas diferentes, Frohmann (1995) e Braman (2004) relacionam os termos “regime” e “informação”, numa tentativa de compreender como os processos de informação se delineiam, se ordenam e se estabilizam em um tipo de sociedade que

cria e usa intensamente um vasto e crescente conjunto de tecnologias da informação e da comunicação e que está inserida em uma forte economia de mercado.

O regime de informação apresentado por Frohmann e o regime global de política de informação apresentado por Braman são conceitos que vêm sendo trabalhados na Ciência da Informação. É uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação das atividades de informação, relacionando atores, tecnologias, padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação.

Segundo Trauth (1986), tradicionalmente as políticas de informação evoluíram em resposta direta à emergência de tecnologias específicas, tais como rádio, TV e serviços de dados e de maior valor agregado. Enquanto que a política de informação tem se desenvolvido, direcionada para as questões tecnológicas, a pesquisa tem tido uma orientação tipicamente disciplinar.

Dois fenômenos sugerem que uma mudança seja necessária, na abordagem corrente da análise da política de informação, exigindo a integração dos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. A primeira é a convergência das tecnologias. Uma única tecnologia serve para uma variedade de necessidades de informação e uma simples necessidade pode ser atendida por uma variedade de tecnologias. O segundo fenômeno reside no fato de que a sociedade está cada vez mais dependente da informação. Acrescenta-se a esses dois fenômenos, um terceiro, apontado por Braman (2005), que diz respeito à natureza dual das redes digitais de informação: o mesmo sistema de comunicação utilizado para os propósitos da educação é utilizado por cartéis de droga e pornografia; a mesma rede que suporta certos tipos de resistência política, suporta, também, as operações do governo; as atividades econômicas e militares são atendidas pelas mesmas redes de comunicação de grupos terroristas. Trauth conclui que a necessidade de compreensão da natureza e da interação entre as partes que compõem a política de informação é de extrema importância para lideranças do setor privado da informação, formuladores de políticas públicas, comunidade de pesquisa e para a sociedade em geral.

Dentre as críticas tecidas por Frohmann (1995), sobre as limitações do campo da Ciência da Informação nos estudos da política de informação, cabe ressaltar a omissão de questões sobre as relações entre informação e poder. Apontada pelo autor como a limitação mais importante, essa crítica diz respeito ao foco estritamente voltado para os problemas instrumentais e questões epistemológicas, visando estabelecer fronteiras entre disciplinas do campo da política de informação. Essa postura desviaria a atenção de questões sobre como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação e como o domínio sobre a informação é atingido e mantido por grupos específicos.

Na perspectiva de Frohmann (1995), um quadro para os estudos da política de informação deve ser rico o suficiente para compreender as complexidades das interações entre grupos sociais, interesses, discursos e mesmo artefatos científicos e tecnológicos e os processos de estabilização dos conflitos entre eles. Baseado na Teoria Ator-Rede (TAR), defendida por um grupo de acadêmicos dos quais se destacam Latour, Callon e Law, Frohmann propõe, para os estudos da política de informação, a noção de regime de informação.

Como explica Law (1992), a TAR seria uma forma de dizer que a sociedade, organizações, agentes e máquinas são todos eles efeitos gerados em redes constituídas de diversos materiais (não somente humanos). Trata-se de uma sociologia relacional que considera agentes, organizações e dispositivos como efeitos interativos. Portanto, a família, a organização, os sistemas de computadores, a economia e as tecnologias são organizados em redes de materiais heterogêneos que exercem resistências que podem ser superadas num processo de estabilização.

A organização das redes está constantemente sujeita a se romper e, portanto, a análise da luta pela permanência de determinada ordem é central na teoria. É um campo de disputas, um efeito relacional que recursivamente se reproduz. Esse processo tem um número de implicações. Significa que nenhuma versão da ordem social, nenhuma organização, nenhum agente é sempre completo, autônomo e final. A análise dessa luta pela ordem é o centro da TAR, cujo objetivo é explorar e descrever processos locais de padronização, orquestração social, ordenamento e resistência (LAW, 1992).

Na TAR, a “tradução” é o mecanismo pelo qual mundos sociais e naturais progressivamente tomam forma. O resultado é a situação em que algumas entidades controlam outras. Entender o que os sociólogos geralmente chamam de relações de poder significa descrever a forma como os atores são definidos, associados e simultaneamente obrigados a se manterem fiéis às suas alianças. A tradução não apenas fornece uma descrição simétrica e tolerante de um processo complexo que constantemente mistura uma variedade de entidades sociais e naturais, mas também permite a explicação de como poucos obtêm o direito de expressar e representar muitos atores silenciosos do mundo natural e social que eles mobilizaram (CALLON, 1992).

Para Frohmann (1995), a TAR oferece um conjunto promissório de recursos analíticos, para os estudos da política de informação. Desenvolvida como uma análise de artefatos científicos e tecnológicos, a riqueza da TAR deriva da sua recusa em reduzir explicações a categorias naturais, sociais ou discursivas, reconhecendo o papel de cada uma delas. Os artefatos seriam, em tal teoria, híbridos ou quase-

objetos, por serem simultaneamente reais, discursivos e sociais. Na visão de Latour, propriedades atribuídas aos elementos sociais e naturais são produtos de práticas de construção e manutenção de uma rede.

Fundamentado nos princípios da TAR e com a proposta de afastamento da visão disciplinar que historicamente conduziu os estudos da política de informação, Frohmann (1995, pp.2-3, tradução nossa) afirma que:

(...) de alguma forma, em algum lugar, mesmo sem a ação direta do governo, poder e controle suficientes são exercidos sobre os constituintes dos sistemas de informação de onde redes, mais ou menos discerníveis e mais ou menos bem definidas, não obstante, emergem e se estabilizam. E quando nós pensamos sobre os fluxos de informação girando ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais, ou seus cruzamentos em elementos híbridos, nós nos damos conta que eles possuem estruturas e formas específicas. Vamos, portanto, chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui, através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos ou usuários, de regime de informação. Radiodifusão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos transfronteiras, e as infoestradas emergentes: todos eles são nós de redes de informação, ou elementos de um regime de informação específico.²⁸

Para González de Gómez (2007), o conceito de regime de informação é apropriado para estudos da informação, pois primeiro não implica determinações, *a priori*, acerca do contexto preferencial para o entendimento das questões da informação, podendo ser político, econômico, epistêmico ou cultural; segundo, remete mais a um “modo informacional”, antes que a entidades, funções ou atributos, permitindo indagar, em uma mesma ordem inicial de significância, sistemas, redes, instituições, atores, ações, discursos e meios. Como um domínio exploratório, para a pesquisa da relação entre a política e a informação, o regime de informação é definido pela autora como:

(...) um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos,

²⁸ *Somehow, somewhere, even without direct government action, sufficient power and control is exercised over the constituents of information systems that discernible, more-or-less well-defined networks nonetheless emerge and stabilize. And when we think about the information flows swirling around us, whether cultural, academic, financial, industrial, commercial, institutional, or their many hybrids, we realize that they do have specific forms and structures. Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users a régime of information. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information.* (FROHMANN,1995)

instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência, os arranjos organizacionais de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

As políticas de informação seriam legitimadoras de um regime de informação, pelas ações e decisões que preservariam, reproduziriam, mudariam ou substituiriam esse regime. Elas podem ser tácitas, explícitas, micro, ou macro políticas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

Chamando atenção para o caráter regulatório dos padrões tecnológicos, González de Gómez (2002) afirma que a engenharia das infraestruturas de rede e os padrões nelas implícitos, ou não visíveis, resultam de interesses e objetivos, projetos e escolhas organizacionais. Assim, pensar nas consequências da escolha de um sistema Windows ou Linux, em uma grande rede de comunicação computadorizada (como escolas ou os hospitais de um país), são exemplos que nos lembram o caráter regulatório dos padrões tecnológicos. O processo de construção e implantação de sistemas tecnológicos teria maiores possibilidades de negociação nas fases iniciais, tendendo a estabelecer programas de ação duradouros e menos flexíveis, nos seus desenhos funcionais e nas suas definições estruturais, restringindo as possibilidades de ação de seus usuários.

Se as argumentações anteriores de González de Gómez destacam as possibilidades de negociação e o caráter regulatório das tecnologias, Frohmann (1993) demonstra sua especial preocupação com o papel do discurso, na construção social da tecnologia. Quando as tecnologias são interpretadas como soluções meramente voltadas para um problema científico tecnológico específico, sua análise fica restrita a modelos causais, sem levar em conta as consequências culturais e sociais na adoção dessas soluções. A estabilidade e forma final das novas tecnologias, seu propósito, são fruto de conflitos sobre os seus significados culturais e sociais. As tecnologias teriam, portanto, um caráter inerentemente social.

Em relação à política de informação, Albagli e Maciel (2009, comunicação oral) fazem a seguinte ressalva:

(...) é necessário ir além de uma perspectiva institucionalista estrita – foco predominantemente no arcabouço legal –, para levar em conta o processo social nos quais as ações e práticas informacionais efetivamente ocorrem. Dois aspectos são portanto centrais nessa análise: (a) a ênfase nas práticas informacionais (“ações de informação”) dos atores – estatais e não estatais –, tanto quanto na dimensão institucional formal; e (b) o reconhecimento do regime de informação como um campo de disputa e conflito, assim como de negociação e estabilização.

3.4 O regime global de política de informação

Braman (2004) recorre às teorias dos regimes internacionais, para discutir a formação de um regime global de política de informação, com a participação de atores estatais e não estatais. Desenvolvido por acadêmicos da Ciência Política, esse conjunto de teorias oferece um quadro conceitual para lidar com sistemas regulatórios que incluem corpos tanto da lei formal quanto da informal.

Após a Segunda Grande Guerra, os hábitos diplomáticos formais das relações internacionais que ficaram sob ameaça e lacunas entre as intenções e os efeitos das organizações internacionais, necessitavam de explicação. Isso suscitou reações à lei internacional, frente às diferentes realidades apresentadas na sua aplicação, em diversas áreas de interesse. A mudança tecnológica começou a desfazer as fronteiras geopolíticas, tornando-as permeáveis, flexíveis ou irrelevantes. A noção de regime, então, tornou-se útil como uma forma de resolver anomalias decorrentes do estudo restrito a instituições formais e seus processos e às mudanças que estariam ocorrendo no campo das políticas. A busca por maior coordenação política e coerência dos governos levou à necessidade de solução de problemas transversais a diversas áreas BRAMAN (2004).

Um regime pode ser definido como um quadro normativo e regulatório internacional menos rígido e formal que o sistema jurídico, mas que serve para ligar todas as partes envolvidas em determinada matéria de interesse. Ele oferece definições operacionais, estabelece uma hierarquia de valores e define regras de negociação e procedimentos (BRAMAM, 2004).

Embora as teorias dos regimes internacionais, no contexto das ciências políticas, tenham sofrido críticas, isso não inviabiliza a adoção do conceito de regime de informação para os estudos das políticas de informação. Strange (1982) tece críticas ao uso do termo “regime”, por ele ser carregado de valor e pela sua imprecisão. Para Strange, o conceito de regime seria amplo o suficiente para exprimir qualquer distribuição de poder razoavelmente estável, com o objetivo de influenciar resultados. Ele seria mais frequentemente utilizado para formas de governo que são inerentemente autoritárias, caprichosas ou até mesmo injustas. A essência da palavra regime é governo, dominação e autoridade e não consenso, justiça e eficiência na administração.

Relativizando as críticas de Strange, Braman (2004) defende que um novo regime de política de informação estaria em formação. A inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização teriam sido fatores importantes para

estimular a transformação do regime global de política de informação. Como uma área de interesse autônoma na qual um regime estaria se configurando, a política de informação surgiu de três processos: mudança de percepção, mudanças empíricas e mudança de status político.

Para Braman, a mudança de percepção ocorreu frente à consciência dos Estados-nações a respeito de diferentes tipos de questões relativas à informação e à comunicação e que foram historicamente tratadas separadamente - da definição de padrões técnicos até o conteúdo televisivo – que deveriam ser vistas como elementos de um domínio comum das políticas. Curiosamente, o Brasil foi o primeiro país que, em 1960, juntou informação e comunicação em um único tratamento político. Países desenvolvidos da Europa começaram a examinar tais questões no início dos anos oitenta, enquanto que os Estados Unidos só o fizeram a partir da década de noventa.

A percepção de que os sistemas que regulamentavam as matérias sobre informação e comunicação deveriam ser revistos, aumentou com a convergência das tecnologias. Se ontem teria sido possível tratar separadamente matérias distintas, como os fluxos de dados internacionais, programação de entretenimento e chamadas telefônicas, através de sistemas diferentes, atualmente, a internet apresenta uma série de problemas concretos que exigem uma nova forma de endereçar as questões de informação, exigindo que eles sejam tratados dentro de um domínio comum de política de informação. Uma vez percebida como forma de poder, a experiência de uso da informação, como instrumento político, cresceu e como consequência a política de informação teve seu status alçado para a dimensão estratégica (*high politics*). Essa mudança foi significativa, pois transferiu a responsabilidade dos processos decisórios do corpo técnico para lideranças políticas (BRAMAN, 2004).

Braman (2004) afirma que muitos dos fundamentos da teoria dos regimes internacionais são particularmente adequados, quando aplicados à informação, comunicação e cultura, como matérias de interesse político. A perspectiva dos regimes internacionais considera a natureza dinâmica dos temas tratados que vão se alterando, ao longo do tempo, característica que nem sempre é considerada em outros tipos de teorias políticas ou jurídicas. Essa é uma condição necessária para o quadro analítico do terreno extremamente dinâmico das políticas de informação. Com frequência, situações e rearranjos empíricos inusitados geram uma seara de novas questões, trazendo para o campo das políticas de informação problemas historicamente tratados isoladamente em outras arenas políticas.

O foco na relação entre os atores também é um outro aspecto valioso da ótica dos regimes internacionais, porque reúne elementos discursivos, normativos e culturais, importantes para a análise das políticas de informação. É o caso, por

exemplo, dos bens e serviços de informação que são comercializados na forma intangível, mas que estão incorporados nas relações (Braman, 2004).

Braman identifica no tratamento político dos processos e atividades de informação, características e tendências comuns que configuram a formação de um regime internacional de política de informação. Em relação aos fluxos de informação, a necessidade de transparência é uma das características do regime global da política de informação, apontada por Braman.

Florini (1998) corrobora a visão de Braman e, dentro de um quadro mais geral, afirma que a transparência provê uma base para um sistema de governança transnacional altamente democrático e baseado no aumento da força da sociedade civil global. Segundo essa autora, o segredo fez sentido num mundo verdadeiramente dividido em Estados-nações separados. Porém, para a autora, na era da integração global, a transparência parece ser o único padrão adequado e vários setores têm sofrido pressão da sociedade, no sentido de mostrar maior transparência em seus atos e condutas, como é o caso do comércio, do setor financeiro, da esfera pública e da segurança.

Outra característica do regime global de política de informação é o reconhecimento das redes entre formas organizacionais de importância política, como é o caso das redes de políticas públicas (*policy networks*) em que o processo decisório é compartilhado entre o setor público e o setor privado. De acordo com Muller e Surel (2004), a noção de *policy network* contraria a perspectiva estatista, relativizando a fronteira entre Estado-sociedade civil, valorizando a característica fluida dos grupos assim constituídos. Braman (2004) ressalta que essa maneira de formulação de políticas reflete a consciência de que o processo decisório, no setor privado, pode ter um impacto estrutural e pode provocar mudanças nas relações de poder entre os atores ativos, na cena internacional.

O aumento da percepção da informação, enquanto instrumento de poder, também é um fator que contribui para a formação do regime global de política de informação. Braman define o poder informacional como aquele que controla os comportamentos, manipulando as bases informacionais dos materiais, das instituições e dos símbolos. Como consequência da informatização da sociedade, muitas das atividades de informação sofreram uma alteração de status e saíram de um nível de interesse predominantemente técnico, para um nível de interesse político, pelo reconhecimento do poder da informação. Na área de segurança e de controle de armas, por exemplo, os fluxos de informação tornaram-se um forte instrumento de poder, mais do que com os armamentos em si mesmos.

Todavia, algumas características do regime global de política de informação ainda precisam alcançar um consenso e ainda são territórios de tensão. Elas dizem respeito às diferentes percepções do papel da informação que pode ser vista como *commodity*, como produto final ou produto secundário, como propriedade privada ou como um bem público.

A visão da informação como mercadoria é dominante na economia, no comércio e na própria percepção pública. No entanto, a tortuosa história de negociações sobre o comércio de serviços no Acordo Geral de Tarifas e Comércio²⁹ (AGTC), atual Organização Mundial do Comércio (OMC), demonstrou que existem grupos, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, que estão plenamente conscientes da importância cultural e constitutiva da informação, e de seu processamento, fluxos e uso (BRAMAN, 2004).

A informação como produto final, em contraposição à informação como produto secundário, também é um ponto de tensão no regime global de política de informação. A informação é importante economicamente, tanto como um produto ou serviço que pode ser comprado ou vendido (ex. um filme, ou o processamento eletrônico de dados). Na economia atual, os produtos e serviços informacionais são importantes, também na sua forma intermediária ou secundária, como entradas para a produção de outros tipos de bens e serviços. Nessa categoria se enquadram, por exemplo, programas de computadores utilizados nos processos de fabricação dos automóveis ou dados estatísticos sobre vendas de produtos. De acordo com Braman (2004), o discurso das políticas e a percepção do público estão focados nos produtos e serviços de informação que podem ser comprados na forma em que foram produzidos, como filmes, programas de TV, bancos de dados, livros revistas, etc. Todavia, segundo a autora, exatamente as funções que são servidas por produtos e serviços como bens secundários é que conferem à informação uma natureza transformadora da sociedade, pelo seu potencial de contribuir para a inovação.

Um outro ponto de conflito, em relação ao papel da informação nas políticas, é a contraposição da ideia da informação como propriedade privada e da informação como bem público. Esse é um tema em que a sociedade civil tem exercido um papel significativo, oferecendo alternativas políticas (Braman, 2004). Os baixos custos de reprodução e distribuição da informação, propiciados principalmente por funções da internet, estão, de certa forma, subvertendo a ordem do sistema de leis e normas que regulamenta a propriedade intelectual, gerando amplos debates e movimentos na sociedade.

²⁹ *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)*

É o caso, por exemplo, do *Creative Commons* que, segundo Lemos (2005), é um projeto global, presente em mais de 40 países, que cria um novo modelo de gestão dos direitos autorais. No Brasil, ele é coordenado pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro. Ele permite que autores e criadores de conteúdo, como músicos, cineastas, escritores, fotógrafos, blogueiros, jornalistas e outros, possam permitir alguns usos dos seus trabalhos por parte da sociedade. Assim, um criador intelectual que deseje que sua obra seja livremente circulada pela internet, pode optar por disponibilizar o trabalho, por meio de algumas das alternativas de licenciamento do *Creative Commons*. Com isso, qualquer pessoa, em qualquer país, vai saber claramente que possui o direito de utilizar a obra, de acordo com a licença escolhida.

Castro (2009, p.91) afirma que o *Creative Commons* é uma tentativa de manter a informação como um bem de domínio público. Esse autor explica que:

Os *commons* eram as áreas das comunidades rurais inglesas que eram de uso comum. As terras de agricultura em geral eram terras sem cerca, as divisões eram consensuais, você tinha a noção costumeira de onde começava e acabava a terra de alguém. Depois os grandes proprietários começaram a comprar o terreno, colocar cerca, impedir a circulação. O *Creative Commons* é uma tentativa de reconstituir esse regime da apropriação comum, do uso comum, do uso coletivo, no plano dos bens intelectuais, dos bens imateriais. A idéia é que o *copyright* significa "*all rights reserved*" e o *Creative Commons* significa "*some rights reserved*".

Pelo que foi exposto, o regime global de política de informação pode ser pensado como o amplo campo que reúne questões políticas acerca dos processos de informação e que possui características e tendências comuns e pontos de conflito particulares. Como resultado da análise de documentos, Overman e Cahill (1990) destacam os "sete valores primários" da política de informação que sintetizam essas questões:

- Acesso e liberdade: pressuposto da democracia
- Privacidade: direitos individuais
- Transparência: o direito público de saber
- Utilidade: o credo pragmático
- Custo e benefício: a necessidade da burocracia

- Segredo e segurança: o manto autoritário
- Posse: a noção de propriedade intelectual

As tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, são elementos importantes dentro desse regime, porque propiciam e estimulam mudanças na ordem estabelecida, mas também fornecem subsídios para a construção de uma nova ordem, a se refletir nos processos de formulação de políticas de informação. Além da perspectiva econômica, outras perspectivas como a política, a cultural e a social devem ser consideradas, na busca de um equilíbrio entre o lucro e outros valores socioculturais, tendo em vista a importância da informação na construção social da realidade.

4 POLÍTICA DE CULTURA

Contrário às aparências, a operação que consiste em delimitar as “fronteiras” de uma política pública é sempre um tanto aleatória, e os seus contornos são sempre suscetíveis de serem postos em questão, em um processo constante de redefinição da estrutura e, portanto, dos limites dos campos políticos. Para que uma política pública “exista”, é preciso que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma estrutura de sentido. Toda política pública assume, de fato, a forma de um espaço de relações interorganizacionais que ultrapassa a visão estritamente jurídica que se poderia ter a respeito constituindo, portanto, uma “ordem local” (MULLER e SUREL, 2004).

Para compreender a “estrutura de sentido” que atesta a existência de uma política de cultura brasileira, onde se insere o objeto empírico desta pesquisa – o Programa Cultura Viva – um breve percurso teórico foi traçado neste trabalho. Iniciando com a apreciação do conceito de cultura, desde os seus primórdios e reinterpretado ao longo dos tempos, até o nosso século, discute-se, na sequência, de uma forma mais ampla, a noção de política de cultura, a partir das perspectivas do mundo contemporâneo, marcado pela heterogeneidade e pela diversidade de grupos, comunidades e culturas. Sobre esse pano de fundo, apresenta-se a evolução da política de cultura no Brasil e suas principais características, completando a incursão teórica na qual se insere a unidade de análise desta pesquisa.

4.1 O conceito de cultura

O conceito de cultura, por ser rico e abrangente, motiva uma extensa revisão de literatura. Porém, não é intuito deste capítulo abordar o tema de uma forma aprofundada, mas oferecer um panorama do “lugar” onde está inserido o objeto empírico desta investigação.

De acordo com Arendt (1972, p.265)

A cultura – palavra e conceito – é de origem romana. A palavra “cultura” origina-se de colere, cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como

tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. Em decorrência, não se aplica apenas ao cuidado do solo, mas pode designar o “culto” aos deuses, o cuidado com aquilo que lhes pertence.

A primeira definição de cultura que foi formulada, do ponto de vista antropológico, foi dada por Tylor, no primeiro parágrafo do seu livro *Primitive Culture* (1871). A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Assim, de acordo com Tylor, uma das tarefas da antropologia seria a de estabelecer, *grosso modo*, uma escala de civilização, colocando as nações europeias em um dos extremos da série e, em outro, tribos selvagens, dispondo o resto da humanidade entre dois limites (LARAIA, 2007). Para entender Tylor, Laraia afirma que é necessário compreender a época em que viveu. O seu livro foi produzido nos anos em que a Europa sofria o impacto da Origem das Espécies, de Charles Darwin, e que a nascente antropologia foi dominada pela estreita perspectiva do evolucionismo linear. Nessa abordagem, todas as culturas deveriam passar pelas mesmas etapas de evolução, o que tornava possível situar cada sociedade humana dentro de uma escala que ia da menos a mais desenvolvida.

Contudo Mercier (1974, p.30) ressalta que:

E.B.Tylor em sua obra *Primitive Culture*³⁰ definia uma parte da tarefa dos antropólogos dizendo que eles “são capazes de estabelecer, a grosso modo, uma escala de civilização”, simplesmente colocando as nações européias “em um dos extremos das séries sociais e noutro as tribos selvagens, dispondo o resto da humanidade entre estes dois limites”. Enunciará também, que “as instituições humanas são tão distintamente estratificadas quanto a terra sobre o qual o homem vive. Elas se sucedem, em séries substancialmente uniformes por todo o globo, independentemente de raça e linguagem – diferenças essas que são comparativamente superficiais – mas modeladas por uma natureza humana semelhante, atuando através das condições sucessivamente mutáveis da vida selvagem, bárbara e civilizada”. Estas idéias esquemáticas não expressam a totalidade do pensamento de Tylor que, por certos aspectos, pode ser considerado um dos pais do difusionismo e das escolas de história cultural.

Para Chauí (2008), o conceito iluminista de cultura, profundamente político e ideológico, reaparece quando se constitui a antropologia como ramo das ciências humanas. Por tomarem a noção de progresso como medida de cultura, os antropólogos estabelecem um padrão para medir a evolução ou o grau de progresso

³⁰ Londres, 1871

de uma cultura, sendo esse padrão o da Europa capitalista. As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou ausência de alguns elementos: o Estado, o mercado e a escrita, o que, segundo a autora, introduz um conceito de valor para distinguir as formas culturais e, mais do que isso, significa que aqueles critérios se tornaram definidores da essência da cultura. Considerava-se que aquelas sociedades que “ainda” estavam sem mercado, sem escrita e sem Estado chegariam necessariamente a esse estágio, um dia. A figura do primitivo só poderia ser determinada a partir da figura do não-primitivo, portanto pela figura daquele que realizou a “evolução”.

Sobretudo com a filosofia alemã, a noção de cultura sofre uma mudança decisiva, porque é elaborada como a diferença entre natureza e história. A cultura é a ruptura da adesão imediata à natureza, adesão própria aos animais, e inaugura o mundo humano propriamente dito. A partir da segunda metade do século XX, a cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo entendida agora como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas de trabalho, das formas de habitação, do vestuário, da culinária, das expressões de lazer, da música, da culinária, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida ou morte (CHAUÍ, 2008).

No seu sentido antropológico, a cultura seria a prática de produção e de circulação de valores sociais e estéticos expressivos dos mais diversos agentes, manifestando-se como experiência, como uma dimensão da existência social, como um conjunto dinâmico de todos os atos criativos de uma sociedade (BARBOSA DA SILVA, 2007). Assim, pode se pensar na cultura como prática, experiência e desempenho e, sendo um fenômeno essencialmente humano, resulta em ações individuais e coletivas que dão diferentes respostas aos desafios e necessidades humanas.

Teixeira Coelho (2008) define a cultura como uma dinâmica, um movimento constituído de tendências, diferenças, contrastes e comparações que descrevem o que a palavra “cultura” recobre, não como uma propriedade inerente a indivíduos ou grupos, mas como um instrumento heurístico contingente. A dimensão que a palavra “cultura” agora abarca é feita, em larga medida, de variações, derivações e deslizamentos, ao contrário de reafirmações do mesmo e de entidades estáveis num indivíduo, em particular, ou algum grupo em especial.

O desenho assim esboçado mostra a cultura hoje como uma cultura livre, móvel e flutuante que não mais dispõe de uma âncora presa a algum sólido leito de algum simbólico, mas duro fundo do mar. Uma

cultura que não dispõe de âncoras ou que as descartou ao longo da viagem. Indício dessa situação é que mesmo uma noção muito sólida como a de patrimônio material, que remeteu a bens culturais sólidos como velhas igrejas e monumentos, perde importância em política cultural para a de patrimônio imaterial, feito da linguagem, da dança, do comportamento geral das pessoas e grupos, todas essas entidades voláteis e cambiantes (TEIXEIRA COELHO, 2008, p. 52-53).

Para Geertz (1989), tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente, em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. O homem não pode ser definido, nem apenas por suas habilidades inatas, como fazia o iluminismo, nem apenas por seu comportamento real, como o faz grande parte da ciência social contemporânea, mas sim pelo elo entre eles, pela forma em que o primeiro é transformado no segundo, suas potencialidades genéricas focalizadas em suas atuações específicas.

Se os padrões culturais dão forma, ordem, objetivo e direção as nossas vidas, coloca-se a seguinte questão: como a cultura pode promover o desenvolvimento humano individual e em consequência o social e como o desenvolvimento pode afetar a cultura dos coletivos?

Ressaltando que o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes, Ortiz (2008) afirma que o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Porém, nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando? Para Ortiz, é necessário circunscrever as afirmações genéricas à realidade nada harmônica que as envolve. Assim, quando se fala em melhorar as condições das mulheres e dos adolescentes, é preciso dizer quem são essas mulheres e esses adolescentes, em que mundo vivem e que tradições possuem; trabalhar pelo desenvolvimento sustentável implica definir o que seria sustentável; a promoção de meios para “vivermos juntos” deve levar em consideração as barreiras de classe, gênero, etnias.

A preocupação com a relação entre desenvolvimento e cultura está expressa também no princípio da “centralidade da Cultura”, apontado por Teixeira Coelho (2007) como um valor importante para a orientação das políticas públicas. Segundo esse autor, nenhum desenvolvimento econômico e humano, digno desse nome, pode ser alcançado sem que a cultura esteja instalada no centro das políticas públicas: da educação à saúde, do transporte à segurança, da economia à indústria. Teixeira Coelho traduz esse princípio com alguns exemplos: uma medida que concede um

empréstimo subsidiado a uma nova fábrica de automóveis deveria ter o seu impacto cultural avaliado; a decisão sobre uma nova medida sanitária ou de apoio à saúde física e mental das pessoas, como o direito ao aborto ou a distribuição de anticoncepcionais, deve levar em conta implicações culturais como preliminares que sustentarão o debate e a decisão.

Ortiz e Teixeira Coelho manifestam duas preocupações que são pilares importantes na construção das políticas de cultura: a primeira que diz respeito à necessidade de se precisar o contexto dentro do qual determinada política será formulada; a segunda que coloca a cultura como tema central a considerado na construção de qualquer política pública, que tenha como meta o desenvolvimento humano e social.

4.2 Políticas de cultura no Brasil

Botelho (2001), numa análise mais abrangente sobre as políticas públicas de cultura, separa a definição de cultura em duas dimensões: a dimensão antropológica e a sociológica. Embora as duas dimensões sejam igualmente importantes, do ponto de vista de uma política pública, exigem estratégias diferentes. A abrangência dos termos, de cada uma dessas definições, estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais.

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Os fatores que presidem a construção desse universo protegido podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc. Na construção desses pequenos mundos, em que a interação entre os indivíduos é um dado fundamental, a sociabilidade é um dado básico. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz simbólica e materialmente falando (BOTELHO, 2001).

Para que a cultura, tomada na dimensão antropológica, seja atingida por uma política, segundo Botelho, é preciso que haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que interferem nos estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta: aqui se fala de

hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade, num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc.

Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas de um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura (BOTELHO, 2001).

Uma política cultural alcança os seus objetivos pelas ações culturais que ela desenvolve. A ação cultural não é um programa de materialização de objetivos previamente determinados, em todos os seus aspectos, por uma política cultural anterior, mas um processo que tem um início claro, mas não tem um fim determinado, nem etapas intermediárias previamente estabelecidas. Neste sentido, a ação cultural é, antes, uma aposta: dados certos pontos de partida e certos recursos, as pessoas envolvidas no processo chegarão a um fim não inteiramente especificado, embora provavelmente situado entre certas balizas (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Para Canclini (2005), a função principal da política cultural não seria afirmar identidades ou dar elementos aos membros de uma cultura, para que a idealizem, mas para que sejam capazes de aproveitar a heterogeneidade e a variedade de mensagens disponíveis e conviver com os outros. Na mesma linha, Teixeira Coelho (2008) argumenta que a compreensão do elo que une o indivíduo a uma cultura – sua estrutura, seus limites, seu alcance - é importante para a política cultural, não apenas com o objetivo habitual de reproduzir esse elo, reforçá-lo, preservá-lo, conservá-lo, restaurá-lo. A compreensão da cultura como estado fixo, permanente e estagnado, conduzem a um tipo de política cultural normativa que define como a cultura deve ser – e daí derivam-se todas as tragédias (“a cultura ariana é isto”, “a cultura burguesa é aquilo”, etc.). A meta da política de cultura é a política como ação, a cultura aberta ao poder ser, livre de toda restrição ou imposição.

Os estudos recentes tendem a incluir no conceito de Políticas Culturais todo o conjunto de intervenções realizadas pelo estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (CANCLINI, 2005). Afirmando que essa visão necessita ser ampliada, levando-se em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade, Canclini defende a ideia de que as políticas culturais devem

repensar os problemas identitários como oportunidades e perigos da convivência na heterogeneidade.

Teixeira Coelho (2007) relaciona os direitos à cultura e a diversidade cultural da seguinte forma:

Tenho o direito de participar da vida cultural que é a minha e tenho o direito de participar da vida cultural que é diferente da minha, da vida cultural do outro, da *outra* vida cultural. Não é só o outro que tem direito a participar de sua própria cultura *outra*. Sou eu que tenho o direito de participar dessa cultura *outra*, assim como é ele que tem o direito de participar dessa cultura *minha* que *lhe* é *outra*, que *lhe* é *outra* cultura (TEIXEIRA COELHO, 2007, p.37, grifo do autor).

Lembrando que as diferenças culturais vêm quase sempre acompanhadas das diferenças sociais, políticas e econômicas, quando se preocupa com a disponibilidade e acesso universal à informação, com a construção e compartilhamento do conhecimento referenciado aos diversos contextos culturais, a política de informação se conjuga com a política de cultura, na importante tarefa de responder ao desafio do desenvolvimento humano, na diversidade e na heterogeneidade, no avesso da “inclusão na margem” ou da exclusão social.

Como nas palavras de Morin (2009), todo acontecimento, informação ou conhecimento deve ser situado em seu conjunto e deve ser visto em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e natural. Trata-se de procurar sempre as relações de reciprocidade todo/partes. De, por exemplo, reconhecer a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, e as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana.

No trabalho intitulado Políticas Culturais no Brasil (2007), um grupo de profissionais, de importância no cenário cultural nacional, reúnem fatos, perspectivas, ideologias e aspectos que marcaram a construção e evolução da política de cultura no Brasil. Esta publicação foi tomada como principal referência neste capítulo, para descrever algumas passagens e estratégias que direcionaram as políticas de cultura no Brasil, até os dias de hoje.

Rubim (2007) afirma que não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Segundo Império, muito menos no Brasil Colônia. O Brasil colônia perseguiu culturas indígenas e africanas, a proibiu a instalação de imprensas, impôs o controle da circulação de livros que se somaram às condições limitadas da educação.

Com a vinda de D. João VI e toda a sua corte para o Brasil, em 1808, as coisas começam a mudar muito lentamente. Em função do interesse de D. Pedro II em estabelecer alguns momentos iniciais de nacionalidade, melhoramentos da vida

intelectual e artística e de constituição mínima do campo cultural se manifestam, a exemplo da vinda da Missão Artística Francesa; das bolsas de estudos concedidas aos artistas, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Imperial de Belas-Artes, da Biblioteca e do Museu Nacional (BARBALHO, 2007).

A oligárquica república brasileira dos finais do século XIX, até os anos 1930, também não criou condições propícias ao surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados, o que não atesta uma efetiva política cultural. Porém, os anos 1930 do século XX trouxeram alterações políticas, econômicas e culturais significativas. Nesse período, fatos praticamente simultâneos inauguram as políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935–1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério, no período de 1934 até 1945. Porém, a gestão inauguradora de Vargas / Capanema cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais. Ela irá marcar, de modo substantivo e problemático, a história brasileira das políticas culturais nacionais (RUBIM, 2007).

(...) o Estado consegue impor sua tutela sobre o sistema educacional e é sob a longa gestão do Ministro da Educação, Capanema (1934–1945) que, em pleno autoritarismo de Vargas, o Estado será, em parte, mecenas de diversos projetos. Portanto, a autonomia do campo cultural foi obscurecida: ele é invadido pelo autoritarismo e, depois, será marcado pelo paternalismo do Estado (SIMIS, 2007, p.143).

Para Barbalho (2007), o movimento ideológico que orientou o Estado Novo foi o de *Construir a Nação*, permitindo ao Estado intervir na cultura, como elemento dessa construção. Nesse momento, era fundamental romper com a visão dominante sobre o povo brasileiro, de orientação racista, e que denegria o mestiço, grande maioria da população, qualificando-o de preguiçoso, insolente e pouco capacitado. Essa imagem é substituída por uma apologia do homem brasileiro e a população mestiça é valorizada e incorporada à nacionalidade. O discurso, que enaltece o homem brasileiro, pode ser visto como peça de um discurso maior que procura legitimar o próprio regime. A questão é de ordem política e cultural: a valorização do homem brasileiro e sua relação com o Estado. Nesse sentido, uma de suas preocupações é demonstrar que o regime transcende ao aspecto meramente econômico e político, possuindo também uma base cultural.

Nos anos 1930/1940, foram criadas diversas instituições culturais: o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), etc. É criado, também, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que coordenava várias áreas: radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa e era responsável pela propaganda externa e interna do regime, pela censura e pelas manifestações cívicas. Departamentos estaduais executavam as linhas de ação determinadas pelo órgão federal (DIP) que desempenhava um papel importante no projeto de “construção da nação”. Todos estes espaços criados dentro do governo, para a atuação dos mais variados produtores culturais, estavam inseridos na ótica do corporativismo getulista, cabendo ao Estado decidir o quê e a quem conceder determinados benefícios (BARBALHO, 2007).

No período de 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas expressivas no campo da cultura. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC). Este é o momento do crescimento e da consolidação dos meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu o retorno da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%. Na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil. No campo da produção artística, em geral, surgiam grupos que propunham a utilização de novas linguagens. Destacaram-se nesse período, o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Violão de Rua, o Grupo Oficina, os trabalhos de Lúcia Cláudia e Hélio Oiticica, entre vários outros (CABRALE, 2007).

Após o período getulista, outro momento da história de intervenção sistemática do Estado, no campo cultural, é o do regime militar, instaurado em 1964. A preocupação das elites dirigentes, então, não é mais “criar uma nação”, e sim garantir sua integração. No entanto, mais uma vez, a cultura é percebida como elemento central na garantia da nacionalidade. O discurso ideológico assume agora o lema Proteger e Integrar a Nação (BARBALHO, 2007).

Os períodos de ditadura, de 1937 a 1945 e depois de 1964 a 1985, foram anos em que prevaleceram a censura, a repressão e uma forte intervenção no campo da cultura. Paradoxalmente, as tentativas de instrumentalizar a cultura e submetê-la aos interesses autoritários acabaram por criar certa dinâmica cultural (RUBIM, 2007).

A partir de 1964, o Estado foi retomando o projeto de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural e, em novembro de 1966, o

Conselho Federal de Cultura (CFC) é criado, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República. A questão central, nesse momento, era a recuperação das instituições nacionais, tais como: a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, etc., de forma que pudessem exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas. O CFC tinha a atribuição de analisar os pedidos de verba ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), instituindo uma política de apoio a uma série de ações, papel exercido efetivamente até 1974. A gestão do ministro Ney Braga, durante o governo Geisel, foi um período de efetivo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). A criação dos novos órgãos cumpria parte das metas previstas na Política Nacional de Cultura, elaborada por um grupo de trabalho, a pedido do Ministro, contendo definições, fundamentos legais e traçando as diretrizes de atuação do MEC (CABRALE, 2007).

Barbalho (2007) considera que a política cultural do regime militar alcança seu ápice durante o governo Geisel (1974 -1978), com a gestão de Ney Braga no MEC e esse período representa o auge da busca da adequação de uma ação cultural às pretensões políticas do regime.

De fato, o regime militar irá revigorar temas da era getulista, como a integração nacional que será enfim atingida em sua plenitude, mas já em um meio em que as indústrias culturais estão se impondo com toda força, transformando o meio cultural, seja no aspecto da profissionalização, seja pelo progresso técnico e midiático (SIMIS, 2007, pp.144-145).

Em 15 de março 1985, o Ministério da Cultura é criado no Brasil, pelo Decreto 91.144, como um desdobramento do Ministério da Educação e Cultura. A criação deste ministério teve como principais justificativas a expansão da rede escolar e universitária; a complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional; a integração crescente entre as diversas regiões brasileiras e a multiplicação das iniciativas de valor cultural que tornaram a estrutura orgânica do MEC incapaz de cumprir, simultaneamente, as exigências dos dois campos de sua competência (BRASIL, 1985).

Ao longo da década de 1980, foi ocorrendo uma contínua retração dos investimentos públicos na área cultural. Na tentativa de buscar novas fontes de recursos para as atividades culturais, em dois de julho de 1986, o Presidente Sarney promulgou a Lei n. 7.505, de incentivo à cultura, que funcionava a partir do mecanismo

de renúncia fiscal. A forma como a lei foi estruturada foi objeto de inúmeras críticas durante seu período de vigência e terminou sendo extinta em 1990, no início do governo Collor (CABRALE, 2007).

Em um momento de escassez de recursos estatais, [a Lei Sarney], funcionou como outro componente no jogo de ambigüidades que caracterizou a chamada Nova República. O Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão (RUBIM, 2007, p. 25).

Por meio da Lei 8.028, de 12 de abril de 1985, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, pelo governo Collor, diretamente vinculada à Presidência da República.

Cabrale (2007) destaca que, no governo Collor, o movimento da intervenção governamental na área cultural foi absolutamente devastador. Em 1990, o Ministério da Cultura foi extinto junto com diversos de seus órgãos: a Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN; a Fundação do Cinema Brasileiro; a Embrafilme; a Fundação Nacional Pró-leitura, o Conselho Federal de Cultura, Conselho Consultivo do Sphan. A Fundação Pró-Memória e o SPHAN foram transformados em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e a FUNARTE em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC.

Com a finalidade de captar e canalizar recursos, o Programa Nacional da Cultura – PRONAC foi instituído em 1991, ainda no governo Collor, através da Lei 8.313/91, conhecida por Lei Rouanet. A implementação da Lei Rouanet deu-se com base em três pilares: o Fundo Nacional da Cultura – FNC, os Incentivos Fiscais e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). O FICART é um fundo sujeito às regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao regime tributário definido pela Secretaria da Receita Federal, porém não tem sido utilizado. O FNC destina recursos diretamente a projetos culturais, sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis. Já através dos incentivos fiscais, pessoas físicas ou jurídicas podem aplicar parte do Imposto de Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais, como através de contribuições ao FNC.

Apesar da tomada de decisões jurídicas para regulamentar o FNC, sua aplicação prática tem sido restrita. Em um contexto sociopolítico e econômico, marcado pelo capitalismo neoliberal, o financiamento baseado na dedução de impostos foi fortemente incentivado, tornando-se, por muito tempo, a principal ferramenta de políticas culturais no Brasil (SALGADO, PEDRA e CALDAS, 2010).

Para Rubim (2007), a Lei Sarney e as subsequentes leis de incentivo à cultura, através da isenção fiscal, colocam as decisões nas mãos da iniciativa privada, ainda que o recurso econômico usado seja majoritariamente público. Nesta perversa modalidade de ausência, o Estado está presente apenas como fonte de financiamento. A política de cultura, naquilo que implica em deliberações, escolhas e prioridades, é propriedade das empresas e suas gerências de marketing. Tal legislação é vigente até hoje, depois de duas reformas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula (ainda em curso).

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de FHC, foi o momento da consagração do modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras e ao longo do tempo foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceria da iniciativa privada em investimentos na área da cultura (CABRALE, 2007).

A Lei Rouanet, desacompanhada de uma política nacional de cultura, reforçou as desigualdades entre as regiões brasileiras, no que se refere ao apoio à produção cultural. Este desnível foi observado pelo Ministério que procurou promover a divulgação nacional da lei e de suas vantagens, junto aos artistas, produtores, empresários e empresas de marketing, bem como ministrando cursos sobre elaboração de projetos, captação de recursos, etc. Em 1996, por exemplo, o Ministério da Cultura promoveu Fóruns Empresariais em sete cidades do país: Recife, Porto Alegre, Salvador, Campinas, Campo Grande, Florianópolis e Manaus. Foram realizados cursos de gestão cultural em Brasília, Belém e São Luís e distribuídos 15 mil exemplares da cartilha *Cultura é um bom negócio*, com instruções sobre o uso da Lei Rouanet (BARBALHO, 2007).

Sobre essa questão, Porto (2007) argumenta que a visão do governo, instituída oficialmente pela famosa cartilha *Cultura é um bom negócio*, acabaria por privatizar as escolhas do que a população deveria ou não produzir, distribuir, fruir, onde e como.

De acordo com Barbosa da Silva (2007), dotar o ministério de capacidade de articular uma política nacional de cultura significaria redimensioná-lo. Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, sob o Decreto 4.805, de 12 de agosto, definindo a seguinte composição para a pasta:

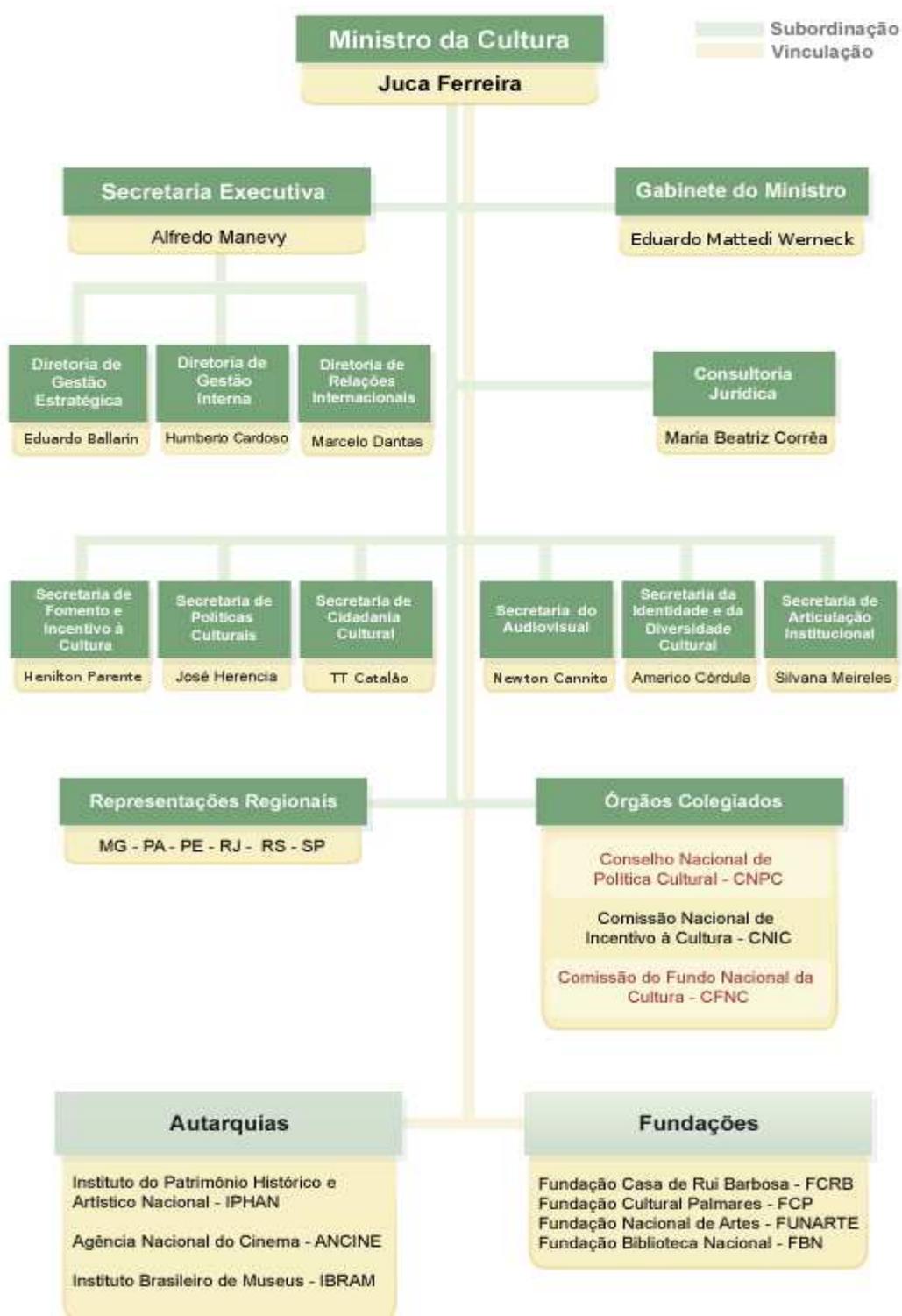
- Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais;

- Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais;
- Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais;
- Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural;
- Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural.

Além desses órgãos, o Ministério da Cultura contaria ainda com quatro representações regionais (SP, RJ, MG e PE); dois órgãos colegiados: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC); além de entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes - FUNARTE e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Para acomodar as novas políticas e projetos propostos pelo Ministério da Cultura, em 30 de abril de 2009, sob o mesmo governo, uma nova reestruturação foi implantada, com o seguinte organograma:

Figura 5 - Organograma do Ministério da Cultura



Nessa nova reestruturação, foi instituída a Secretaria de Cidadania Cultural, que ficou então sob a direção de Célio Roberto Turino, idealizador e articulador do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA.

A gestão do governo Lula propôs mudanças nos mecanismos vigentes de financiamento da cultura por meio de dois projetos de lei, submetidos à aprovação pelo Congresso Nacional, que buscam aumentar o acesso da população a espetáculos e estimular o consumo de bens culturais. O PL 5.798/09, que institui o vale-cultura, como meio de propiciar aos trabalhadores o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura; e o PL 6.722/10, que modifica a Lei Rouanet. Este último institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), colocando o Fundo Nacional da Cultura (FNC) como principal forma de financiamento na área.

Entre as mudanças propostas para o Fundo Nacional de Cultura, destaca-se sua ênfase como o principal mecanismo de fomento, incentivo e financiamento à cultura e o fortalecimento da ação do poder público sobre o financiamento cultural. O montante anual do FNC deverá corresponder pelo menos a 40% das dotações do MinC e há uma preocupação em pulverizar os recursos para as diversas áreas da cultura, através de fundos setoriais (artes visuais; artes cênicas; música; acesso e diversidade; patrimônio e memória; livro, leitura, literatura e humanidades; ações transversais e equalização, audiovisual e incentivo à inovação do audiovisual), que também estão previstos na nova lei. Outra iniciativa importante é a obrigatoriedade da transferência de, no mínimo, 30% de recursos do FNC a fundos públicos de estados, municípios e Distrito Federal, os quais devem possuir fundos de cultura geridos por órgãos instituídos democraticamente.

Dos recursos que permanecerem com o MinC, 80% deverá ser destinado a proponentes da sociedade civil não vinculados ao copatrocinador ou ao poder público. Além disso, cada região do País não terá acesso menor que 10% do orçamento do Fundo (SALGADO, PEDRA e CALDAS, 2010, p.100).

O campo cultural, segundo Barbosa da Silva (2007), desde o século XIX constrói-se historicamente contra o mundo da racionalização econômica e contra o Estado, embora, paradoxalmente, desenvolva-se em estreita relação com esses domínios, pois tanto se apoia no campo político, quanto nas tecnologias e indústrias culturais. Essas dificuldades foram tomadas como um desafio pelo atual governo, que, por sua vez, procura trabalhar as diversas perspectivas que constituem a política cultural: econômica, política e cultural.

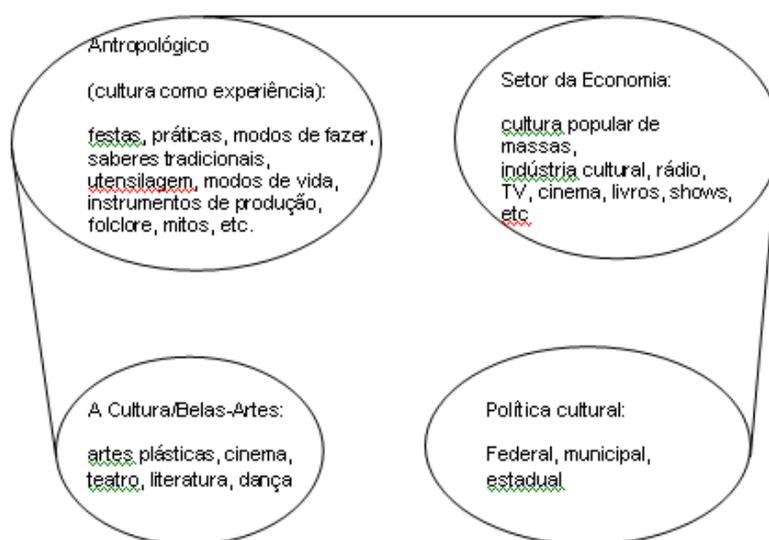
Na visão do atual governo, a política pública de cultura estaria, segundo Barbosa da Silva, dividida em quatro dimensões: a cultura como belas artes, a cultura como experiência (sentido antropológico), a cultura como atividade econômica e a

cultura como espaço de intervenção política. Nesse sentido, as intervenções do poder público retomam a questão da preservação da autonomia do campo artístico e da democratização da cultura, demonstrando a existência de múltiplas experiências criativas, promovendo as culturas locais e regionais, fortalecendo os laços sociais e as instituições políticas de estados e municípios, bem como as redes de infraestrutura cultural descentralizadas, que permitam o desenvolvimento de múltiplas experiências.

Compreendida nesse amplo escopo, a cultura se impõe como papel e dever estatal. Não vale mais imaginar a execução e a criação cultural pelo Estado, mas dizer que ele as fomenta e estimula. O Estado possui função constitucional na área cultural e pretende-se que ele seja o formulador e o articulador de uma política nacional de cultura, ampliando não apenas sua capacidade de fomentar as atividades culturais, mas de coordenar ações de alcance nacional (BARBOSA DA SILVA, 2007).

A figura 6 sintetiza as referências conceituais e discursivas dominantes que compõem os diferentes objetos de atuação das políticas culturais no Brasil, no momento atual.

Figura 6 - Níveis do conceito de cultura e seu campo ampliado



Fonte: Silva, 2007, p. 56

Cabrale (2007) acredita que o País esteja vivendo um primeiro momento de construção de políticas públicas de cultura em bases democráticas, com a construção de canais de diálogo e de participação entre o governo e a sociedade civil, com o investimento em pesquisas que permitam aos gestores públicos de cultura conhecer e atuar de forma mais eficiente. O Estado deve criar condições para a produção de bens

culturais e fornecer os meios para que essa produção, dos mais variados segmentos sociais floresça, circule e dialogue.

Segundo Soto *et al* (2010), um dos maiores desafios do Ministério da Cultura, a partir de 2003, foi resgatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas de cultura. Entre as mudanças propagadas e instaladas pelo Ministério da Cultura, nas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira, no período de 2004 a 2010, os autores destacam: o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos princípios basilares da cidadania; deslocamento das ações governamentais do artista para a população em geral; e o Estado, como agente principal na execução das políticas culturais; a participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e a divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações.

Em 2005 foi realizada a 1ª Conferência Nacional da Cultura (CNC) que resultou em 30 propostas para subsidiar a formulação de um Plano Nacional da Cultura. Merece destaque a proposta de implantação do Sistema Nacional de Cultura, trabalhada sob o eixo Gestão Pública da Cultura, como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle pela sociedade. A proposta é de um sistema abrangente, envolvendo as três esferas do governo (federal, estadual e municipal), com conselhos de políticas culturais (compostos com, no mínimo 50%, pela sociedade civil), fundos de cultura, relatórios de gestão, conferências de cultura, planos de cultura e orçamento participativo da cultura.

Em 2006, o Ministério da Cultura deu início ao processo de elaboração das Diretrizes Gerais do Plano Nacional da Cultura (PNC), e no final do ano de 2007 as 63 diretrizes foram publicadas. Após debates em seminários estaduais e no fórum virtual para aprimoramento das diretrizes do PNC, foi lançado, em 2009, o Caderno: “Por que aprovar o Plano Nacional da Cultura – Conceitos, Participação, expectativas”, como resultado das etapas de construção do Plano.

A segunda CNC aconteceu em 2010, com um total de 32 propostas, divididas em cinco eixos temáticos: produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura e economia criativa; gestão e institucionalidade da cultura.

Em relação à gestão compartilhada da política de cultura, Rubim (2010) afirma que a construção que vem sendo realizada pelo Ministério, em parceria com estados, municípios e sociedade civil, de um Sistema Nacional da Cultura – SNC é vital para a consolidação de políticas e de estruturas pactuadas e complementares, que sobrevivam às instabilidades conjunturais e que viabilizem a existência de programas

culturais de médios ou longos prazos. Todavia, Rubim afirma que a relação entre os processos de construção do PNC e do SNC não tem sido fluida, principalmente pelos ritmos diferenciados assumidos por estes processos, em decorrência da atuação do próprio Ministério.

Encerrando esta breve revisão de literatura, cabe ressaltar sete indicadores qualitativos da ação cultural, apontados por Teixeira Coelho (2007), como princípios norteadores da política cultural: os direitos culturais; a diversidade cultural; a sociedade civil; a centralidade da cultura; a sustentabilidade da cultura; a conectividade e a inovação. Apesar de constituírem, do ponto de vista de sua operacionalização, uma grade importante e polêmica de princípios, neste momento, cabe ressaltar dois deles: o da conectividade e o da sustentabilidade. Em relação ao primeiro, Teixeira Coelho descreve:

Mais do que precisar conectar-se, o mundo contemporâneo quer conectar-se. Uma política cultural adequada ao elenco de vetores aqui desdobrados deve ter como finalidade a conectividade dos fatos culturais entre si e entre eles mesmos e todos os demais fatos relacionados a algum contexto aparentemente exterior à cultura. Cultura é uma longa conversa. Essa é acaso a mais ampla, mais generosa, mais pertinente concepção de cultura. Onde não há conversa, não há cultura. Cultura significa que esta cultura quer conversar com aquela outra que está distante, que parece distante, que surge como longínqua e estranha (TEIXEIRA COELHO, 2007, p.9).

O princípio da sustentabilidade, segundo Teixeira Coelho, é aquele que considera a cultura como um fim em si mesmo e não apenas como meio para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano. Nenhum dos dois poderá ocorrer, se a cultura não for, ela mesma, sustentável. Para este autor, se não se pensar a cultura independentemente dos fins a que ela possa servir, se não se criarem as condições para que a cultura se sustente e se desenvolva por e para seus próprios princípios, sem nenhuma preocupação com os fins que ela pode alcançar, a cultura não sobreviverá e não servirá ao que se espera que sirva. A cultura precisa ter condições para reproduzir-se como cultura. Toda ação cultural, todo programa de política cultural deve, antes de tudo, pensar nas iniciativas requeridas, para que o fato cultural que se está apoiando reproduza a si mesmo, quando o apoio da política cultural se reduzir ou cessar.

Nos princípios da conectividade e da sustentabilidade da cultura residem, entre muitos outros, dois dos importantes elos entre as políticas de informação e as políticas de cultura. O primeiro, na missão de favorecer a “conversa” entre as diversas culturas e de conectar os fatos culturais. O segundo, contribuindo para que a cultura se

sustente e se reproduza, por meio de processos colaborativos de criação e pelo compartilhamento da informação e do conhecimento sobre a cultura e para a cultura.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Yin (2001), a estratégia de uso do estudo de caso, em pesquisas, tem uma vantagem distinta, quando se faz perguntas do tipo “porque” ou “como”, sobre um conjunto de acontecimentos contemporâneos sobre os quais não se tem um controle. O estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites do contexto e do fenômeno não estão claramente definidos.

A partir da visão de Yin, esta investigação adotou o estudo de caso, entendendo que “resignificar” a política de informação no mundo contemporâneo requer compreender como ela se desenvolve e se estabelece nos diversos contextos. Dentro de uma estratégia de estudo de caso único, a Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva foi adotada como unidade de análise, pelo seu objetivo manifesto de buscar a autonomia do sujeito através do desenvolvimento de ações culturais e da criação, compartilhamento e uso da informação e do conhecimento, da cultura e para a cultura.

A abordagem do regime de informação foi o fundamento teórico adotado para definição das categorias de análise, como aquele que permite revelar políticas de informação em curso, nas estruturas onde as relações sociais e práticas de informação se desenvolvem.

Dar a conhecer um regime de informação não se trata de uma tarefa simples, por ser um conceito novo, ainda em construção e com poucas referências na literatura da Ciência da Informação. Todavia, a definição de González de Gómez (2007, p.167) nos fornece as pistas para definição de uma metodologia:

O regime de informação seria assim a resultante de uma configuração em rede, envolvendo elementos heterogêneos (grupos, práticas, interesses, discursos, instrumentos, artefatos científicos e tecnológicos), com dinâmicas de harmonização e de conflito, de associações e rupturas, que encontrariam em uma figura de rede uma instância de estabilização.

Como forma de descrever o contexto maior onde está situado o objeto empírico, a Ação Cultura Digital, foi realizada, em primeiro lugar, uma descrição mais geral do Programa Cultura Viva, a sua estrutura, as Ações que o constituem, e seus pressupostos básicos.

Em seguida a esta descrição, foi realizada a análise da Ação Cultura Digital, de acordo com categorias definidas a partir do conceito de regime de informação, apresentado na revisão de literatura. Seguindo os objetivos específicos declarados no capítulo introdutório foram definidas dentro da Ação Cultura Digital, três categorias de análise, consideradas como os elementos fundamentais, que compõem o tripé que sustenta o regime de informação.

- Atores: perfis e papéis
- Artefatos de informação: tecnologias da informação e da comunicação
- Mecanismos e instrumentos de criação, compartilhamento e uso da informação.

Pela análise destas categorias buscou-se descrever o modo de produção informacional da Ação Cultura Digital pela compreensão do papel e das características destes elementos na rede de Pontos de Cultura.

Optou-se pela análise documental tomando como referência documentos jurídicos dentro da ótica da razão jurídica definida por Reis (2002, p.23):

A razão jurídica constitui o resultado de um processo através do qual se institucionaliza e se corporifica, no âmbito do aparato legal, o amálgama das interações dialéticas entre os diferentes atores sociais. Por meio delas, realiza-se a contraposição entre os interesses da sociedade civil e do Estado, haja vista que estes são a resultante dos elementos histórico-políticos e da prática social, que ganham representação e legitimidade e se materializam, enquanto estratégia de mediação, através da Lei.

Uma vez que o programa Cultura Viva opera e se realiza fortemente através de diferentes editais, uma particular atenção foi dada a esse tipo de documento que, no seu conjunto, permitiu identificar e descrever as categorias de análise propostas para esta pesquisa.

De acordo com Belloto (2002) o edital é um documento de correspondência que deriva de ato normativo, determinando-lhe a execução em âmbito mais restrito de jurisdição. O edital de convocação contém critérios e características da execução que permitem entender como o ato normativo é traduzido em ações para públicos específicos.

Os editais são de particular importância, uma vez que este foi o instrumento encontrado pelo Ministério da Cultura para atender às necessidades de flexibilidade e autonomia das ações do programa, cujas principais características são a abrangência,

participação e diversidade de público. Reunidos eles apresentam uma radiografia da evolução do Programa ao longo do tempo, onde foi possível observar as características do público alvo, os critérios de seleção dos Pontos de Cultura, as diferentes formas de apoio às ações culturais, as regiões alcançadas, os recursos disponibilizados, os requisitos para participação, as mudanças de critérios, etc.

Para a descrição do Programa Cultura Viva, além da Portaria de sua instituição, foram utilizados editais relativos a cada tipo de ação executada dentro do Programa. A escolha dos editais foi feita seguindo um critério de data tomando-se o primeiro edital que inaugurou cada tipo de Ação dentro do Programa Cultura Viva. Contudo, de acordo com a evolução da pesquisa e com a necessidade de aprofundar a investigação, outros editais foram tomados como fonte de informação.

Os principais documentos de natureza jurídica utilizados durante a investigação proposta nesse estão relacionados no Quadro 3.

Quadro 3 - Fontes de Informação

Documento	Data	Descrição
Portaria N° 156	6 de julho de 2004	Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva.
Edital de Divulgação N° 1	16 de julho de 2004	Implantação de Pontos de Cultura
Comunicado de Retificação ³¹	20 de outubro de 2004	
Portaria N° 82	18 de maio de 2005	Altera a Portaria N° 156.
Edital de Divulgação N° 1	15 de setembro de 2006	Seleção de Projetos Pedagógicos para concessão de bolsas a Grãos Aprendizes, Grãos e/ou Mestres de Tradição
Edital de divulgação N° 2	04 de julho de 2007	Seleção de Pontões de Cultura e Pontões de Cultura Digital
Portaria N° 14	28 de novembro de 2007	Pré-projetos selecionados para Pontões de Cultura e Banco de Reservas
Decreto N° 6.226	04 de outubro de 2007	Criação do Programa Mais Cultura
Edital de Divulgação N° 01	26 de março de 2008	Seleção de Pontos de Cultura da Rede Estadual da Bahia
Portaria N° 1	30 de maio 2008	Pré-projetos selecionados para Pontões de Cultura em segunda chamada
Edital de Divulgação N° 04	23 de setembro de 2008	Prêmio de Ludicidade/Pontinhos de Cultura
Portaria N° 183	29 de setembro de 2008	Resultado do Edital seleção de pontos de Cultura da Bahia
Edital de Divulgação N° 03	06 de agosto de 2008	Prêmio Cultura e Saúde
Edital de Divulgação N° 03	10 de julho de 2009	Bolsa Agente Escola Viva 2009
Edital de Divulgação N° 08	15 de setembro de 2009	Bolsa Agente Cultura Viva 2009
Edital de Divulgação N° 08	09 de março de 2010	Processo de seleção do Prêmio Economia Viva

Fonte: Elaborado pela autora

³¹ Republicado por ter saído com incorreção no DOU n° 198, de 14/10/2004, Seção 3 págs. 9 a 11.

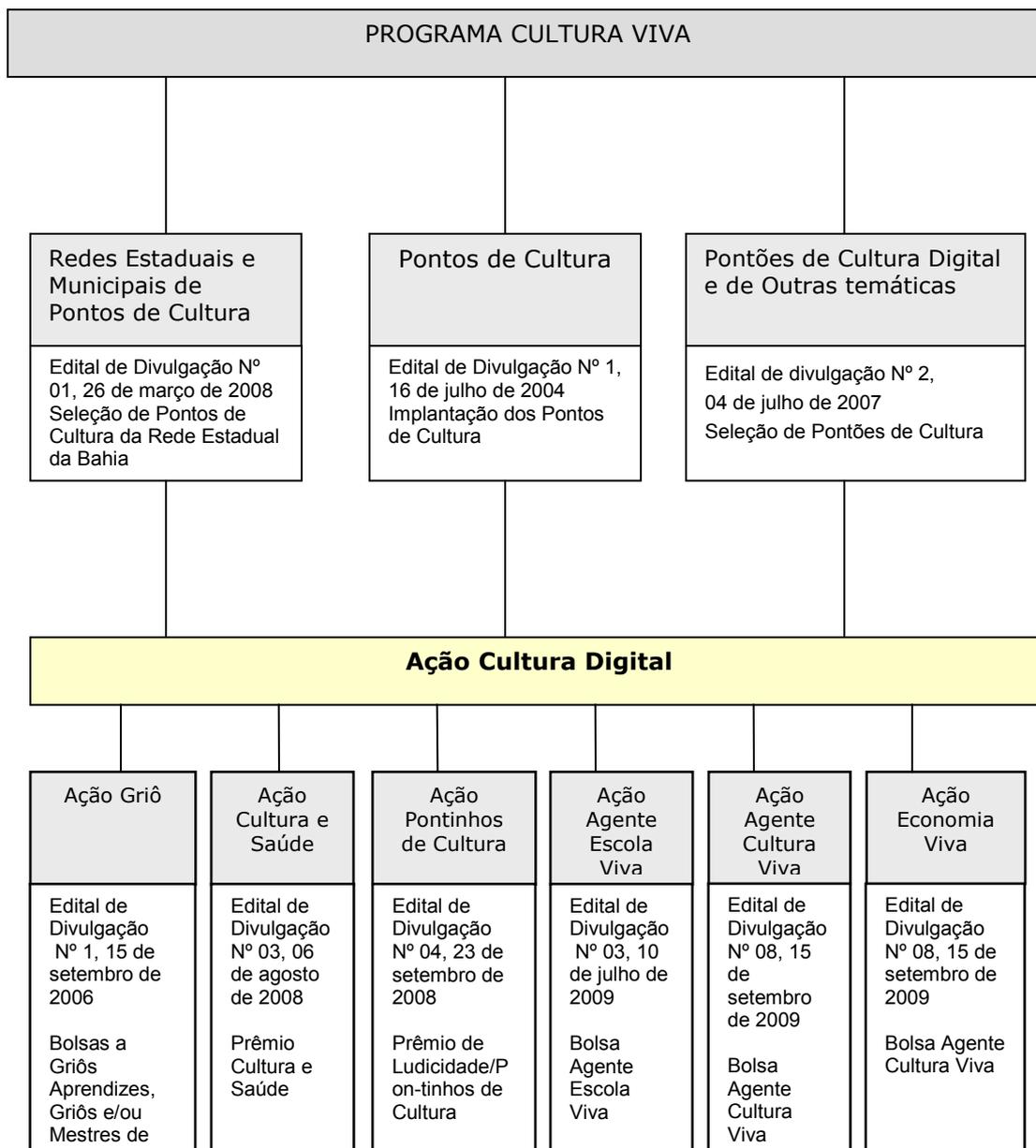
Além dos documentos jurídicos foram utilizados documentos administrativos, e outros documentos que foram pertinentes aos propósitos desta investigação. Por ser um instrumento importante de comunicação entre governo e sociedade civil (públicos, parceiros, articuladores e outros integrantes das Ações do Programa), o site do Ministério da Cultura também foi adotado como fonte de informação.

Complementando o conjunto de documentos mencionados foram analisados também documentos da/sobre a administração pública tais como relatórios de gestão, de avaliação e publicações e estudos realizados sobre o Programa.

Por ser um objeto empírico constituído sobre um forte vínculo com as tecnologias da informação e da comunicação, muitas das informações sobre o Programa Cultura Viva e sobre a Ação Cultura Digital foram obtidas também de registros na internet, como fóruns virtuais, depoimentos em texto, vídeo e imagens, registros de redes sociais, *blogs*, e portais desenvolvidos pelos Pontos de Cultura, que complementaram as informações oficiais sobre o programa, obtidas dos documentos jurídicos e do próprio Ministério da Cultura.

A Figura 7 foi elaborada no intuito de facilitar a compressão da estrutura do Programa Cultura Viva e representa o conjunto de Ações que o constituem. Porém, este diagrama não representa a totalidade do Programa e não contempla todos os seus elementos, nem as suas vinculações externas.

Figura 7 - Diagrama de Ações do Programa Cultura Viva



Fonte: Elaborado pela autora

6 A AÇÃO CULTURA DIGITAL

6.1 O Programa Cultura Viva

Antes de entrar propriamente na descrição da Ação Cultura Digital e dos seus elementos que, relacionados, constituiriam um regime de informação, será descrito o seu contexto maior, o Programa Nacional de Educação e Cidadania – CULTURA VIVA.

De acordo com a Portaria N° 156, que o institui, o Programa CULTURA VIVA, foi criado em 6 de julho de 2004, sob a coordenação da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC). Operando com recursos provenientes da Lei Orçamentária e de parcerias agregadas, o Programa tem como objetivo promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural. Mediante editais, organizações não-governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas, são convidadas a apresentarem projetos para participação e parceria nas diferentes ações do Programa. Por meio de convênios, essas entidades passam a receber recursos do Ministério da Cultura (MinC), durante três anos, para o desenvolvimento das atividades propostas nos projetos aprovados.

Barbosa da Silva (2007, p.121) resume, em cinco itens, as carências da área da cultura nacional, para as quais o Programa está voltado:

- A ausência de estímulos para a exploração lúdica e social de potencialidades artísticas e culturais locais;
- A carência de meios para divulgação de produções e expressões culturais locais;
- As dificuldades de acesso à produção artística como público consumidor de entretenimento, conhecimento e lazer;
- As dificuldades de acesso à cultura digital; e
- As limitações de acesso a processos educativos que respeitem as contingências culturais locais.

Segundo Turino (2009), o Ponto de Cultura é a estrutura central do Programa Cultura Viva. Como idealizador do Programa, Turino conta que a expressão Ponto de Cultura foi utilizada, pela primeira vez, no final da década de 1980. O primeiro espaço a levar esse nome foi o Ponto de Cultura de Joaquim Egídio, distrito rural de Campinas, no estado de São Paulo. Com velhas fazendas de café, casarões abandonados e montanhas, o distrito teve um desses casarões reformado, para abrigar no mesmo espaço a sede da Subprefeitura de Joaquim Egídio, o posto de correio e um espaço cultural. O espaço ganhou o nome de Ponto de Cultura. Doze anos depois, o nome foi retomado para expressar o conceito do programa que está fundamentado em princípios de protagonismo sociocultural, de articulação em rede e de reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, possibilitando o empoderamento social.

Segundo o primeiro edital de seleção de Pontos de Cultura, publicado em 16 de julho de 2004, os projetos propostos pelas entidades participantes deveriam levar em conta, pelo menos, um dos seguintes públicos ou ações:

- Estudantes da rede Pública de Ensino;
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios;
- Integração entre universidade e comunidade;
- Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico cultural e ambiental;
- Habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais;
- Portadores de necessidades especiais.

Voltado para esse público, o Programa busca combater a exclusão social e cultural, pelo incentivo à exploração, ao uso e apropriação dos códigos, das linguagens artísticas e dos espaços públicos e privados, que possam ser disponibilizados para a ação cultural (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004b).

Para Lacerda, Marques e Rocha (2010), o Projeto Ponto de Cultura se realiza através de uma dinâmica que tem na simplicidade um dos seus grandes méritos. Porém, esse projeto enfrentaria dificuldades, especialmente de ordem legal, em virtude do descompasso entre um Estado de forte burocracia e rigidez ineficiente, por um lado, e por outro, uma sociedade civil frágil, que desconhece as ferramentas e os meandros que lhe dão acesso à estrutura pública. As autoras argumentam que

A carência de equipamentos e as ações afastadas dos grandes centros urbanos fizeram com que o Ministério adotasse, por exemplo, uma política de editais. Esse modelo buscou ampliar e diversificar o público atendido e dar transparência ao processo de financiamento. A proposta é atender grupos e pessoas historicamente excluídas das políticas culturais. A estratégia conseguiu regionalizar investimentos e multiplicar o número de beneficiados pela descentralização dos recursos. Com regras mais claras e critérios preestabelecidos, as políticas culturais tornaram-se mais acessíveis a produtores e grupos culturais. (...) A especificidade de cada edital favorece uma distribuição mais justa dos recursos e a consequente diversidade de ações e expressões culturais, em oposição às desigualdades regionais e sociais. Ainda assim, é preciso atentar para o fato de que nem todos estão preparados para participar de editais, que, por mais simples que sejam, requerem algum conhecimento técnico em elaboração de projetos (LACERDA, MARQUES E ROCHA, 2010, pp.116 -117).

O Programa Cultura Viva, por meio dos Pontos de Cultura, aproxima diversos movimentos: associativos, reivindicatórios, novos movimentos sociais, e manifestações culturais e tradicionais. Essa aproximação não pretende levar à hegemonia de um ou outro campo, nem uniformizar formas de expressão e organização, mas à convivência, ao exercício da tolerância e à educação pelo convívio em rede. O entrelaçamento de sujeitos sociais cria possibilidades de construções coletivas (TURINO, 2009).

Nomeado para integrar a equipe do MinC, Turino (2009) recebeu a tarefa de construir equipamentos culturais pré-concebidos em periferias de grandes cidades e favelas, as Bases de Apoio à Cultura (BAC). Contudo, com uma visão diferente, reformulou o projeto das BACs, atribuindo ao governo um novo papel de catalizador das iniciativas culturais das comunidades, inseridas em seus próprios territórios. Sob essa perspectiva, o Estado é repensado em função de uma gestão compartilhada com a sociedade, em que os gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e aprendizado mútuo.

O primeiro edital de seleção de Pontos de Cultura contemplou 212 entidades, distribuídas pelas 27 unidades da federação. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos projetos selecionados por estado.

Tabela 1 - Distribuição de Projetos por Estado

Nº	Estado	Nº de Projetos
1	Acre	4
2	Alagoas	8
3	Amazonas	2
4	Amapá	1
5	Bahia	26
6	Ceará	11
7	Distrito Federal	5
8	Espírito Santo	3
9	Goiás	3
10	Maranhão	4
11	Minas Gerais	15
12	Mato Grosso do Sul	3
13	Mato Grosso	2
14	Pará	5
15	Paraíba	5
16	Pernambuco	17
17	Piauí	3
18	Paraná	9
19	Rio de Janeiro	28
20	Rio Grande do Norte	3
21	Rondônia	1
22	Roraima	1
23	Rio Grande do Sul	9
24	Santa Catarina	6
25	Sergipe	2
26	São Paulo	35
27	Tocantins	1
	Total	212

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004.

A partir de uma estratégia que consiste na implantação da rede de Pontos de Cultura, abrangendo um público diversificado e envolvido com atividades culturais, o Programa Cultura Viva desenvolve um conjunto de ações que reflete, de certa maneira, o princípio de “centralidade da cultura”, de que fala Teixeira Coelho. Nesse sentido, algumas áreas estão representadas nas ações do Programa, como por exemplo, a saúde, a educação, a economia e as tecnologias digitais.

As ações e mecanismos de mobilização do Programa serão apresentados brevemente. Foram tomados como base documental para a descrição das ações, os editais de seleção e as descrições obtidas do site do MinC. Uma vez que o foco de

atenção deste trabalho está voltado para a Ação Cultura Digital, ela será abordada adiante, em maior detalhe.

Ação Griô – A proposta da Ação Griô é valorizar a tradição da oralidade, enquanto patrimônio imaterial e cultural a ser preservado. A transmissão oral permeia as mais diversas culturas e, independente da origem ou da etnia, muitos povos têm a oralidade como única forma de manter a sua história viva. Os Griôs são líderes que têm o papel de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades. São guardiões da memória e da história oral de um povo ou comunidade.

A palavra *griot* é francesa no masculino e *griote* no feminino. Griô é uma adaptação brasileira da palavra, proposta pelo Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô. Os griôs são genealogistas, contadores de histórias, músicos/poetas populares, importantes agentes da cultura. Chegam a cumprir a função de noticiadores, mediadores e diplomatas (PACHECO, 2006).

A Ação Griô Nacional é uma ação compartilhada entre o MinC, através da Secretaria de Cidadania Cultural, SCC-MinC e o Ponto de Cultura Grãos de Luz/Lençóis-BA, que visa à preservação das tradições orais das comunidades e à valorização dos Griôs, Mestres e Aprendizizes, enquanto patrimônio cultural brasileiro.

O Ponto de Cultura Grão de Luz e Griô integrou o Cultura Viva no primeiro edital do Programa, lançado em 2004. No ano seguinte, a entidade foi convidada pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC / MINC, para criar e coordenar a Ação Griô Nacional articulando redes educacionais e culturais de transmissão oral em todo o país. A Ação Griô é dividida nacionalmente em sete regionais: Regional Amazônica (AM, PA, RR, RO, AC, AP); Regional Bahia, Regional das Águas (CE, PI, MA, TO); Regional Ventre do Sol (Estados AL, PE, PB, SE, RN); Regional Nascente das Veredas (DF, GO, MS, MG e ES); Regional Rio de Janeiro e Regional da Terra (SP, SC, PR e RS). As redes regionais de transmissão oral realizam encontros entre os agentes dos projetos, em nível regional e nacional. Além destes encontros, são realizadas as caminhadas dos griôs aprendizes regionais, que buscam recriar a figura do caminhante aprendiz da tradição oral. Estas redes promovem o desenvolvimento de produtos culturais e educativos de cada rede regional, como livros, filmes, CDS, DVDs, jogos e brinquedos. Os encontros têm como objetivo realizar a troca, diálogo e a avaliação permanente do desenvolvimento do projeto (LOPES DA SILVA, 2009).

Ação Cultura e Saúde - Em 2007, o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde firmaram um Acordo de Cooperação, para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando contribuir para a garantia do acesso aos bens e serviços culturais,

à qualificação do ambiente hospitalar e à melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro. A proposta da Ação Cultura e Saúde é a de ampliar e qualificar os processos de promoção da saúde, pelas atividades culturais, reconhecendo o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida. Neste caso, os Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura são instrumentos que facilitam a articulação da rede pública de atendimentos à saúde com a rede de equipamentos culturais.

O Prêmio Cultura e Saúde, previsto no Edital de 06 de agosto de 2008, tem como objetivo identificar e mapear práticas inovadoras que desenvolvam ações de cultura com foco na saúde, concedendo prêmios a entidades legalmente constituídas, sem fins lucrativos, e a instituições governamentais estaduais, distritais e municipais que atuem com propostas socioculturais tendo como ênfase ações de promoção da saúde (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008a).

Ação Pontinhos de Cultura - Esta Ação busca exercer uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância, que fortaleça os direitos da criança previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, sensibilizando e capacitando profissionais de instituições públicas governamentais e não governamentais para a implantação e/ou continuidade de ações lúdicas em espaços denominados "Pontinhos de Cultura" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008b).

Para Turino (2009), o Pontinho é o espaço (físico ou estado de espírito) em que a cultura infantil se desenvolve. Não a cultura que o adulto passa para a criança, mas a cultura do próprio ambiente infantil, aquela transmitida pelas próprias crianças.

Ação Escola Viva – De uma forma mais abrangente, a ação Agente Escola Viva tem como objetivo promover a interação entre cultura e educação, por meio de projetos culturais e educativos nas escolas e com a participação das comunidades. Com isso, busca-se estruturar um espaço de construção de conhecimento multidisciplinar e de fortalecimento da identidade do indivíduo, no intuito de prepará-lo para a vida, dentro de uma postura crítica, diante da realidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009a).

Em 14 de julho de 2009, o edital Bolsa Agente Escola Viva divulgou a concessão de 300 (trezentas) bolsas, a Pontos de Cultura com propostas de projetos pedagógicos de caráter cultural, realizados em parceria com escolas públicas de nível fundamental e/ou médio e organizações estudantis. Este edital, aberto à participação de organizações estudantis, coletivos de escolas, seleciona projetos que reúnam grupos em função de alguma causa temática ou objetivos afins, como por exemplo: grêmios estudantis, coletivos jovens, grupos de teatro, bandas de música, posses de

hip hop, grupos esportivos e etc., todos com atuação direta e efetiva para a construção do diálogo entre cultura e educação. As bolsas são distribuídas entre o Ponto de Cultura responsável pelo desenvolvimento do projeto, a escola envolvida no projeto, o professor responsável pela coordenação do projeto na escola e os estudantes que executam o projeto pedagógico.

O projeto pedagógico deve ser elaborado e gerido pelo Ponto de Cultura, em parceria com uma escola e com um grupo estudantil. Os alunos são responsáveis por registrar, sistematizar e compartilhar as experiências de pesquisa da memória da comunidade, em vídeos, fotos e outros meios que possam ser divulgados (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009b).

De acordo com Turino (2009, p. 94),

a ação Escola Viva é uma rede de articulação entre escola e comunidade, em que a cultura transversaliza o processo. A ideia chave envolve o conhecimento e domínio de linguagens, gerando capacidade de autonomia, criação e tolerância. Uma educação permanente, que deve acontecer em todo lugar, com todas as gerações e a qualquer tempo.

Agente Cultura Viva – De acordo com o Edital de Divulgação de 15 de setembro de 2009, a ação Agente Cultura Viva propõe o apoio a projetos de Pontos de Cultura, cujo foco seja o empoderamento e o desenvolvimento social e pessoal de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, envolvidos nas Ações do Programa Cultura Viva ou em algum dos dois eixos temáticos: Criação, Circulação e Difusão da Produção Artística dos Pontos de Cultura; e Cultura e Cidadania. O primeiro eixo consiste no desenvolvimento de processos de criação e produção artística associados a trocas de experiências, linguagens, conhecimentos e realidades, levando-se em consideração a realização de eventos e o intercâmbio e compartilhamento de experiências, desenvolvidos nos Pontos de Cultura. O Segundo eixo, Cultura e Cidadania, incentiva o protagonismo dos jovens dos Pontos de Cultura envolvidos em ações de saúde, de meio ambiente, de economia solidária, e de todas as ações sócio-educativas que possam surgir no âmbito do Programa Cultura Viva (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009a).

Ação Economia Viva – Nesta ação, a Cultura é entendida como vetor de geração de renda e representa um dos passos fundamentais na busca por autonomia financeira de grupos, pessoas e dos espaços de atividades culturais. O Edital Nº 8, de 9 de março de 2010 – Processo de seleção do prêmio Economia Viva – descreve, como sua finalidade maior:

Premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade sócio-econômica de grupos e organizações que se expressam através das diversas linguagens artísticas. O edital contemplará ações, práticas e modelos de negócios que promovam articulação em rede, a colaboração, o crescimento sustentável e o comércio justo (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010e).

Partindo do princípio de que os Pontos de Cultura são equipamentos culturais por excelência, a Ação Economia Viva pretende fortalecer estas estruturas auxiliando-as a se transformarem em empreendimentos culturais economicamente viáveis e autônomos. Pensando a Cultura como uma atividade econômica fruto de relações sociais e coletivas a proposta da Ação é dar subsídios aos Pontos de Cultura para que eles mesmos possam comercializar seus serviços e/ou produtos com acompanhamento técnico necessário para a promoção de sustentabilidade financeira.

A Ação busca atingir um público constituído por empreendimentos culturais do terceiro setor que desenvolvam soluções criativas de produção ou articulação em rede nos diversos segmentos culturais, tais como: associações, cooperativas, fundações privadas ou organizações intituladas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS). O perfil dos projetos deve conter necessariamente ações em rede, práticas que possam ser replicadas e atividades econômicas colaborativas, que dêem suporte à demanda de desenvolvimento da cadeia produtiva das linguagens artísticas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010a).

Além das Ações descritas, o Programa Cultura Viva possui mecanismos de articulação e de mobilização, como é o caso da TEIA, encontro nacional de Pontos de Cultura, além de encontros regionais das entidades que integram o Programa.

Em abril de 2006, ocorreu o primeiro evento TEIA, realizado em São Paulo. Outras edições aconteceram em 2007, 2008 e 2010 em Belo Horizonte, Brasília e Fortaleza, respectivamente. Os encontros nacionais, além do papel de articulação política, são espaços de manifestação cultural onde os Pontos de Cultura se apresentam e se conhecem e, em todas as edições, uma programação cultural intensa permeia as discussões e servem de vitrine para os Pontos de Cultura se apresentar e se conhecerem.

Com um viés mais político, o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura foi organizado pela primeira vez na TEIA 2007 e aconteceu como parte da programação do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura TEIA – Tudo de Todos, na cidade de Belo Horizonte. Nesse evento, foi eleita a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), composta por representantes estaduais; representantes das ações

nacionais do Programa Cultura Viva (Ação Griô, Cultura Digital e Escola Viva) e representantes de Grupos Temáticos, num total de 51 representantes. Sobretudo, pelas dificuldades apresentadas na operacionalização do Programa Cultura Viva, essa comissão vem trabalhando para que o Fórum seja um ambiente propício ao diálogo, um espaço participativo que deve espelhar as falas, os anseios, as expectativas, os desejos dos diversos Pontos de Cultura do país (FÓRUM PONTOS DE CULTURA, 2008).

Além da TEIA e seus desdobramentos, o Programa Cultura Viva utiliza, como instrumento de mobilização e de articulação, prêmios concedidos a iniciativas específicas, tais como Ponto de Mídia Livre, Prêmio Areté, Histórias de Ponto, Intercâmbio Ponto a Ponto, Tuxaua e Interações Estéticas³².

São claras as conexões do Programa Cultura Viva com o conceito abrangente de cultura, pela sua proposta de alcançar a participação ampla da sociedade civil, tanto no que diz respeito à diversidade cultural do seu público, quanto no compartilhamento da gestão das ações que integram o Programa. Todavia, do ponto de vista operativo, a proposta do Programa é um grande desafio pelos seus escassos recursos, pela extensão do território brasileiro, pelas diferenças sociais e, como insiste Rubim (2007), por um histórico de políticas culturais marcado pela ausência, pelo autoritarismo e pela instabilidade.

Curiosamente, políticas culturais verdadeiramente inclusivas, em um país como o Brasil, acabam por cunhar duas faces: a face que mostra a riqueza e a grandeza cultural de diversos grupos e comunidades e a face que mostra as carências e desigualdades sociais desses mesmos grupos. Trabalhando-se com a primeira, torna-se obrigatório trabalhar com a segunda. Porém, esse movimento dialético tem boas chances de propiciar o avanço do desenvolvimento humano e social.

Embora todas as ações do Programa Cultura Viva cumpram importantes papéis que impulsionam o desenvolvimento e que promovem a “sustentabilidade, a centralidade e o direito à cultura”, é sobre a Ação Cultura Digital que este trabalho se debruça. Pela sua função integradora e articuladora da rede de Pontos de Cultura, propiciando a comunicação e as trocas de experiências e de conhecimento entre eles, a Ação Cultura Digital torna-se espaço potencial de constituição de um regime de informação.

A identificação desse regime, suas características e as políticas de informação subjacentes, serão trabalhadas no próximo tópico.

³²Sobre as ações de mobilização do Programa Cultura Viva:
<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/mobilizacao-e-articulacao>

6.2 Cultura digital

Por reunir temáticas muito novas, a expressão “cultura digital” não possui um conceito consolidado. No livro intitulado *Cultura digital.br*, publicado em 2009, acadêmicos e profissionais da iniciativa pública e privada discutem e expressam a sua compreensão sobre o conceito. . Essa publicação foi utilizada como principal referência e meio de se alcançar maior compreensão do contexto onde está inserida a Ação Cultura Digital.

Segundo José Murilo de Carvalho Jr., Gerente de Cultura Digital da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, esse livro marca a inauguração do Fórum da Cultura Digital Brasileira cujo propósito é articular os cidadãos brasileiros para a construção de políticas públicas democráticas de cultura digital. Além de eventos presenciais o Fórum disponibiliza um site de rede social, *Cultura digital.br*, para organizar os debates no plano virtual. Nesse ambiente, os participantes podem formar sua rede política de relacionamentos e construir grupos de discussão, propor conversas, produzir *blogs*, entre outras atividades. O site é um espaço que se propõe a agregar as pessoas e o fluxo de conteúdos, organizando a participação e documentando o debate. (CARVALHO Jr., 2009)

O Fórum trabalha sobre cinco eixos temáticos: memória, comunicação, arte, infraestrutura e economia. O eixo da infraestrutura busca elaborar políticas de acesso e inclusão digital e de democratização da infraestrutura. O eixo da economia da cultura digital está voltado para o estudo de alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável da cultura digital. O eixo comunicação digital trata da defesa dos direitos à privacidade, do direito ao acesso à internet e aos meios digitais, da educação pública no meio digital e dos princípios éticos para utilização da rede. O eixo memória digital discute a digitalização de acervos e sua disponibilidade aos cidadãos e usos no futuro, a democratização da criação cultural, através do barateamento dos custos e da fruição dos bens culturais (FÓRUM DA CULTURA DIGITAL BRASILEIRA, 2010).

Manevy, Secretário Executivo do MinC, manifesta a sua compreensão sobre o conceito de cultura digital, ressaltando que a arte já se apropriou plenamente da cultura digital, com experiências contemporâneas no cinema, na música, nas artes plásticas, na poesia. Existem múltiplos artistas que colocaram a questão do digital com uma reflexão contemporânea.

A Cultura Digital não é apenas uma tecnologia, mas um sistema de valores, de símbolos, de práticas e de atitudes. São processos vivos de articulação, processos políticos, sociais, que impactam nosso

modo de vida, de construção e de formulação. E que encontra no digital não um suporte, mas um modo de elaboração (MANEVY, 2009, p.35).

Para Lemos (2009), a Cultura Digital são novos tipos de estradas, novos caminhos e novas formas das pessoas se conectarem, que estão reestruturando completamente a maneira como a cultura é feita. É a cultura do telefone celular, dos computadores, das redes, dos micro-objetos digitais. Lemos afirma que a Cultura Digital é algo que já está entre nós, desde a década de 1970, e que ganhou contornos mais políticos e mais comunicacionais nos dias de hoje. Ele situa o surgimento da Cultura Digital a partir do nascimento da microinformática, que se transforma com o desenvolvimento da internet, e modifica os meios de produção da informação que tende a se tornar mais coletiva, colaborativa e distributiva.

Em discurso proferido em 2004, o ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, também se manifestou sobre o tema:

Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.

Em relação ao espaço público e à vida democrática, o atual Ministro da Educação, Fernando Haddad (2009), argumenta que os impactos da cultura digital são perceptíveis. Apesar de o país ainda estar a meio caminho da inclusão digital universal, existem aspectos que precisam ser considerados: o alargamento do conceito de esfera pública, a questão da própria rede, a comunicação cada vez mais dialógica e não monológica. De acordo com Haddad, não se fala mais em transmissão e recepção, embora essa dimensão da comunicação, já seja suficientemente problemática. A intenção de quem veicula uma informação, no meio tradicional, não coincide com aquilo que se transmite e nem com a maneira pela qual aquele conteúdo é recebido. Com a internet, não só se tem um caminho de ida que não é tão retilíneo como se imaginava, mas agora se tem também o caminho de volta, por meio da interação digital. E ainda tem consequências no processo de recepção da informação e no questionamento da própria informação. O espaço público se molda através do espaço, mas também no tempo, e isso faz com que tudo seja um pouco diferente do que nós nos acostumamos a observar.

Para Carvalho Jr. (2009), a expressão “cultura digital” vem sendo apropriada por diferentes setores, incorporando múltiplas perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais e conexão em rede, na sociedade. Com o declínio dos preços dos computadores pessoais e celulares, a rápida evolução das aplicações em software livre e dos serviços gratuitos na rede internet, democratiza-se o acesso a novos meios de produção e de acesso ao conhecimento. A digitalização da cultura torna o fato histórico das redes abertas, objeto importante de uma reflexão mais específica. Nesse sentido, Carvalho Jr. afirma que interessa ao Ministério da Cultura promover e participar de uma reflexão ampla e coletiva, sobre políticas públicas para a Cultura Digital.

Lemos (2009, p. 140) afirma que

(...) pela primeira vez as pessoas estão efetivamente podendo produzir ou tentar buscar sentido nas suas vidas a partir desses dispositivos [da internet]. Ou seja, produzir informação, escrever, ler e compartilhar... Escrever no sentido lato. Escrever texto, mas escrever com foto, escrever com vídeo. Então hoje nós temos uma avalanche de informação que faz com que essa tecnologia seja efetivamente uma tecnologia do compartilhamento, de uma *aesthesis* nesse sentido mais etimológico da palavra, de compartilhar coisas com os outros. A internet é a concretização disso e temos que tentar defender isso.

A Cultura Digital pode ser entendida também como um movimento que reúne coletivos em torno de um ponto de vista, que defende entre outros a difusão do acesso e democratização da tecnologia da informação e comunicação, da produção colaborativa de conceitos e conteúdos abertos e do uso de softwares livres.

A Ação Cultura Digital, como integrante do Programa Cultura Viva, tem seu início em 2004 e se realiza já no primeiro edital de seleção de Pontos de Cultura. De uma conversa do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, com o Coordenador Executivo do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital³³, Cláudio Prado, surge a proposta de aplicar o conceito de Cultura Digital nas ações desenvolvidas pelo MinC. A história da Ação Cultura Digital pode ser contada a partir dos depoimentos de seus principais articuladores.

De acordo com Foina, Fonseca e Freire³⁴ (2006), de uma maneira informal, a sociedade civil apropriou-se do antigo projeto das BACs e o reescreveu. Em sua

³³Ver <http://culturadigital.org.br/site/sobre-o-lab/>

³⁴ Alexandre Freire é pesquisador do IPTI e um dos coordenadores dos aspectos de Cultura Digital do projeto "Pontos de Cultura" para o Ministério da Cultura. Ariel G. Foina é um ativista social e trabalha com a ONG Universidade Cidadã e faz seu Doutorado na Unisersidad de Salamanca na Espanha.

participação no 4º Festival Internacional de Software Livre (FISLI), Cláudio Prado entendeu a força de mobilização social que o software livre poderia ter, para uma efetiva transformação na maneira de se produzir cultura. Encontrou algumas pessoas durante o FISLI e chamou-as para conversar em seu apartamento em São Paulo, na semana seguinte. Esse encontro foi o primeiro de uma série, que reuniu ativistas, *hackers* e artistas, para discutir o que poderiam vir a ser as BACs.

Meireles³⁵ (2009) observa que, num primeiro momento, a Ação Cultura Digital se constituiu a partir de movimentos de ativistas de mídias como a internet, o rádio, a intervenção urbana, o vídeo ou a música. Grupos distintos que no período de 2002 a 2004 se encontraram e realizaram atividades conjuntas, mas com uma ideologia com muitas características em comum com a cibercultura. Este grupo viu no projeto das BACs a possibilidade de materializar suas ideias, em escala nacional, o que motivou a união de diferentes coletivos, trabalhando em busca de objetivos similares.

A princípio, o objetivo das BACs era muito mais voltado à divulgação cultural: "levar cultura para a periferia". A atuação dos articuladores inverteu essa lógica: cada ponta seria um elo produtor de cultura e mídia, em vez de mera audiência. (...) Todos buscavam concretizar uma proposta que permitiria a reprodução em larga escala de um ambiente ideal e uma maneira colaborativa de produção, que até então só havia sido tentada por aquelas pessoas em pequenos grupos, longe da estrutura estatal. Eles falavam sobre a criação de HackLabs descentralizados mas coordenados, que também contemplariam produção multimídia e MetaReciclagem - reapropriação de hardware. (...) Logo, outro projeto tomou o lugar do projeto das BACs dentro do Ministério da Cultura. Uma nova ideia, pela qual se poderia alcançar todos os cantos longínquos do país. Uma rede descentralizada de produtores culturais intercambiando experiências sobre os mais diversos contextos culturais do Brasil. Esse novo projeto foi denominado Pontos de Cultura (FOINA, FONSECA e FREIRE, 2006).

Com o aval do então ministro Gilberto Gil, a ideia do kit multimídia foi levada até Célio Turino que conta a sua conversa inicial com Cláudio Prado:

Realizamos um primeiro encontro. (...) Havia jovens de diversas origens, universitários, artistas, rappers, militantes sociais, mil ideias. Fui para me apresentar e ouvi-los. Falei do Ponto, da articulação em rede e do desenvolvimento por aproximação. Eles falaram do

Felipe Fonseca é co-fundador do projeto MetaReciclagem e foi um dos primeiros articuladores da Cultura Digital no projeto Pontos de Cultura. (Ministério da Cultura, 2006). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2006/02/22/o-impacto-da-sociedade-civil-desorganizada-cultura-digital-os-articuladores-e-software-livre-no-projeto-dos-pontos-de-cultura-do-minic/>. Acessado em: 10/11/2010

³⁵ Integrante da equipe de bolsistas da Ação Cultura Digital. Disponível em: http://www.alquimidia.org/ganeshha/arquivosSGC/DOWN_203441Produto_I_Acao_Cultura_Digital_2009.pdf. Acessado em: 10/11/2010

fortalecimento das comunidades, de trabalho colaborativo, metarreciclagem de computadores e da necessidade de autonomia dos homens sobre as máquinas. Relacionei esta necessidade à busca de autonomia para os homens desprovidos dos meios de produção em relação àqueles que controlam esses meios. Eles discorreram sobre as possibilidades das câmeras digitais, dos estúdios de garagem, das ilhas de edição em um só computador, falaram do “sampling”, da composição musical a partir da mistura e da mixagem (TURINO, 2009, p.90).

Para Prado (2009), houve uma polaridade interessante, com uma discussão conceitual, filosófica, política e cultural, por um lado, e por outro a visão das periferias brasileiras e dos jovens, sobre a dimensão cultural da internet. Era uma compreensão política que dava uma dimensão das possibilidades que essas pessoas tinham pela frente, pela primeira vez.

A Ação Cultura Digital foi resultado da aproximação do Estado ao movimento da sociedade civil da Cultura Digital, que aglutinou grupos fragmentados em redes sociais, interessados nas possibilidades de democratização do acesso à informação e da comunicação, no intuito de incentivar novas formas de criação e de dar visibilidade a comunidades, até então excluídas social e culturalmente. A Ação veio reforçar a proposta do Programa Cultura Viva de promover a diversidade cultural e de realizar uma gestão compartilhada e descentralizada de suas atividades e de promover o uso e a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação.

Para Meireles (2008), a Ação Cultura Digital, é uma representatividade governamental da cibercultura, que, na sua transversalidade ao Programa Cultura Viva, questiona, conceitua e redefine alguns conceitos. A Ação Cultura Digital vê, no compartilhamento de redes livres, uma possibilidade de reduzir o *digital divide*, com uma metodologia aplicada por boa parte da equipe que contempla uma pedagogia de autonomia³⁶, uma educação libertária, em que o conhecimento não é hierarquizado ou dividido em áreas, mas é absorvido de forma orgânica.

Segundo informações do MinC, a proposta da Ação Cultura Digital é a de possibilitar o compartilhamento de produções simbólicas, conhecimento e experiências, interligando as ações locais. Como ação transversal ao Programa Cultura Viva, ela busca fortalecer, estimular, desenvolver e potencializar redes virtuais e presenciais, formadas pelos Pontos de Cultura. A Ação se apoia principalmente no uso do software livre, como forma de gerar autonomia das comunidades, na produção de conceitos e conteúdos abertos. Seu principal objetivo é o de oferecer mecanismos,

³⁶Referência ao livro de Paulo Freire intitulado de Pedagogia da Autonomia.

instrumentos e estímulos para promover agentes ativos na cadeia de criação, produção e circulação de informação.

Em 2005 e 2006, a Ação Cultura Digital mobilizou centenas de agentes culturais de todo Brasil, através da realização de oficinas e Encontros de Conhecimentos Livres, eventos regionais produzidos em parceria com as Representações Regionais do MinC, com os Pontos de Cultura, governos e entidades locais e parceiros da Ação. Nesses eventos foram apresentadas ferramentas livres de produção multimídia (áudio, vídeo, gráfica), alternativas de apropriação tecnológica e comunicação (rádio, metareciclagem, internet 2.0), realizadas mostras de vídeos, shows, troca de experiências e de conteúdos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010b).

A Ação Cultura Digital tem características que dão indícios de um regime de informação constituído: a natureza transversal, abrangendo diversas áreas de interesse público e privado; os diferentes tipos de atores que o constituem; a utilização de tecnologias da informação e da comunicação; a operacionalização em rede e a criação, compartilhamento, uso e apropriação da informação, como um de seus principais pilares.

Nas diversas falas apresentadas neste tópico, que descreveram Cultura Digital, de forma mais ampla e, mais especificamente, a Ação Cultura Digital, podem ser identificados, ainda que de forma aleatória, elementos que, reunidos, fornecem um primeiro esboço desse regime:

Atores - Sociedade civil organizada; sociedade conectada em rede; redes abertas; atores de origens distintas; diferentes coletivos; periferias brasileiras; jovens; universitários, artistas, rappers, militantes sociais e governo.

Tecnologias - Tecnologias digitais, computadores pessoais e celulares, redes, micro-objetos digitais, microinformática, software livre, câmeras digitais, estúdios de garagem, ilhas de edição, meios de produção e de acesso ao conhecimento; multimídia; reapropriação de hardware, rádio e a internet banda larga.

Práticas de informação - Grupos e fóruns de discussão; conversas; *blogs*; documentação do debate; novas formas das pessoas se conectarem; digitalização da cultura; compartilhamento de produções simbólicas, conhecimento e experiências; interligação de ações locais; produção de conceitos e conteúdos abertos; interação digital, comunicação dialógica; cadeia de criação, produção e circulação de informação.

Esses elementos serão analisados nos tópicos a seguir, visando a obter melhor compreensão da Ação Cultura Digital, como objeto empírico de um regime de informação e das políticas que o legitimam.

6.3 Atores

Barbosa da Silva (2007) identifica o Ponto de Cultura como o espaço de convergência entre o Poder Público, a comunidade e a sociedade abrangente. O Ponto de Cultura abre o caminho entre a comunidade e produções da sociedade global, por meio de janelas digitais, equipamentos audiovisuais, e contatos permanentes com diversos produtores culturais, mediante a circulação de experiências, oficinas, seminários, fóruns culturais, etc. Por outro lado, a interação dos Pontos com o Estado e a sociedade ampla conduz ao reconhecimento das produções locais e da sua diversidade.

A Ação prioritária e o local onde se articulam as atividades do Programa Cultura Viva, os Pontos de Cultura são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura, que desenvolvem atividades de impacto sociocultural em suas comunidades. Não têm um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010e).

Os Pontos de Cultura podem ser de natureza privada ou pública, de alcance nacional, estadual ou regional. Trabalha com um público constituído por jovens, mulheres, indígenas, comunidades camponesas e sem terra, comunidades afro-brasileiras, populações ribeirinhas e das florestas. Abrange diferentes tipos de linguagens, tais como candomblé, teatro, dança, audiovisual, música, circo, mamulengo, folguedos, artesanatos, hip-hop, capoeira, artes, maracatu, congado, folia de reis, bumba-meu-boi, etc. E organizam práticas e equipamentos culturais (cineclubismo, multimídia, mercados alternativos, centros de empreendedorismo, museus, bibliotecas, rádios, centros culturais, espaços culturais, preservação do patrimônio histórico, núcleos de memória, centros de cultura digital, etc. (BARBOSA DA SILVA, 2007).

O perfil da rede de Pontos de Cultura é apresentado no Relatório de Gestão da Secretaria de Projetos e Programas do MinC, relativo ao ano base de 2008, de acordo

com pesquisa desenvolvida por amostragem, pelo Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos – IPSO:

Tabela 2 - Distribuição dos Pontos de Cultura por tema

Nº	Tema	(%)
1	Arte e Cultura	96,9
2	Educação e Pesquisa	55,3
3	Lazer e Recreação	36,6
4	Direitos de Grupos e Minorias	35,4
5	Habitação	5

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria de Programas e Projetos Especiais, 2008.

Tabela 3 - Distribuição dos Pontos de Cultura por público

Nº	Público	(%)
1	Crianças e Jovens	86,3
2	Risco Social	61,5
3	População Urbana	58,4
4	Afro-descendentes	49,1
5	Mulheres	46,0
6	Caiçaras	2,5

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria de Programas e Projetos Especiais, 2008.

Tabela 4 - Distribuição dos Pontos de Cultura por tipo de linguagem

Nº	Linguagem	(%)
1	Música	68,3
2	Cultura Digital	67,7
3	Audiovisual	66,5
4	Dança	57,1
5	Artes Cênicas	57,1
6	Rádio e TV	26,1
7	Jornalismo	18

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria de Programas e Projetos Especiais, 2008.

Tabela 5 - Distribuição dos Pontos de Cultura por formato das atividades

Nº	Formato	(%)
----	---------	-----

1	Oficinas	95,7
2	Exibições e apresentações	81,4
3	Produção de material	67,7
4	Palestras	63,4
5	Debates	54,0
6	Venda de produtos	19,9

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria de Programas e Projetos Especiais, 2008.

Os dados do relatório mencionado demonstram a preferência dos Pontos pela temática Cultura e Arte e pelo trabalho com jovens e crianças e pessoas em risco social. A presença da linguagem Cultura Digital, em segundo lugar, entre aquelas apuradas, chama atenção, por ser esse um tema novo e pouco debatido no âmbito das políticas públicas. Todavia, o relatório ressalta que o perfil que pode ser retirado dos dados apresentados não cobre toda a diversidade e riqueza das atividades realizadas pelos Pontos de Cultura.

Além de Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva atua no incentivo à criação ou fortalecimento de Redes de Pontos de Cultura. Uma Rede é constituída por diversos Pontos de Cultura, organizados em um conjunto, por um estado ou município.

Em 2007, a criação do Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto N. 6.226, possibilitou a realização de convênios entre o MinC e estados e municípios, para implantação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura. Nos convênios estão acordados o número total de pontos a serem implantados pelos estados e municípios pactuantes, com base em Editais por eles lançados. De acordo com os termos do acordo, o Programa Mais Cultura, tem como objetivos:

I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e

III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro (BRASIL, 2007).

O primeiro estado a assinar o acordo de cooperação, para executar em parceria as ações do Programa Mais Cultura foi a Bahia, realizado por meio de convênio firmado em dezembro de 2007, para expansão do Programa Cultura Viva e descentralização dos recursos orçamentários do programa. Nesse edital, o governo

tem como proposta apoiar o desenvolvimento das atividades culturais de 150 Pontos de Cultura no Estado. A distribuição por territórios considerou a ponderação de número de habitantes e número de municípios, conforme a tabela 6:

Tabela 6 - Distribuição dos Pontos de Cultura por território

Territórios de Identidade	Quantidade de Pontos de Cultura
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	7
Bacia do Jacuípe	4
Bacia do Paramirim	2
Bacia do Rio Corrente	3
Baixo Sul	4
Chapada Diamantina	6
Extremo Sul	7
Irecê	5
Itaparica	2
Itapetinga	3
Litoral sul	9
Médio Rio das Contas	5
Metropolitana de Salvador	19
Oeste Baiano	4
Piemonte da Diamantina	3
Piemonte do Paraguaçu	4
Piemonte Norte do Itapicuru	3
Portal do Sertão	7
Recôncavo	6
Semi-árido Nordeste II	5
Sertão do São Francisco	4
Sertão Produtivo	5
Sisal	6
Vale do Jequiçá	5
Velho Chico	5
Vitória da Conquista	7
Total	140

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007.

O edital prevê uma cota de 10 vagas para projetos considerados de grande importância sociocultural para a comunidade ou pela apresentação de propostas inovadoras ou promotoras de integração entre comunidades, escolhidos por membros da Comissão de Mérito, formada para esse fim (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008b).

O estabelecimento das Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura contribui para maior institucionalização e fortalecimento do Programa Cultura Viva como política pública, uma vez que o apoio aos Pontos de Cultura é feito a partir de

um vínculo firmado com outros entes federados. Isso contribuiu para maior descentralização do programa, ampliação do número de Pontos de Cultura e o compartilhamento dos conceitos e objetivos do Programa, junto aos governos locais. Os Pontos, ligados a diferentes redes – municipais, estaduais ou federal – participam dos encontros setoriais que definem a gestão compartilhada do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura entre o poder público e a sociedade civil (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010d).

De acordo com o MinC, por meio do Programa Cultura Viva, o Programa Mais Cultura efetivou convênio com 24 estados e quatro municípios, para implantação de Pontos de Cultura. Essa articulação possibilitou ao Programa ampliar significativamente o número a rede de Pontos. No ano de 2008, foram lançados editais de divulgação para seleção de Pontos de Cultura, em parceria com o MinC, nos Estados do Mato Grosso do Sul (30 Pontos), Maranhão (60 Pontos), Santa Catarina (60 Pontos), Rio de Janeiro (150 Pontos), Pará (60 Pontos), Piauí (80 Pontos), Amazonas (40 Pontos), Amapá (15 Pontos), Rondônia (30 Pontos), Sergipe (30 Pontos), Minas Gerais (100 Pontos), Ceará (100 Pontos), Curitiba (30 Pontos), Acre (15 Pontos), Alagoas (20 Pontos), Paraíba (20 Pontos), Rio Grande do Norte (53 Pontos). No ano de 2009, lançaram seus respectivos editais, os Estados do Tocantins (10 Pontos), Mato Grosso (40 Pontos), São Paulo (300 Pontos), Distrito Federal (20 Pontos), Pernambuco (40 pontos), Roraima (10 Pontos) e Paraná (70 Pontos). Em 2010, o Estado Rio Grande do Sul, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lança o Edital para a seleção de 16 Pontos e de 05 Pontos em parceria com o município de Bento Gonçalves.

Além das Redes de Pontos de Cultura, fazem parte do Programa Cultura Viva – e da Ação Cultura Digital – os Pontões, com atribuições específicas de articular e integrar os Pontos. O Pontão de Cultura tem o papel de nó sustentador de uma rede que pode abarcar uma linguagem artística (Pontão do Teatro do Oprimido, do audiovisual), um público (juventude, mulheres), uma área de interesse (cultura digital, arte e reforma agrária, cultura de paz), gestão e território. O primeiro Pontão a se integrar ao Programa Cultura Viva foi o Navegar Amazônia, um barco-estúdio que percorre a foz do Rio Amazonas. Em seguida, vieram os Pontões Ação Griô, Invenção Brasileira, Vídeo nas Aldeias e Mapa da Rede (TURINO, 2009).

O Pontão, além da função de articulador dos Pontos de Cultura, é um espaço cultural de irradiação da ação cultural regional e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em software livre, e outras iniciativas culturais. A implantação do Pontão de Cultura se realiza em espaço

cedido, construído ou montado pelo poder público federal, estadual, municipal ou distrital.

Ao final de 2007, o Programa Cultura Viva iniciou uma nova fase da Ação Cultura Digital, criando um edital específico de seleção de entidades, que, através de convênio, assumissem a responsabilidade pelas atividades da Ação, dando continuidade aos trabalhos já iniciados. No edital divulgado em julho de 2007, encontra-se registrada a descrição do Pontão Cultura Digital:

Pontão de Cultura é um instrumento de promoção do intercâmbio e difusão da cultura brasileira em suas mais diversas linguagens e formas, no âmbito regional ou nacional, gerido por ente público ou privado sem fins lucrativos, que desenvolverá ações que visem:

a) a capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura;

b) a criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por 2 ou mais Pontos de Cultura;

c) a criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura;

d) a organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura.

4.1.1 - Pontão de Cultura Digital é um instrumento que atende a todas as características do subitem 4.1, tendo como elemento diferenciador a utilização predominante dos meios digitais para a promoção de suas atividades e objetivos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p.12, grifo nosso).

As entidades contempladas pelo edital abrangeram nove estados: Alagoas, Ceará, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Piauí, São Paulo, Paraíba e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Lista de Projetos Selecionados

Nº	Projeto	Proponente	UF	Cidade
1	Frutos do Brasil – Juventude em Debate	Aracati - Agência de Mobilização Social	SP	São Paulo
2	Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE	União Nacional dos Estudantes	SP	São Paulo
3	Pontão de Cultura Guaicuru	Associação Cultural Oficina de Criação Teatral	MS	Campo Grande
4	Pontão "Cultura e Meio Ambiente tecendo o saber"	Opção Brasil	SP	São Caetano do Sul
5	Pontão de Cultura CBC	Associação Capital Brasileira da Cultura	SP	São Paulo
6	Terra Viva, Terra de Arte	Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Projeto de Assentamento Todos os Santos	CE	Canindé
2	Pólo de Produção Audiovisual do Ceará	Academia de Ciências e Artes	CE	Fortaleza
7	Implantação de Pontão de Cultura do Estado de Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	Florianópolis
8	Estação Digital UFRJ	Escola de Comunicação da UFRJ	RJ	Rio de Janeiro
9	Pontão de Gênero – Formação on-Line em Cultura e Gênero	Sociedade de Apoio a Projetos de Educação, Cultura e Cidadania	RJ	Rio de Janeiro
10	Pontão de Cultura Caminhos do São Francisco	Associação de Amigos de Piaçabuçu – Olha o Chico	AL	Piaçabuçu
11	Pontão MHHOB - Preto Ghóez Vive	MHHOB – Movimento Organizado Brasileiro	PI	Teresina
12	Pontão de Cultura Multivisualnet Caatinga	Paraiwa – Coletivo de Assessoria e Documentação	PB	João Pessoa
13	Pontão de Audiovisual /Rio de Janeiro	ICEM – Instituto de Cultura em Movimento	RJ	Rio de Janeiro
14	Nós Digitais	Teia - Casa de Criação	SP	São Carlos
15	Pontão Estúdio do Latão	Cooperativa Paulista de Teatro	SP	São Paulo
16	Pontão de Cultura Escolar	ENCINE – Núcleo Social Cultural de Arte	CE	Fortaleza
17	Ação Cultural em Rede	Associação Cultural dos Produtores Culturais do Estado do Mato Grosso	MT	Cuiabá
18	Pontinho de Cultura Infantil Bola de Meia	Cia Cultural Bola de Meia	SP	São José dos Campos
19	Periferia Pontão de Arte	CUFA – Central Única das Favelas	RJ	Rio de Janeiro

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008.

O MinC contabilizou em junho de 2010, 106 Pontões espalhados pelo Brasil. Há Pontões nas áreas de audiovisual, de cultura de paz, da caatinga, do cerrado, de juventude, da Amazônia, dos bens imateriais, de cultura digital, entre diversos outros

temas, que têm como princípio norteador fortalecer as ações da sociedade civil e fomentar o capital social da cultura brasileira (BAHIA, 2010b).

Os atores que fazem parte da Ação Cultura Digital podem ser classificados pelo seu tipo de atuação: os Pontos de Cultura, que representam as comunidades social e culturalmente excluídas, envolvidas em atividades culturais diversificadas; os articuladores, que são bolsistas, entidades e grupos que atuam como parceiros ou integrantes da Ação e que exercem, além de funções e atividades específicas, uma militância política em favor da cultura digital (embora com visões diferentes); os estados e municípios, no exercício da gestão compartilhada, contribuindo para a descentralização do Programa Cultura Viva e para a consolidação e divulgação dos conceitos defendidos pela Ação; as entidades parceiras do MinC, nas ações de âmbito nacional e regional, atuando na gestão compartilhada e na concepção e desenvolvimento de projetos e ações conjuntos.

Um arranjo ousado e de difícil “tradução”, pelos conflitos de interesses, pelas diferenças sociais e econômicas e pela extensão territorial. Contudo, uma combinação que pode crescer e se acomodar no exercício da democracia.

As estratégias, projetos e atividades realizados pelos Pontos de Cultura Digital, apresentados anteriormente no Quadro 4, serão tomados como objeto de discussão no tópico 6.5, na sua relação com as práticas de informação que constituem um regime de informação. Antes, porém, seguindo a proposta metodológica, o próximo tópico discutirá os principais artefatos tecnológicos adotados pela Ação Cultura Digital que são elementos também integrantes de um regime de informação, e que cumprem um importante papel na rede de relações que o constituem.

6.4 Artefatos tecnológicos de informação

É no uso e disseminação de um conjunto de tecnologias que a Ação Cultura Digital se distingue das outras ações do Programa Cultura Viva. Basicamente, dois grupos de artefatos tecnológicos são adotados pela ação: o *kit* multimídia e a internet.

A doação de equipamentos multimídia, aos Pontos de Cultura, desde os primórdios do Programa Cultura Viva, determinou a transversalidade da ação e demonstrou o seu propósito em incentivar o uso do meio digital como forma de criar, registrar e distribuir produtos culturais. De acordo com o primeiro edital de seleção dos Pontos de Cultura, de 2004, o MinC, além de proceder ao repasse financeiro, seria o

responsável pela doação de equipamentos de cultura digital. Esses equipamentos consistiam em computador com programa em software livre, microfones e amplificador para gravação musical e câmara de filmagem digital.

Após o seu primeiro ano de experiência, a Ação modifica a sua proposta de doação dos equipamentos, dando um novo trato à questão e delegando aos Pontos de Cultura a responsabilidade pela aquisição dos equipamentos, conforme especificações definidas pelo próprio MinC. A compra seria efetuada com a primeira parcela da verba total repassada pelo programa aos Pontos de Cultura.

Com essa mudança, os próprios Pontos de Cultura assumiram a tarefa de compra dos equipamentos digitais e de serviços correlacionados que fossem mais relevantes para cada um. O MinC manteve a exigência do uso do software livre e ficou com a incumbência de fornecer apoio e orientação técnica aos Pontos, quando fosse o caso.

Turino (2009) afirma que ao idealizar o Programa Cultura Viva tinha em mente a ideia de que, diferentemente de outras formas de registro cultural ocorridas no Brasil (registros de viajantes no Brasil colônia ou no império, Missão Folclórica de Mário de Andrade, inventários e mapeamentos culturais mais recentes), queria uma forma de registro que fosse realizado pelos próprios agentes culturais. Por esse motivo era necessário que o *kit* fosse simples e replicável.

Tanto o audiovisual (presente nos *kits* multimídia), quanto a linguagem digital são elementos importantes na estrutura do Programa Cultura Viva. A distribuição dos equipamentos de acesso à internet e de gravação e reprodução audiovisual são essenciais para reduzir as diferenças entre as classes sociais no Brasil, em relação ao consumo e à produção cultural, apontando para novos modelos de comunicação em rede e compartilhamento de experiências de organização política. (DOMINGUES, 2008).

A observação de Domingues pode ser constatada no depoimento registrado na página do site do Pontão de Cultura Preto Ghóez Juventude Digital (2010):

No ano de 2006, conquistamos os nossos primeiros equipamentos multimídia através do nosso Ponto de Cultura, chamado Fome de Livro na Quebrada, um dos primeiros Pontos de Cultura do Brasil.

Assim como todo Ponto de Cultura, trabalhávamos com Software Livre, e como não tivemos um treinamento adequado, muitos problemas surgiam diariamente enquanto tentávamos produzir, e como não tínhamos a quem recorrer para receber um suporte na área, tivemos que vencer todas as barreiras encontradas praticamente sozinhos.

Através dos equipamentos do Ponto de Cultura Fome de Livro na Quebrada produzimos:

- DVD Triplo: Música Pra Que Serve? (*Ong Casa de Anye*);
- CD e DVD: Sexto Encontro Ao Vivo;
- Jornal: Voz Periférica (Peace Child);
- Site: Portal Enraizados versão 2006;
- Disco: Rolo Compressor (Dudu de Morro Agudo);
- Produção Gráfica: Todos os *flyers* dos eventos produzidos pelo Movimento Enraizados.

Um aspecto importante da Ação Cultura Digital foi a adoção do software livre que possibilita inúmeros benefícios, tais como: o favorecimento da produção colaborativa e da criação, divulgação e circulação de produtos culturais; o registro e compartilhamento de documentos de gestão, documentos técnicos, manuais e metodologias; o desenvolvimento e compartilhamento de novas ferramentas (programas de computador) que visem facilitar, melhorar a qualidade e reduzir os custos da produção cultural.

Softwares são linguagens essenciais de uma sociedade em rede, cuja gramática não é conhecida, mas que mesmo assim, podem ser utilizados. Os seus desenvolvedores, aqueles que escrevem seus códigos-fonte, têm um poder social de relevância crescente. Eles definem nos códigos-fonte as possibilidades de comunicação, o "como se pode dizer" e, em alguns casos, "o que se pode dizer" (SILVEIRA, 2005).

Para Silveira, o software, como sistema tecnológico socialmente produzido, como intermediário fundamental da comunicação mediada por computador, como linguagem básica da sociedade em rede, concentra em seu desenvolvimento decisões de grande impacto social, cultural e político. O argumento de Silveira reforça a perspectiva do regime de informação, que leva em conta o papel das tecnologias que o constituem, pelas decisões que elas incorporam em seu próprio processo de construção.

Indo um pouco além, pode se afirmar que não só a escolha pelo uso de determinado software, mas a maneira como ele é utilizado, os objetivos que se deseja alcançar com o seu uso e a forma como ele é apropriado pelo usuário, e os discursos estabelecidos no seu entorno são fatores que conferem ao software o papel de agente legitimador de forças políticas, dentro de um regime de informação.

No bojo do movimento de software livre, nasce o sistema de licenciamento GNU *General Public Licence* (GPL). De acordo com o *site* do Projeto GNU, a GPL se enquadra num método geral chamado *copyleft*. O objetivo desse método é garantir um programa desenvolvido dentro dos princípios do software livre que sofra

modificações e ampliações, seja distribuído dentro dos mesmos princípios do programa original. O *copyleft*, termo que, segundo Silveira, seria um trocadilho que pode ser traduzido por "deixamos copiar", é um conceito que nasce da necessidade de proteger a colaboração e o método cooperativo de produção de software. Um software com a licença GPL não está em domínio público. O objetivo do *copyleft* é o de implementar uma restrição que impeça que um programa, realizado a partir do trabalho colaborativo, seja apropriado privadamente e dele sejam retiradas as possibilidades de colaboração.

Se os equipamentos digitais e dos sistemas computadorizados locais propiciam a criação, registro de produtos culturais, a internet vem completar esse conjunto, permitindo a circulação ampla dessa produção e desses registros. As ferramentas da internet, utilizadas pelos Pontos de Cultura, são muitas e a própria internet demonstra isso. Uma simples busca na Rede permite a recuperação de informações sobre os Pontos de Cultura, seus projetos, ações e grupos, que são apresentadas na forma de vídeos, fotos, textos e áudio, compartilhados em *sites*, *blogs*, *twitters*, *emails*, redes sociais, etc.

6.5 A informação criada e compartilhada

Da doação de *kits* multimídia, a Ação Cultura Digital evolui para os Pontos de Cultura Digital que, a partir de 2007, assumem o papel articulador dessa Ação. A sua principal missão é integrar os Pontos de Cultura de uma região, através de encontros, oficinas e outras programações, atuando em parceria com o governo, na implantação do Programa Cultura Viva.

Se, como disseram Foina, Fonseca e Freire (2006), e uma maneira informal, a sociedade civil apropriou-se do antigo projeto das BACs e o reescreveu, pela Ação Cultura Digital, a sociedade civil se apropria do programa Cultura Viva e o reescreve, por meio do compartilhamento de suas ideias, sua produção cultural, sua mobilização.

Os integrantes da Ação Cultura Digital se articulam, através de mecanismos de criação, compartilhamento e uso da informação, numa interação em cadeia. Partindo de fóruns mais abrangentes de debate, na esfera do MinC, como o Sistema Nacional da Cultura, o Plano Nacional da Cultura, o Fórum da Cultura Digital Brasileira e rede social do MinC, em direção a mecanismos criados pelo programa Cultura Viva, como o evento TEIA e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Mecanismos de integração importantes são também realizados pelas Redes Estaduais e Municipais

que têm como objetivo integrar Pontos de Cultura circunscritos a determinado território. Os Pontões de Cultura, parceiros da ação e articuladores da equipe do MinC, realizam encontros e oficinas voltados para a Cultura Digital, atuando junto a grupos regionais e locais. Todas as alternativas e meios utilizados para promover o diálogo e a comunicação entre os Pontos de Cultura, tais como redes sociais, encontros, seminários, oficinas, rodas de conversa, fóruns virtuais e presenciais, formam uma grande rede interessada nas possibilidades e desafios criados pelas tecnologias digitais aplicadas à produção e fruição cultural.

As práticas de informação podem ser observadas nas atividades realizadas pelos Pontões de Cultura Digital, junto aos Pontos de Cultura. Os projetos de alguns Pontões, contemplados no edital de 2007, e apresentados no Quadro 4, serão apresentados, no intuito de ilustrar como as práticas de informação estão presentes nas atividades propostas e realizadas.

Para obter informações sobre os Pontos, foi tomado como referência o site do Instituto de Pesquisas de Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO), entidade que organiza e disponibiliza informações sobre os Pontos de Cultura e que faz parte do Programa Cultura Viva. Contudo, uma vez que as informações do IPSO nem sempre estão completas e atualizadas, foram consultados também os sites do MinC, os sites dos próprios Pontos e outros sites correlatos.

ACARTES – Academia de Ciências e Artes - De acordo com Cláudia Cavalcanti, integrante da Acartes, a entidade foi selecionada pelo edital de Pontões de Cultura Digital, com um projeto que tem como proposta a criação da Escola de Artes e Ofícios Populares. Este projeto busca facilitar o acesso à produção, ao registro e ao fazer cultural, através de oficinas de musicalização, artes plásticas, xilogravura, cordel e manifestações da tradição oral.

A Acartes é uma organização não-governamental, criada em 2002, no bairro Pirambu, em Fortaleza, por remanescentes de antigos movimentos culturais do bairro, como o Movimento Cultural e Político do Pirambu (Mocupp), Centro de Ativação Cultural (CAC) e o Centro Popular de Cultura (CPC). Em 2004 foi selecionada para se integrar ao Programa Cultura Viva, como Ponto de Cultura.

A escola está voltada principalmente para a construção, resgate e difusão de instrumentos pertencentes ao universo da cultura popular, com oficinas itinerantes pela região, propiciando, aos mestres e grupos da tradição oral, possibilidades de mostrar e repassar sua arte aos mais jovens. A escola desenvolve também oficinas de qualificação e produção de material em vídeo, áudio e informática, equipando os

grupos e artistas com material de qualidade, para a sua produção, promoção e divulgação cultural.

Com a entrada para o Programa Cultura Viva, a Acartes aumentou de 40 para 150 o número de jovens beneficiados. Em 2007, a Acartes participou do Edital de seleção de Pontões, com o projeto Polo de Produção Audiovisual do Ceará, tendo como um de seus trabalhos importantes a gravação do longa metragem Poço da Pedra (IPSO, 2009).

Pela proposta de trabalho da Acartes, percebe-se que a informação criada e compartilhada está intimamente relacionada à cultura da região, e se realiza pela interação entre jovens e idosos, nas oficinas e encontros realizados pela escola. A informação diz respeito às produções culturais, aos “modos de fazer”, mas a escola se preocupa também em desenvolver, junto aos participantes do projeto, conhecimentos sobre as formas de registro e a divulgação dos produtos culturais.

PARA’IWA – Coletivo de Assessoria e Documentação - Ao longo dos seus quinze anos de existência, o Para’iwa desenvolveu e implementou projetos com associações de artesãos, produtores rurais e outras ONGs . Dentre seus inúmeros objetivos estabelecidos que contemplam meio ambiente, cultura, trabalho e educação, é interessante destacar:

- Produzir conhecimentos acerca da realidade social, cultural, ambiental, turístico e econômico, priorizando as regiões norte e nordeste do Brasil;
- Sistematizar, realizar, agenciar, editar, distribuir e divulgar textos, projetos, publicações, conteúdos audiovisuais (cinema, vídeo, vídeo tapes publicitários e televisão), iconografia e multimídia em geral, relativos à produção de conhecimento acerca da realidade social, cultural, ambiental, turística e econômica da região.
- Elaborar diagnósticos e pesquisas, divulgando os resultados à sociedade civil, através da linguagem audiovisual, multimídia e impressos.
- Promover a democratização da informação e o acesso aos meios para a sua divulgação.

Também localizado na região nordeste, o Ponto de Cultura Para’iwa é uma Organização da Sociedade Civil fundada em 18 de julho de 1994, sem fins lucrativos. Tem como missão a produção e difusão do conhecimento sobre a realidade sociocultural, econômica, ambiental e turística, contribuindo para a formação e capacitação de jovens e da comunidade e promovendo a transformação da realidade regional e a participação democrática na gestão de desenvolvimento.

Seguindo essa linha e considerando as dificuldades de acesso à informação sobre a realidade regional e as potencialidades do estado, o Para'iwa vem constituindo um acervo multimídia interdisciplinar de apoio à educação e ao ensino da rede pública e privada. Trabalha com projetos que englobam temas como: identidade, cultura, águas, artesanato, inclusão digital, música, artes plásticas, literatura, meio ambiente e realidade regional, com produção de material multimídia, vídeos, filmes, fotografias, livros e sites na internet. (PARA'IWA, 2010).

Com o projeto Pontão de Cultura Multivisualnet Caatinga, o Para'iwa pretende promover a qualificação de jovens, através da implementação de um centro de produção de tecnologia da informação e comunicação, capacitando-os no uso de recursos de informática e multimídia, contribuindo para inclusão digital e a elaboração de produtos audiovisuais educativos, com conteúdos que reflitam a diversidade e o potencial cultural, ambiental e turístico da Paraíba, para difusão via internet de banda larga (MULTIVISUAL.NET, 2010).

TEIA - Casa de Criação - O Núcleo de Culturas da TEIA foi criado em 2007, no intuito de reunir grupos e pessoas da cidade e da região, com o propósito de pensar e articular ações que contribuíssem com o cenário cultural, principalmente a cultura popular. Inserido na proposta desse núcleo, o projeto do Pontão de Cultura Nós Digital partiu da reflexão sobre as barreiras encontradas na implantação da Ação Cultura Digital, desde as deficiências nas estruturas do governo, até as dificuldades e despreparo dos integrantes dos Pontos que trabalham com a cultura digital. Como forma de mitigar essas deficiências, o projeto propõe trabalhar em dois eixos: a capacitação de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, na plataforma operacional GNU – Linux e a organização e disponibilização de material base para cursos de inclusão digital. O Pontão destaca o Encontro Estadual de Cultura Digital, como atividade de especial importância para atingir os objetivos desses eixos e para o trabalho em rede no Estado.

Localizada em São Carlos, no Estado de São Paulo, A TEIA – Casa de Criação é uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos, que desenvolve, executa, dá apoio e assessoria a projetos e pesquisas nas seguintes áreas de atuação: Urbana, Socioambiental, Cultura e Comunicação, Arquitetura, Tecnologia e Construção. Fundada oficialmente em 2002, tem seu foco de atuação voltado, sobretudo, para cidades médias, cuja ocupação frequentemente está associada a um nível intenso de impactos socioambientais e que reproduzem a lógica de exclusão das grandes cidades brasileiras. Para a realização de seus trabalhos, a TEIA atua de maneira

integrada com diversos setores da sociedade, priorizando o trabalho em rede (NÓS DIGITAIS, 2010; TEIA, 2010).

PRETO GHÓEZ JUVENTUDE DIGITAL - O Pontão de Cultura Preto Ghóez Juventude Digital surgiu como resultado do trabalho da organização de juventude Movimento Enraizado, que está presente em 17 estados brasileiros e em 10 países. Seu principal objetivo é formar e orientar militantes e grupos artísticos, para criação de novas instituições de base, com foco no desenvolvimento de jovens, para enfrentamento das desigualdades. O Pontão utiliza, além das artes integradas do Hip Hop, o audiovisual, o teatro e a comunicação alternativa.

No ano de 2006, a organização conquistou os primeiros equipamentos multimídia, através do Ponto de Cultura Fome de Livro na Quebrada, um dos primeiros Pontos de Cultura do Brasil.

Com a proposta de compartilhar o conhecimento da tecnologia social de “Formação de Rede” e a experiência adquirida com software livre, nos quatro anos de Ponto de Cultura, o Pontão de Cultura Preto Ghóez Juventude Digital foi implantado com objetivo de fortalecer o intercâmbio entre os Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. A partir das oficinas esta entidade pretende desenvolver um documentário e uma publicação, ambos criados coletivamente, no intuito de mostrar as atividades culturais realizadas pelas diversas instituições do estado (PRETO GHÓEZ JUVENTUDE DIGITAL, 2010).

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ – Os objetivos estabelecidos no projeto proposto pelo Pontão da ECO são o de potencializar e apoiar a rede de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e o de articular-se com a rede nacional de Pontões de Cultura Digital. Em implantação desde janeiro de 2009, o Pontão tem como base a Central de Produção Multimídia (CPM) da Escola de Comunicação da UFRJ, no Campus da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Tem como proposta a utilização da infraestrutura e equipamento urbano existentes nos *campi* das universidades públicas, com atividades conduzidas por universitários, a partir de um projeto integrado (o Pontão Lab) de transferência de conhecimentos, experiências, vivências e tecnologias colaborativas entre os Pontos de Cultura do Rio de Janeiro. O projeto também prevê a troca de experiências e produção de metodologias de educação não-formal, extensão, ensino, pesquisas e práticas culturais inovadoras e experimentação de linguagens artísticas, nos *campi* universitários. Dentre as ações propostas, estão incluídas a capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura; criação e apresentação de obras artísticas

realizadas em conjunto por dois ou mais Pontos de Cultura; criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura (UFRJ, 2010).

Pontão da UFSC - Tomando como base o conceito de diversidade cultural e produção colaborativa, o projeto do Pontão da UFSC tem quatro eixos em torno do qual é pensado e elaborado: o fazer cultural; a pedagogia do fazer cultural; a organização e administração do fazer cultural, incluindo a organização dos produtos, dos conteúdos e da informação; e a interface econômica do fazer cultural. Estes eixos não possuem hierarquia entre si e são profundamente interdependentes. Os objetivos específicos do projeto a ser desenvolvido pelo Pontão contemplam:

- Implantação de um centro de referência nacional, em produção cultural popular e economia solidária;
- Articular e formar rede regional sul de gestores culturais para Pontos de Cultura; implantar biblioteca virtual de música produzida, difundida e usada nos Pontos de Cultura;
- Articular e formar rede estadual de produtores e editores de registros digitais de música; articular e formar rede estadual de educadores populares em capoeira;
- Articular e formar rede estadual e regional de pesquisadores populares de tradições orais; implantar núcleo de referência regional de saberes audiovisuais, para registro da produção cultural popular e de movimentos sociais (MONTENEGRO DE LIMA *et al*, 2008).

O Pontão trabalha com oficinas voltadas para quatro temáticas:

- Gestão Cultural - Tem por objetivo proporcionar suporte conceitual e aplicativo aos gestores dos Pontos de Cultura do Estado de Santa Catarina, que lhes permita administrar e planejar, em uma perspectiva estratégica, a ação dos Pontos, em sintonia com os objetivos estabelecidos.
- Economia solidária – Busca estabelecer, junto aos pontos de cultura e outras organizações e empreendimentos vinculados à produção cultural catarinense, processos de trocas de informações que contribuam para que desenvolvam seu potencial de geração de renda, contribuindo para que atinjam uma condição de sustentabilidade econômica e financeira no longo

prazo, dentro dos preceitos da economia solidária de autogestão e de produção e comércio justos.

- Mídia e Cultura: Criação, memória e circulação – Propõe a realização de oficinas, em diferentes cidades do Estado de Santa Catarina, a fim de preparar os participantes para identificar e fazer registros em áudio ou audiovisual da atividade da cultura popular e regional.
- Oficina de software livre e apropriação tecnológica - Apresentar conceitos, ideias e práticas do software livre. Debater o impacto das TIC no dia a dia e as formas de usufruir com liberdade e independência dos seus benefícios (UFSC, 2010).

As descrições das propostas e trabalhos realizados pelos Pontões são exemplos e evidências de como as práticas de informação acontecem na Ação Cultura Digital de formas diferenciadas. Mediante a análise dos editais e de outros documentos foi possível descrever o regime de informação constituído pelos principais elementos desta Ação: atores, artefatos, práticas e fluxos de informação. Foi observado como esses elementos se articulam e se relacionam ao se identificar as políticas de informação que dão legitimidade e sustentam este regime.

6.6 O regime e as políticas de informação

O regime de informação possui uma concepção aberta: não tem domínio pré-estabelecido, porém se constitui sobre um objeto empírico, que é também o seu delimitador. O regime se define pelos atores, tecnologias, pelas redes e sistemas, pelos fluxos e pelas práticas de informação que o constituem. A natureza aberta e relacional do regime de informação permite inúmeros enquadramentos que podem colocar maior ou menor ênfase em um, ou mais de um, de seus elementos. Como afirmam Frohmann e González de Gómez, as políticas de informação estão intimamente ligadas à natureza do regime constituído em uma rede de atores.

O quadro a seguir sintetiza os principais atores que constituem o regime de informação da Ação Cultura Digital, descrita no capítulo anterior.

Quadro 5 - Atores da Ação Cultura Digital

Atores	Descrição
Pontos de Cultura	<p>Participam do Programa Cultura Viva apresentando projetos para seleção por editais.</p> <p>Recebem recursos para projetos culturais e para aquisição de equipamentos multimídia.</p> <p>Desenvolvem e executam as ações e projetos culturais.</p> <p>Participam dos fóruns, seminários e conferências de cultura.</p> <p>Propõem ações corretivas para o Programa e novas políticas para o governo.</p>
Comunidades locais	<p>Participam e se beneficiam das ações e dos projetos culturais desenvolvidos pelos Pontos de Cultura e pela Ação Cultura Digital.</p>
Pontos de Cultura Digital	<p>Desenvolvem trabalho de formação de agentes culturais para apropriação das tecnologias da informação e da comunicação.</p> <p>Matem equipe de facilitadores e articuladores da Ação Cultura Digital.</p> <p>Propõem diretrizes, frentes de ação e de mobilização para a Ação Cultura Digital.</p> <p>Compartilham a gestão do programa com o Poder Público, propondo e operacionalizando estratégias para a Ação Cultura Digital.</p> <p>Promovem a integração e a mobilização dos Pontos de Cultura.</p>
Poder público federal, estadual e municipal	<p>Definem as diretrizes do Programa Cultura Viva.</p> <p>Elaboram e divulgam os editais de seleção.</p> <p>Matem equipe técnica de facilitadores da Ação Cultura Digital.</p> <p>Disponibilizam recursos financeiros.</p> <p>Realizam a gestão do Programa Cultura Viva.</p> <p>Promovem eventos culturais de integração dos Pontos nas diversas instâncias governamentais e nas diversas regiões.</p> <p>Promovem fóruns de debates.</p> <p>Fiscalizam o desenvolvimento dos projetos.</p>
Entidades patrocinadoras externas à Ação Cultura Digital.	<p>Disponibilizam recurso e apoio aos Pontos de Cultura em adição àqueles já fornecidos pelo Programa Cultura Viva.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Como o próprio nome indica, a Ação Cultura Digital tem como objetivo facilitar a apropriação e uso das tecnologias como instrumento de produção e fruição da

cultura. Dentro dessa missão ela busca promover o uso combinado de três principais grupos de tecnologias: o *kit* multimídia; o software livre e a internet banda larga.

Tendo a equipe do Ministério da Cultura e os Pontões de Cultura Digital no papel de articuladores dos Pontos de Cultura e de facilitadores do uso das tecnologias da informação e da comunicação, a Ação Cultura Digital promove e apoia diferentes tipos de práticas de informação:

- Produção, distribuição e divulgação de conteúdos audiovisuais.
- Formação e capacitação de grupos e agentes culturais nas tecnologias da informação e da comunicação através de cursos, oficinas, encontros e seminários, desenvolvimento e distribuição de material didático.
- Compartilhamento de informação e de experiências no uso das tecnologias em software livre e no uso de equipamentos digitais;
- Troca de informação e colaboração nos diversos tipos de atividades culturais.
- Realização de fóruns presenciais ou virtuais, encontros, reuniões, seminários em nível nacional, regional e local sobre tecnologias da informação e da comunicação e sobre as próprias produções e ações culturais.

Tomando-se como base as categorias de análise – atores, artefatos tecnológicos e práticas de informação - foi possível identificar algumas características do regime de informação constituído na Ação Cultura Digital que serão descritas a seguir.

- *Tem como princípio a aplicação das TIC na ação cultural.*

Como alertou Marteleto (1995), tanto a informação, quanto a sua produção, transferência e aquisição são sociais e simbólicas. A informação é situacional e pode ser compreendida de diferentes formas de acordo com a posição dos sujeitos nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos. Dentro dessa visão, a apropriação das TIC e a sua aplicação em atividades culturais é um princípio do regime que vincula informação às realidades, interesses e necessidades das comunidades locais. Se por um lado as TIC facilitam a criação, o registro, o acesso, o

compartilhamento e o uso da informação, por outro, a ação cultural cria um ambiente que contribui para que ela possa ser interpretada e para que ela alcance um sentido pelos seus usuários.

- *Participação da sociedade civil*

A participação da sociedade civil na Ação Cultura Digital acontece de diferentes formas. Ela se dá pelos diversos tipos de públicos, pelas diferentes entidades que compartilham a gestão do programa e pelos inúmeros instrumentos de comunicação disponibilizados pelo Programa Cultura Viva e pelo próprio Ministério da Cultura.

A rede de Pontos abrange entidades de inúmeras regiões do país, que atuam com públicos e linguagens bastante diversificados, sem imposição pelo poder público, de modelo único de equipamento ou ação cultural. Os projetos são concebidos e operacionalizados pelos próprios Pontos de Cultura, cabendo ao governo a responsabilidade de analisar e habilitar estes projetos, e de fornecer apoio técnico e recursos financeiros aos Pontos selecionados. Este formato propicia uma participação mais abrangente da sociedade sem que o programa fique restrito apenas aos grandes centros urbanos, a um determinado tipo de linguagem ou equipamento cultural ou a um determinado tipo de público.

A gestão compartilhada do Ministério da Cultura com os Pontos de Cultura Digital permite que entidades parceiras do governo de diferentes localidades, elaborem e conduzam seus próprios projetos junto aos Pontos de Cultura. Com isso, cada Pontão tem autonomia para estabelecer seus objetivos a partir das realidades em que se encontram e atendendo às particularidades e necessidades de seus públicos e comunidades.

Nos fóruns, eventos, seminários e oficinas promovidos pela Ação Cultura Digital, os Pontos de Cultura têm a oportunidade de discutir problemas e apresentar suas demandas específicas, participando e influenciando as ações e políticas públicas conduzidas pelo Ministério da Cultura.

- *Fluxos livres de informação*

A proposta da Ação Cultura Digital, de promover o uso, pelos Pontos de Cultura, de instrumentos e ferramentas da internet e do software livre, torna o regime, um campo constituído por fluxos de informação livres e irrestritos. Esta característica é

herdada da própria concepção da internet e dos princípios de colaboração e compartilhamento preconizados por comunidades que usam o software livre.

O controle de fluxos é um aspecto importante da política de informação. Braman (2006) chama atenção para o poder informacional como aquele que controla os comportamentos, manipulando as bases informacionais dos materiais, das instituições e dos símbolos. O regime de informação da Ação Cultura Digital está baseado no princípio de fluxos livres de informações em que os Pontos de Cultura são incentivados a criar colaborativamente e a trocar experiências e conhecimento. Esta característica do regime tem como consequência a geração de maior autonomia das comunidades locais para agir, buscando nos seus pares, formas de resolverem problemas cotidianos, de adquirirem maior conhecimento sobre determinado assunto, de encontrarem meios e canais para difundirem suas próprias ideias e para terem condições de se estabelecerem criticamente na sociedade.

- *Princípios de colaboração, interatividade, transparência*

Por ser um regime apoiado sobre uma ampla rede de atores e artefatos tecnológicos que compartilham a informação e com uma proposta de trabalho colaborativo, indícios de transparência podem ser observados em diferentes situações da Ação Cultura Digital.

A atuação Ministério da Cultura sinaliza para uma postura de transparência pelos diferentes instrumentos de comunicação e interação com o público, como o portal do Ministério da Cultura, as conferências nacionais, os encontros e seminários nacionais e regionais, os fóruns de discussão, como o Fórum da Cultura Digital Brasileira. Esta postura aproxima-se da visão de Florini (1998), que afirma que a transparência nos atos e condutas da esfera pública é o padrão adequado exigido por uma sociedade globalizada.

A transparência manifesta-se também nas ações dos Pontos de Cultura, como as caminhadas, rodas de conversa e oficinas, que têm como objetivo a transmissão do conhecimento entre gerações, entre grupos, entre profissionais e usuários; e no interesse dos gestores e integrantes dos Pontos de Cultura em desenvolver interrelações colaborativas.

O uso da internet, rede de acesso aberto, como veículo de comunicação entre os Pontos de Cultura e o mundo exterior, propicia aos grupos de usuários nela constituídos a possibilidade de estabelecer um diálogo franco, verdadeiro e democrático.

- *Espaço político de debate sobre o papel da informação na sociedade*

O regime de informação é também espaço político para um debate sobre questões que vão do extremo que considera a informação como propriedade privada, até o outro, que considera a informação como um bem de domínio público. Esta questão, que é também matéria de interesse e de conflito no regime global de política de informação, apresentado por Braman (2004), é um tema importante para os atores integrantes da Ação Cultura Digital. Este tema faz parte do Fórum da Cultura Digital Brasileira, mantido pelo Ministério da Cultura, cujo conjunto de questões abrange: o direito à privacidade, o direito de acesso à internet e aos meios digitais, a educação pública no meio digital, os princípios éticos para utilização da rede, a digitalização de acervos e sua disponibilidade aos cidadãos e usos no futuro, a democratização da criação cultural, através do barateamento dos custos e da fruição dos bens culturais, a propriedade intelectual e os direitos autorais.

Todas essas novas temáticas carregam diversas posições e pontos de vista que podem levar a diferentes concepções e formulações de políticas de informação. A participação ampla da sociedade nestes fóruns é importante e os Pontos de Cultura trazem para o debate a visão de grupos minoritários que nem sempre têm espaço e oportunidade de manifestar publicamente suas próprias opiniões. Neste sentido, a Ação Cultura Digital é um importante instrumento político que promove eventos, conversas e encontros e que propicia um espaço de trocas de diferentes pontos de vista.

As características do regime de informação apresentadas, estão vinculadas a uma preocupação de fundo, que encontra eco no pensamento de Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002), já discutido anteriormente e pertinente de ser retomado. Para estes autores quando o controle da informação é de responsabilidade do Estado, as políticas de informação podem atender a vários propósitos: para que indivíduos alcancem seus potenciais, conduzam suas vidas e acompanhem o processo democrático; para a coesão social e para enriquecimento cultural. Porém, eles ressaltam que mesmo quando o Estado detém o controle da informação, o paradigma do mercado persiste, se a informação é considerada única e exclusivamente como um recurso, sem levar em conta os seus aspectos culturais e sociais.

A Ação Cultura Digital alinha-se com o pensamento de Rowlands, Eisenschitz e Bawden, na medida em que oferece aos Pontos de Cultura a oportunidade de criar, compartilhar e usar a informação a partir das realidades sociais e culturais muito

próprias e específicas de cada grupo ou comunidade. Ao mesmo tempo as facilidades oferecidas pelas tecnologias da informação e da comunicação permitem que estes grupos sejam tirados do isolamento e conectados a outros grupos em uma grande rede heterogênea de atores.

Atendendo ao terceiro objetivo proposto por este trabalho, a partir da análise do regime de informação constituído na Ação Cultura Digital, foi possível identificar e descrever as políticas de informação legitimadoras deste regime.

- *Incentivo a criação e difusão de conteúdos locais*

A Ação Cultura Digital reforça a produção de conteúdos que refletem a diversidade cultural das regiões brasileiras. Nas atividades desenvolvidas pelos Pontões de Cultura Digital foi possível identificar um esforço voltado para produção de conteúdo nacional, apresentados na forma de audiovisuais e de textos criados em diferentes regiões do Brasil e com diferentes temáticas, como é o caso do projeto de desenvolvimento do Polo de Produção Audiovisual do Ceará da Acartes. É também o caso da PARA'IWA – Coletivo de Assessoria e Documentação, que tem como um de seus objetivos a produção e compartilhamento de conhecimento acerca da realidade social, cultural, ambiental, turística e econômica da Paraíba.

- *Promoção e fortalecimento da produção, registro e circulação de bens culturais*

Esta diretriz está implícita no incentivo ao uso do *kit* multimídia como instrumento de registro das múltiplas formas de produção cultural. Em combinação com a internet, a comunicação entre os integrantes dos Pontos de Cultura de diferentes regiões e destes com outros tipos de entidades é facilitada e ampliada. Isto leva ao desenvolvimento e compartilhamento de conteúdos representativos de uma grande diversidade cultural e com poucas chances de visibilidade na sociedade mais abrangente, pelos meios clássicos de veiculação da cultura. A proposta do Pontão da UFSC de implantação de uma biblioteca virtual de música produzida, difundida e usada nos Pontos de Cultura é um exemplo do esforço da Ação Cultura Digital e do Programa Cultura Viva de levar adiante uma política de valorização e de fortalecimento da produção cultural regional brasileira.

- *Incentivo ao acesso, uso e compartilhamento da informação com uso das TIC*

O uso das TIC nas ações culturais provê aos Pontos de Cultura uma maneira de facilitar a criação, uso e apropriação da informação. Para que a informação seja convertida em conhecimento, para que ela tenha o efeito constitutivo apontado por Braman (2006), ela precisa estar vinculada à própria história dos sujeitos, às suas atividades e interesses, ao seu cotidiano. Por se tratarem de entidades envolvidas com as culturas locais e voltadas para os interesses das comunidades, os Pontos de Cultura criam um contexto favorável para a apropriação da informação. A Ação Cultura Digital, em seu papel integrador e articulador dos Pontos de Cultura, amplia este contexto de referência aproximando grupos, que se reconhecem, se identificam e compartilham de idéias e valores semelhantes. Com o uso das TIC, estes grupos criam, disponibilizam, trocam e circulam informação com certo sentido atribuído, favorecendo a construção do conhecimento, a geração de novas idéias e o desenvolvimento e a autonomia de seus integrantes.

Os Pontões de Cultura Digital cumprem um papel importante na condução desta diretriz, atuando na formação de agentes culturais e das comunidades para apropriação das tecnologias da informação e da comunicação e trabalhando junto aos Pontos na promoção de atividades de registro, comercialização, divulgação e circulação de produtos culturais. O Pontão da ECO, o Pontão da UFSC e o Pontão Nós Digitais exemplificam este papel. Fazem parte de suas propostas: a promoção de trocas de experiências entre Pontos de uma mesma região; o incentivo a práticas culturais inovadoras; a experimentação de linguagens artísticas nos espaços universitários; o suporte conceitual e aplicado aos gestores dos pontos; a formação de agentes culturais para o uso de equipamentos e programas para registro e circulação da atividade cultural popular e regional; e a formação em software livre e nos princípios que envolvem o seu uso.

- *Incentivo à circulação da informação em diversos níveis; de diversas formas; através de diferentes instrumentos*

Como se procurou demonstrar, a rede de Pontos de Cultura tem como principal característica a diversidade cultural, a heterogeneidade dos grupos, a mistura de regiões. Se por um lado os grupos podem se reconhecer na rede, no trabalho de outros grupos, eles podem também observar e aprender com o diferente. A articulação e a integração entre os Pontos, principal objetivo da Ação Cultura Digital incentiva

trocas de informação de diferentes regiões, linguagens, públicos, interesses, permitindo que os fluxos de informação circulem em diversos níveis, formatos e entre grupos heterogêneos. Esta política confere ao regime de informação uma característica de transparência, de interatividade, de diálogo, tornando-o um espaço para manifestação de diferentes posições.

- *Promoção do uso de software livre e princípios correlatos*

Os princípios do software livre, adotado pela Ação Cultura Digital, preconizam uma ética de colaboração e de compartilhamento em que os programas são alterados, melhorados e ampliados, na medida em que vão sendo utilizados livremente por mais pessoas. Esta postura favorece a apropriação das tecnologias pelos usuários que ganham acesso a uma grande variedade de ferramentas de baixo ou nenhum custo e maior autonomia na produção de bens simbólicos.

7 CONCLUSÕES

Como discutido na revisão de literatura, o campo da política de informação pode ser abordado de inúmeras maneiras. Diferentes autores trabalharam a visão da política de informação como um campo que reúne temáticas variadas em torno da informação. Braman (2006) e Browne (1997) propuseram que a cadeia de transferência da informação seria uma referência adequada para delimitar a abrangência do campo. Assim, qualquer processo envolvendo uma das etapas desta cadeia estaria dentro do domínio de interesse da política de informação. Nas políticas encontradas na Ação Cultura Digital percebem-se referências a estas etapas: *criação* e *difusão* de conteúdos locais; *produção*, *registro* e *circulação* de bens culturais; *acesso* e *compartilhamento* à informação com o uso das TIC.

Numa outra ótica, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) demonstram que o campo da política de informação estaria organizado em cinco grupos de temas inter-relacionados. Muitos destes temas, como direitos autorais, propriedade intelectual, acesso universal, liberdade de expressão, direito a informação estão subtendidos nas políticas de informação identificadas nesta pesquisa. É o caso, por exemplo, da política de incentivo ao uso do software livre que mantém estreitas relações com as questões dos direitos autorais e da propriedade intelectual. É também o caso do incentivo à apropriação e uso das TIC, uma diretriz que remete questões como o acesso universal, ao direito à informação, à liberdade de expressão e à indústria da informação.

Para Montvloff (1990), a política de informação provê uma orientação para o projeto de uma estratégia e de programas voltados para o desenvolvimento e uso de recursos, sistemas e serviços de informação. Neste sentido, o incentivo à produção, registro e circulação de bens culturais e o incentivo à produção de conteúdos nacionais demonstram uma preocupação da Ação Cultura Digital com estratégias que promovam o desenvolvimento dos recursos de informação e a circulação e acesso a estes recursos pela sociedade, de forma mais abrangente.

Frohmann (1995) e González de Gómez (2002) apontam o regime de informação como um caminho para revelar políticas implícitas nas práticas de informação, exercidas por uma rede de atores. Foi nesta visão que se deteve este trabalho, com a proposta de consolidar a noção de regime de informação, como um conceito da Ciência da Informação adequado para o estudo da política de informação. No intuito de trabalhar este fundamento teórico em uma aplicação prática, esta pesquisa identificou e descreveu o regime de informação constituído na Ação Cultura

Digital, utilizando como fonte de dados os seus documentos normativos. Como proposto no objetivo geral, a pesquisa apontou iniciativas que traduzem políticas de informação que sustentam a dinâmica da Ação Cultura Digital. Foi possível perceber que o regime de informação tem como princípio básico a produção, compartilhamento e uso da informação, porém, dentro da perspectiva cultural dos grupos de usuários, na qual a informação ganha um sentido, possibilitando a sua conversão em conhecimento. É um regime que incentiva a produção, o registro e a circulação de bens culturais pelas comunidades locais, com o auxílio de ferramentas, instrumentos e tecnologias da informação e da comunicação.

Dentre os conflitos apontados por Bramam (2004), no regime global de política de informação, encontra-se aquele que coloca em oposição, a ótica da informação como bem público e a ótica da informação como propriedade privada. No regime de informação encontrado na Ação Cultura Digital percebe-se a defesa da informação como um bem público, pelas políticas que incentivam os atores não só a compartilhar a informação e o conhecimento, mas também a trabalhar colaborativamente na produção de bens culturais.

Contudo, ficam algumas ressalvas pertinentes de serem comentadas. A primeira diz respeito ao fato de que este trabalho teve como principal preocupação o fortalecimento da noção de regime de informação, enquanto uma abordagem útil para a compreensão da política de informação, na Ciência da Informação. Porém, é um trabalho que carece de continuidade, pois ele abre apenas uma das janelas do Programa Cultura Viva, que tem muitas outras direções a se analisar e pesquisar, principalmente aquelas que dão escuta às diversas falas dos seus integrantes.

Um regime de informação é sempre um espaço de disputa entre diferentes posições. Nesse sentido, é importante que ele seja visto em diversos ângulos e em diferentes níveis. Nas fronteiras colocadas pelo recorte desta pesquisa é que residem as possibilidades para novos trabalhos. Investigar os lugares e as diversas falas do público é um passo importante para entender as posições políticas dentro da Ação Cultura Digital.

A Cultura Digital, por sua vez, é um tema de discussão bastante recente que traz em seu bojo contradições e incertezas que vão desde questões terminológicas, passando por questões de domínio, até questões mais estruturais que tratam de rompimentos e mudanças nos modos correntes de se ver o mundo e de se fazer política neste país. Por este motivo, é um tema que abre uma infinidade de perguntas, com muitas possibilidades de respostas. O papel das tecnologias da informação e da comunicação, na área da cultura, discutido no Fórum Nacional da Cultura Brasileira e em outros movimentos, tem estreitas ligações com a política de informação: a

produção de conteúdos nacionais, a inclusão digital, a propriedade intelectual, os direitos autorais, as infraestruturas de comunicação, a liberdade de expressão, o direito à informação e o direito à cultura, etc. Cada ponto obscuro dessas matérias e suas relações com outras áreas são merecedores de investigação.

Dentro da proposta de contribuir com novas abordagens, para os estudos da Ciência da Informação e em especial da política de informação, esta pesquisa teve como objetivo identificar um regime de informação constituído na Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva e verificar as políticas que o legitimam. O regime de informação, como fundamento teórico, provê elementos que foram adotados como categorias de análise - os atores, os artefatos tecnológicos e as práticas de informação – e que foram identificados e descritos a partir do objeto empírico investigado.

A Ação Cultura Digital foi selecionada por suas principais características: ser uma ação voltada para públicos social e culturalmente excluídos; por integrar um programa da área cultural e que, portanto, tem fortes ligações com a informação, no seu papel de força transformadora; e por estar totalmente inserida na discussão que gira em torno do uso e apropriação das tecnologias da informação e da comunicação que nos dias atuais são determinantes nas práticas informacionais.

Esta pesquisa deu maior ênfase à concepção e implantação da Ação Cultura Digital e do Programa Cultura Viva. Uma política, programa ou ação pública requer sempre o acompanhamento da sua evolução e resultados, tanto por parte de quem gere quanto por parte de quem deles se beneficia. A atenção de acadêmicos da Ciência da Informação, para um espaço onde a informação tem uma natureza potencialmente constitutiva, é importante tanto para o campo da Ciência da Informação quanto para a sociedade brasileira. As consequências de uma possível ética colaborativa, inclusiva e transparente, exercida em termos práticos, merecem ser observadas mais de perto por tantos outros pesquisadores.

8 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. *Informação em ciência tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas*. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. (Orgs.). *Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2009.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. *Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo*. Paraíba: UFPB. (Comunicação oral). 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/438/1/GT%205%20Tt%205-%20ALBAGLI,Sarita.DOC%20MACIEL,%20M.%20L.%20Novas%20Condi%C3%A7%C3%B5es...pdf>. Acesso em: 06/05/2010.

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectivas. 1972.

AUN, Marta P.; ANGELO, E. D. S. Observatório da inclusão Digital. In: AUN, Marta Pinheiro (Ed.) *Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão*. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007, p.63-101.

AUN, Marta P. *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) IBICT/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BAHIA. Secretaria de Cultura. Portaria nº 183, de 29 de setembro de 2008. Relação de projetos selecionados como Pontos de Cultura da Bahia, 2008a. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/sppc_pontos-decultura_edital.pdf. Acesso em: 08/11/2009

_____. Secretaria de Cultura. Edital nº 1 de 26 de março de 2008. Seleção de projetos de Pontos de Cultura da Bahia. 2008b. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/02/portaria_relacao_final_classificados_recursos_1-1.pdf. Acesso em: 08/11/2009

BANGEMANN, Martin. *et al. A Europa e a sociedade global da informação: recomendações ao Conselho Europeu*. Bruxelas, 1994
<<http://web.archive.org/web/20000815080152/http://www.ispo.cec.be/infosoc/backq/bangeman.html>>. Acesso em: 24/09/2009

BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2007.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. Caderno de Políticas Culturais Volume 2 – *Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cardenosdepoliticascaderno02.pdf>. Acesso: 25/04/2009

- BARRETO, Aldo A. A política de informação em ambientes de estoques digitais. *DataGramZero, Revista de Ciência da Informação* v. 10, n. 2, abr/2009.
- BELLOTO, Heloísa L., *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n.2. 2001
- BRAMAN, Sandra. *Change of State: Information, Policy, and Power*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2006
- _____. Information technology, national identity, and social cohesion. Washington DC: Center for Strategic and International Security. 2005.
- _____. The Emergent Global Information Policy Regime. In: BRAMAN, Sandra. (Org.). *The Emergent Global Information Policy Regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, pp.12-38.
- BRASIL. Decreto nº 6.835. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº82, pp.4-5, mai. 2009. Seção I.
- _____. Decreto nº 6.226 de. Institui o Programa Mais Cultura. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº193, p.15, out. 2007. Seção I.
- _____. Lei nº 8.313. Restabelece a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de apoio à cultura - PRONAC e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, p.30261, dez.1991. Seção I.
- _____. Lei nº 8.028. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, p.7096, abr.1990. Seção I.
- _____. Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, *Diário Oficial da União*. Brasília, p.4773, mar. 1985. Seção I.
- BURGER, Robert H. *Information policy: A framework for evaluation and policy research*. Norwood, NJ: Ablex, 1993
- BROWNE, Mairéad. *The field of information policy: fundamental concepts*. *Journal of Information Science*, v. 23, n. 4, p.261-275, 1997.
- CABRAL, Ana Maria. Ciência da Informação, a cultura e a sociedade informacional. In: REIS, Alcenir Soares do; CABRAL, Ana Maria R. (Org.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.
- CABRALE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas*. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2007.
- CANCLINI, Nestor G. Definiciones en transición. In: *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 69-81.

Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/GarciaCanclini.rtf>>

Acessado em: 20/06/2010

CALLON, Michel. *Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay*. In: LAW, John. *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* London: Routledge. p. 196-223.1986. Disponível em:

<http://unesco.sciences-po.fr/com/moodledata/3/Callon_SociologyTranslation.pdf> .

Acesso em: 03/08/2009

CARVALHO Jr., José M. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo, COHN, Sérgio (Orgs.). *Cultura Digital.br*. Rio de Janeiro, Beco do azougue, 2009. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em:

08/4/2010

CASTRO, Eduardo V. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo, COHN, Sérgio (Orgs.).

Cultura Digital.br. Rio de Janeiro, Beco do azougue, 2009. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em:

08/4/2010

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Ano 1, n. 1, jun/2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em:

10/06/2010

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Teixeira. *A Cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras. 2008

_____. *Política Cultural em nova chave: indicadores qualitativos da ação cultural*. *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, n. 3, set./dez. 2007.

Disponível em: < <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/000567.pdf>> . Acesso em:

15/08/2010

_____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DEMO, Pedro. Inclusão digital cada vez mais no centro da inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar. 2005. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/7>>. Acesso em:

03/08/2009

DOMINGUES, João Luiz Pereira. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FLORINI, Ann. The end of secrecy. *Foreign Policy*, Summer98, n. 111, p. 50-63.1998

FOINA, A.; FONSECA, F.; FREIRE, A. *O impacto da Sociedade Civil (des)Organizada: Cultura Digital, os articuladores e Software Livre o Projeto dos Pontos de Cultura do MinC*. In: ROSAS, R; VASCONCELOS, G. (Orgs.) *Net_Cultura 1.0: digitofagia*. São Paulo: Radical Livros, 2006.

FROHMANN, Bernd. *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory*. 23rd Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, Edmonton, Alberta, 7-10 June 1995. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/selected%20papers.htm>>. Acesso em: 21/02/2009

_____. Communication Technologies and human subjectivity: the politics of postmodern information science. 21st Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, Antigonish, Nova Scotia, 12-14 July 1993. Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/proceedings/1993/Frohmann_1993.pdf>. Acesso: 21/02/2009

FÓRUM PONTOS DE CULTURA. Carta da Comissão Nacional de Pontos de Cultura. 2008. Disponível em: <http://forumPontosdeCultura.blogspot.com/2008/01/carta-da-comisso-nacional-de-pontos-de.html>. Acesso em: 14/06/2010

FÓRUM DA CULTURA DIGITAL BRASILEIRA. Eixos. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/sobre/eixos/>. Acesso em: 14/06/2010

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. *Ciência da informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios*. In: MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita. (Orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

_____. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

GORE, Albert A. Remarks prepared for delivery by U.S. Vice President Al Gore. Buenos Aires, World Telecommunication Development Conference, 1994. Disponível em: <<http://www.itu.int/itudoc/itu-d/wtdc/wtdc1994/speech/gore.txt>>. Acesso em: 24/07/2009

HADDAD, Fernando. Política da Cultura Digital. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixe-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/06/2010

HERNON, Peter; RELYEA, Harold. Information Policy. In: KENT, A; LACOUR, H. *Encyclopedia of Library and Information Science*, Dekker, New York, v. 48, supplement 11, pp. 176-204, 1991.

IPSO. Instituto de Pesquisa e Projetos Sociais e Tecnológicos. Pontos de Cultura no Brasil. Disponível em: <http://www.mapasdarede.org.br/mapa/>. Acesso: 02/08/2009

JARDIM, José Maria. *Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

KOENING, Michael E. D. Information Policy: *the mounting tension (value additive, versus uniquely distributable 'public good')*. *Journal of Information Science*, v. 21, n. 3, p. 229-231. 1995.

LACERDA, Alice P.; MARQUES, Carolina C.; ROCHA, Sophia C.. *Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura*. In: RUBIM, Antônio A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador; EDUFBA, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, 11ª. Edição. 116p (Coleção Antropologia Social)

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; ARROIO, A. *Sistemas de inovação e desenvolvimento: Mitos e realidade da economia do conhecimento global*. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. e ARROIO, A. (Orgs.). *Conhecimento, Sistemas de inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Contraponto, 2005.

LAW, John. *Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster. 1992. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>> Acesso em: 20/10/2009

LEGEY, Liz-Rejane; ALBAGLI, Sarita. *Construindo a Sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda*. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* v. 1, n. 5, out/00.

LEMOS, André. *Infraestrutura para a Cultura Digital*. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/06/2010

LEMOS, Antonio A. B. *Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n.2, p. 107-115, jul./dez. 1986.

LEMOS, Ronaldo. *Creative Commons - O que é e Modo de Usar*. 2005. Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=80>. Acesso em: 21/09/2010

_____, Ronaldo. *Economia da Cultura Digital*. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/07/2010

LOPES DA SILVA, Juliana. *Experimentações em cultura, educação e cidadania: O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô*. 2009. Dissertação (Mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Rio de Janeiro, 2009.

LUNDU, Maurice C. *National Information Policy for Zâmbia: a discussion paper*. In: LUNDU, Maurice C.; LUNGU, Charles B.M (Eds). *National Information Policy form Zâmbia*. Paris: UNESCO. 1988. p.113-132. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000799/079904eb.pdf>>. Acesso em: 22/05/2009

MALAGUTI, Álvaro; NUNES, Antônio Carlos F. As jamantas da cultura. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/06/2010

MANEVY, Alfredo. Política da Cultura Digital. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixar-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/07/2010

MARTELETO, Regina. *Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p.89-93, jan./abr. 1995

MATTELART, Armand. História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. In: Encontro latino de economia política da informação, comunicação e cultura-elenpicc, 5., 2005, Salvador. Anais.. . Salvador: Enlepicc, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>>. Acesso em: 10/05/2009.

MEIRELES, Adriana V. Pontos de Cultura, novas mídias, educação e democracia. Reflexões sobre o contexto de uma mudança estrutural no Brasil. In: BRUNET, Karla S, (Org.). *Apropriações Tecnológicas: Emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador, EDUFBA, 2008.

MEIRELES, Adriana *et al.* Projeto de Integração de Políticas de Inclusão Digital - Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva e Projeto Casa Brasil. mai/ 2009. Disponível em: http://culturadigital.br/movimento/files/2010/12/Acao_Cultura_Digital_2009.pdf. Acesso em: 30/07/2010

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Economia Viva*. Brasília, DF. MinC. 2010a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/economia-viva/>>. Acesso em: 05/10/2010

_____. *Cultura Digital*. Brasília, DF. MinC. 2010b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/cultura-digital/>>. Acesso em: 05/10/2010

_____. *Pontões*. Brasília. 2010c. Brasília, DF. MinC. 2010c. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoe/>>. Acesso: 05/10/2010

_____. *Pontos de Rede*. Brasília. DF. MinC. Brasília, DF. MinC. 2010d. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontos-de-red/>>. Acesso em: 05/10/2010

_____. *Ponto de Cultura*. Brasília. DF. MinC. Brasília, DF. MinC. 2010e. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>. Acesso em: 05/10/2010

_____. Edital nº 8 de 09 de março de 2010. Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*. 2010e. Brasília, nº 47, pp. 14-16. Seção 3.

_____. Edital n° 8 de 15 de setembro de 2009. Bolsa Agente Cultura Viva. *Diário Oficial da União*. 2009a. Brasília, n° 177, pp. 16-18. Seção 3.

_____. Edital n° 3 de 10 de julho 2009. Bolsa Agente Escola Viva. *Diário Oficial da União*. 2009b. Brasília, n° 132, pp. 11-14. Seção 3.

_____. Edital n° 3 de 06 de agosto de 2008. Prêmio Cultura e Saúde. *Diário Oficial da União*. 2008a. Brasília, n° 151, pp. 17-18. Seção 3.

_____. Edital n° 4 de 23 de setembro de 2008. Prêmio de ludicidade/ Pontinhos de Cultura. *Diário Oficial da União*. 2008b. Brasília, n° 185, pp. 10-12. Seção 3.

_____. Portaria n° 1, de 30 de maio de 2008. Pré-projetos selecionados para Pontões de Cultura em segunda chamada. *Diário Oficial da União*. 2008c. Brasília, n° 104, pp.6-7. Seção I.

_____. Portaria n° 14, de 28 de novembro de 2007. Pré-projetos selecionados para Pontões de Cultura e banco de reservas. *Diário Oficial da União*. 2007a. Brasília, n° 235, p.18. Seção I.

_____. Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Edital n° 2 de 4 de julho de 2007. Criação de Pontões de Cultura e Pontões de Cultura Digital. *Diário Oficial da União*. 2007b. Brasília, n° 128, p. 12-13. Seção 3.

_____. Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Edital n° 1 de 15 de setembro de 2006. Seleção de projetos pedagógicos. Ação Griô. *Diário Oficial da União*. 2006. Brasília, n° 179, pp. 9-11. Seção 3.

_____. Portaria n° 82, de 18 de maio de 2005. Altera a Portaria n° 156. *Diário Oficial da União*. Brasília, n° 97, p.14. Seção I.

_____. Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Comunicado de Retificação de 20 de outubro de 2004. Lista de Projetos pré-selecionados para convênio com o Programa Cultura Viva. *Diário Oficial da União*. 2004a. Brasília, n° 202, pp. 9-14. Seção 3.

_____. Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Edital n° 1 de 16 de julho de 2004. Seleção de Pontos de Cultura. *Diário Oficial da União*. 2004b. Brasília, n° 137, pp. 7-8. Seção 3.

_____. Portaria n° 156, de 06 de julho de 2004. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA. *Diário Oficial da União*. 2004c. Brasília, n°129, p.13. Seção I.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

MONTENEGRO DE LIMA, Clóvis *et al.* Diversidade cultural e produção colaborativa no Pontão de Cultura da universidade Federal de Santa Catarina. *PontodeAcesso*, Salvador, v.2, n.2, pp. 139-154, ago. /set. 2008.

MONTVILOFF, Victor. *Nacional Information Policies: a handbook on the formulation, approval, implementation and operation of a national policy on information*. Paris: UNESCO, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000869/086995eb.pdf>. > Acesso em: 03/03/2009

MOORE, Nick. The British national information strategy. *Journal of Information Science*, v. 24, n. 5, p. 337-344. 1998.

_____. The information policy agenda in East Asia. *Journal of Information Science*, v. 23, n. 2, p. 139-147. 1997.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 16 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NASCIMENTO, Denise M. e MARTELETO, R. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. *DataGramaZero*, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out/04

NÓS DIGITAIS. Projeto. 2010. Disponível em:

<http://nosdigitais.teia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=7>. Acesso em: 22/07/2010

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. 2ª Ed. Pelotas: Educat, 2004

NORA, Simon; MINC, Alain. *A informatização da sociedade*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, v.1 n.1, p. 122-128, 2008. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: 28/08/2010

OVERMAN, Sam E.; CAHILL, Anthony G. *Information Policy: a study of values in the police process*. *Policy Studies Review*. v.9, n.4, p. 803-818. Summer. 1990.

PACHECO, Lillian. *Pedagogia Griô: A Reinvenção da Roda da Vida*. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.

PARA' IWA. Sobre a Para' iwa. 2010. Disponível em:

<<http://www.paraiwa.org.br/paraiwa.html>>. Acesso em: 20/10/2010

MULTIVISUAL.NET. 2010. Objetivo do Projeto. Disponível em:

<<http://www.multivisualnet.org/objetivo.htm>>. Acesso em: 20/10/2010

PINHEIRO, Lena V.; VIRUEZ, Guilma V.; DIAS Mauro. *Sistema de Informação em Arte e Atividades Culturais (Iara): aspectos políticos, institucionais, técnicos e tecnológicos*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 327-334. set/dez. 1994.

PRADO, Cláudio. Política da Cultura Digital. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Orgs.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixe-o-livro-culturadigital-br/>> Acesso em: 25/07/2010

PRETO GHÓEZ JUVENTUDE DIGITAL. Sobre o Pontão. 2010. Disponível em:

<<http://enraizados.org.br/pontao/sobre-o-pontao/>>. Acesso em: 05/10/2010

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

REHMAN, Sajjad Ur. *Information Policies for Developing Nations: A Framework for Analysis applied to Malaysian and Indian Information Policies*. *Libri*, v. 46, n. 4, p. 184-195. 1996

ROWLANDS, Ian. *Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools*. *Journal of Information Science*, v. 23, n. 1, pp.13-25.1995.

ROWLANDS, Ian; EISENSCHITZ, Tamara; BAWDEN, David. Frame analysis as a tool for understanding information policy. *Journal of Information Science*, v. 28, n. 1, pp. 31-38. 2002.

RUBIM, Antônio A.C. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2007.

SALGADO, Gabriel M.; PEDRA, Layno S.; CALDAS, Rebeca dos S. *As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma*. In: RUBIM, Antônio A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador; EDUFBA, 2010.

SEBASTIÁN, Mercedes. C.; RODRÍGUEZ, Eva M^a M.; MATEOS, David R. *La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, mai./ago. 2000.

SILLINCE, J. A. A. Coherence of issues and coordination of instruments in European information policy, *Journal of Information Science*, v. 20, n. 4, p. 219–236, 1994.

SILVA Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara; BRANDÃO, Marco A. *Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.

SILVEIRA, Sérgio A. A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível. 2005. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

SIMIS, Anita. *A política cultural como política pública*. In: RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2007.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. *Revista Brasileira de Educação*. n. 26, Rio de Janeiro, May/Aug. 2004

SOLER, Gonzalo. Evolution and current status of national information policies. in Latin America and the Caribbean. In: FERNANDEZ-ABALLI, Isidro (Ed.). *Building National Information Policies: Experiences in Latin America*. Kingston: UNESCO. 2007. pp.10-18. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001528/152806m.pdf>>. Acesso em: 04/08/2009

SOTO, Cecília; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA Gleise; SALGADO, Júlia. *As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma*. In: RUBIM, Antônio A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador; EDUFBA, 2010.

STRANGE, Susan. *Cave! Hic dragones: a critique of, regime analyses*. *International Organization*, v. 36, n.2, p. 479-496. 1982. Disponível em: http://www.ucm.es/info/sdrelint/ficheros_materiales/materiales036.pdf. Acesso em: 05/05/2010

TARAPANOFF, Kira. *A política científica e tecnológica no Brasil: o papel do Ibict*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 87-166, maio/ago. 1992.

TRAUTH, Eileen M. An integrative approach to information policy research. *Telecommunicatios Policy* v.10, n.1, p. 41-50, 1986. Disponível em: <http://www.personal.psu.edu/qms/cis/old-cis/oldwebiste/05/eileentrauth/Publications/An%20Integrative%20Approach%20to%20Information%20Policy%20Research.pdf>. Acesso em: 02/03/2010.

TEIA. Casa de Criação. Teia institucional. Disponível em: http://teia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=4. Acesso em: 08/07/2010

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi. 2009

UFRJ. Pontão da Eco. Disponível em: <http://www.pontaodaeco.org/node/6>. Acesso em: 08/07/2010

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Oficinas. Disponível em: <http://www.pontao.ufsc.br/oficinas/>. Acesso em: 08/07/2010

UNESCO. *Information for All Programme (IFAP): an intergovernmental Programme of UNESCO*. Disponível em: < http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1627&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html >. Acesso em: 24/09/2009

_____. Elements for discussing the re-structuration of intergovernmental bodies in the area of information and informatics. Paris, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001132/113270eo.pdf> >. Acesso em: 20/03/2009

_____. NATIS. La Politique Nationale D' information. Paris, 1976. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000189/018995fo.pdf>>. Acesso em: 24/09/2010

_____. Étude sur la realisation d'un système mondial d'information scientifique. Paris, 1970. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001355/135596fo.pdf>>. Acesso em: 24/09/2010

UNITED STATES. Congress. President's Science and Advisory Committee. *Science, Government and Information: The responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information*. Washington, D.C. Government Printing Office, 1963. (The Weinberg Report). Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED048894.pdf>>. Acesso em: 02/02/2010

YIN, Robert K. *Estudo de Caso, planejamento e métodos*. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.